



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PPGEJA -  
MESTRADO PROFISSIONAL**



**ZALUAR JOSÉ SANTOS JUNIOR**

**AÇÕES GESTORAS PARA ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Salvador-Bahia  
2025

**ZALUAR JOSÉ SANTOS JUNIOR**

**AÇÕES GESTORAS PARA ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Mestrado em Educação de Jovens e Adultos, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva.

Salvador-Bahia  
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**  
**Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918**

S237a Santos Junior, Zaluar José

Ações gestoras para acesso, permanência e êxito dos estudantes da  
educação de jovens e adultos / Zaluar José, Santos Junior .- Salvador, 2025.  
155 f. : il.

Orientadora: Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de  
Jovens e Adultos - PPGEJA, Campus I. 2025.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação de jovens e adultos – Jussari (BA). 2. Educação de jovens e  
adultos – Planejamento educacional – Jussari (BA). 3. Escolas públicas –  
Organização e administração – Jussari (BA). 4. Rendimento escolar – Jussari  
(BA). 5. Evasão escolar – Jussari (BA) I. Silva, Marta Rosa Farias de Almeida  
Miranda. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação.  
Campus I. III. Título.

CDD: 374

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEDC - CAMPUS I  
Departamento  
de Educação



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

### “AÇÕES GESTORAS PARA ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS”

ZALUAR JOSÉ SANTOS JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, em 25 de agosto de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



MARTA ROSA FARIAS DE ALMEIDA MIRANDA SILVA

Profa. Dra. MARTA ROSA FARIAS DE ALMEIDA MIRANDA SILVA (UNEB)  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente



GRACA DOS SANTOS COSTA

Profa. Dra. GRAÇA DOS SANTOS COSTA (UNEB)  
Doutorado em Diversidad y cambio en educación: políticas y prác  
Universitat de Barcelona

Documento assinado digitalmente



LANARA GUIMARAES DE SOUZA

Profa. Dra. LANARA GUIMARÃES DE SOUZA (UFBA)  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia

*Dedico este trabalho primeiramente a minha família, por ser essencial em minha vida, sempre me apoiando dentro do possível, guiando dentro das suas limitações e em especial a minha vó Izidia, minha mãe Midinha e minha tia Wal, presentes mesmo na ausência física (in memoriam).*

*Dedico também aos meus colegas e professores do Mestrado em Educação de Jovens e Adultos, pessoas com as quais convivi nesses espaços, ao longo desses meses. A experiência de aprendizagem compartilhada foi muito importante na minha formação acadêmica, revelando-me múltiplas visões e saberes, tão necessários a um educador.*

*A todos os que me ajudaram durante este percurso, em especial à minha orientadora. Sem a Doutora Marta não haveria a menor possibilidade de êxito. Sua paciência, dedicação e instruções foram norteadores na construção deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Existem pessoas que foram essenciais, ao que chamo de projeto mestrado. No início, sem o incentivo direto e diário de Nina Rosa, eu não estaria nem aqui escrevendo esses agradecimentos. Ela deu dicas, ajudou-me a encontrar um mestrado que traduzia o que eu gostaria de ler, pesquisar, e me ajudou no projeto.

No decorrer do curso, até as etapas finais, muitas pessoas foram essenciais, diria até determinantes, a quem eu agradeço de todo o coração, porque sem elas dificilmente eu teria superado todos os desafios. Muito obrigado aos amigos e amigas: Dr. Cacá Gonçalves, Dra. Elizabeth, Nayara Freitas, Syl Andrade, Reinaldo Miranda, Tika Sthel e Davi Assis.

Aos estimados colegas de curso, com os quais convivi intensamente durante os últimos meses, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer, não somente como pessoa, mas também como profissional. De modo especial, agradeço a Viviane, e em seu nome saúdo a todos e todas que fizeram parte da Turma 10.

À direção e à vice direção do Colégio Estadual Amélia Amado, em nome da diretora Daniela Silva, à equipe de coordenação e aos professores e professoras, pela disponibilização de tempo na participação da pesquisa, que foi de grande utilidade para a elaboração do presente estudo.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Marta Miranda, por ter aceitado acompanhar-me nesta viagem. O seu empenho foi essencial para a minha motivação. À medida que as dificuldades iam surgindo no percurso, quando eu já pensava que seria impossível continuar, ela sempre apresentava, de maneira amorosa, clara e efetiva, o que me permitia retomar o fôlego, neste que foi um dos mais desgastantes projetos de minha vida.

Enfim, estou salvo! Missão cumprida! A vocês, gratidão eterna!

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

<b>Quadro 01</b>	Síntese dos principais acontecimentos relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	<b>p. 40</b>
<b>Quadro 02</b>	Síntese da cronologia dos principais acontecimentos relacionados às políticas públicas para a EJA.....	<b>p. 53</b>
<b>Quadro 03</b>	Estado do Conhecimento – Dissertações do Programa MPEJA – UNEB. Período de 2015 a 2024.....	<b>p. 75</b>
<b>Quadro 04</b>	Resultado e Análise acerca do Objetivo Geral da Pesquisa.....	<b>p. 107</b>
<b>Quadro 05</b>	Características dos Municípios que compõem a Rede Colaborativa InterEJA.....	<b>p. 111</b>
<b>Figura 01</b>	Quantitativo de matrículas na EJA no Brasil entre 2019 e 2023	<b>p. 28</b>
<b>Tabela 01</b>	Quantitativo de matrículas na EJA Ensino Médio - 2018 a 2023	<b>p. 16</b>
<b>Tabela 02</b>	Indicadores de analfabetismo no Município de Jussari – Bahia	<b>p. 28</b>
<b>Tabela 03</b>	Estatística de alunos da EJA - Colégio Estadual Amélia Amado Etapas I – II – III – IV - V Município Jussari-BA.....	<b>p. 29</b>
<b>Tabela 04</b>	Estatística de alunos do Segmento EJA - Ensino Fundamental - Jussari-BA.....	<b>p. 30</b>
<b>Tabela 05</b>	Participantes da Pesquisa.....	<b>p. 33</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Faixa etária dos/as participantes.....	<b>p. 89</b>
<b>Gráfico 2</b>	Autoidentificação de gênero informado pelos/as participantes...	<b>p. 90</b>
<b>Gráfico 3</b>	Autodeclaração étnico-racial dos/as participantes.....	<b>p. 91</b>
<b>Gráfico 4</b>	Município de residência dos/as participantes.....	<b>p. 91</b>
<b>Gráfico 5</b>	Tempo de atuação na escola pesquisada.....	<b>p. 92</b>
<b>Gráfico 6</b>	Carga horária dos/as participantes.....	<b>p. 92</b>
<b>Gráfico 7</b>	Nível de instrução dos/as participantes.....	<b>p. 93</b>
<b>Gráfico 8</b>	Categoria de Análise: Planejamento (A).....	<b>p. 94</b>
<b>Gráfico 9</b>	Categoria de Análise: Planejamento (B).....	<b>p. 95</b>
<b>Gráfico 10</b>	Categoria de Análise: Execução.....	<b>p. 96</b>
<b>Gráfico 11</b>	Categoria de Análise: Monitoramento.....	<b>p. 99</b>
<b>Gráfico 12</b>	Categoria de Análise: Avaliação.....	<b>p. 99</b>
<b>Gráfico 13</b>	Desafios da Gestão do CEAA quanto à garantia do acesso na EJA.....	<b>p. 100</b>
<b>Gráfico 14</b>	Desafios da Gestão para garantia da permanência na EJA do CEAA.....	<b>p. 102</b>
<b>Gráfico 15</b>	Desafios da Gestão do CEAA para promover o êxito estudantil na EJA.....	<b>p. 103</b>
<b>Gráfico 16</b>	Ações da Gestão do CEAA para garantia do acesso na EJA.....	<b>p. 104</b>
<b>Gráfico 17</b>	Ações da Gestão do CEAA para garantia da permanência na EJA.....	<b>p. 105</b>
<b>Gráfico 18</b>	Ações da Gestão para promover o êxito estudantil na EJA no CEAA.....	<b>p. 106</b>

## RESUMO

O presente estudo objetiva investigar ações adotadas e desenvolvidas pela gestão escolar, no sentido de promover acesso, permanência e êxito na trajetória dos educandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), do Colégio Estadual Amélia Amado (CEAA), no município de Jussari, estado da Bahia. De modo específico, busca-se atender a estes objetivos: descrever o cenário da EJA, com enfoque no município de Jussari-Bahia; identificar ações gestoras focadas na EJA, mediante a imersão em uma escola pública estadual; analisar a percepção da equipe gestora e pedagógica sobre a EJA, no que tange às práticas e ações relacionadas ao acesso, permanência e êxito estudantil e; apresentar um prospecto de rede colaborativa sobre a temática acesso, permanência e êxito dos estudantes. Quanto ao desenho metodológico, trata-se de uma pesquisa-ação, com abordagem mista, do tipo exploratória e aplicada, via técnica de análise e interpretação de dados que foram obtidos por meio de questionários destinados a gestores, coordenador pedagógico e professores da Unidade Escolar *lócus* desta investigação. Utiliza-se, ainda, a pesquisa bibliográfica, em que se analisa a Produção de Conhecimento do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), 2014 e 2025, cujas abordagens recaem sobre os temas Acesso, Permanência e Êxito estudantil dos educandos que integram a modalidade de ensino EJA. O estudo está fundamentado nos pressupostos teóricos de Di Pierro (2014); Freire (1987-2000); Gadotti (2020); Libâneo (2001-2008); Lück (2009-2011); Paro (2016); Saviani (2013), entre outros pesquisadores, bem como no arcabouço legal que norteia o desenvolvimento da modalidade EJA. Como resultado da pesquisa apresentamos quadro com as práticas gestoras identificadas e analisadas, desenvolvidas no contexto da gestão da unidade escolar, voltadas a promover acesso, permanência e êxito na trajetória dos educandos da EJA. Apresentamos, também, o produto resultante desta pesquisa, que consiste em uma proposta de criação e implantação de uma Rede Colaborativa, em articulação com os cinco municípios vizinhos – Jussari, Itaju da Colônia, São José da Vitória, Buerarema e Santa Cruz da Vitória – para que, tendo em vista um plano coletivo de ações em torno da temática, a partir da socialização dos resultados e subsídios gerados por esta pesquisa, possam enfrentar os desafios que surgem na manutenção dessa modalidade de ensino, especialmente no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito dos estudantes, sendo um contributo para as práticas gestoras diante das necessidades educativas emergentes no contexto da EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Acesso. Permanência. Êxito. Gestão escolar.

## ABSTRACT

This study aims to analyze actions adopted and developed by school administration to promote access, retention, and success for students in Youth, Adult, and Elderly Education (EJA) at Colégio Estadual Amélia Amado (CEEA), in the municipality of Jussari, Bahia state. Specifically, it seeks to meet the following objectives: describe the EJA scenario, focusing on the municipality of Jussari, Bahia; identify management actions focused on EJA, through immersion in a state public school; analyze the perception of the management and pedagogical team regarding EJA, regarding practices and actions related to access, retention, and student success; and present a prospectus for a collaborative network on the topic of access, retention, and success. The methodological design is an action research project with a mixed approach, both exploratory and applied, using data analysis and interpretation techniques obtained through questionnaires administered to administrators, pedagogical coordinators, and teachers at the school unit where this research is conducted. Bibliographic research is also used, in which the Knowledge Production of the Postgraduate Program in Youth and Adult Education, Professional Master's Degree, of the State University of Bahia (Uneb), 2014 and 2025, is analyzed, whose approaches fall on the themes of Access, Permanence and Student Success of students who integrate the EJA teaching modality. The study is based on the theoretical assumptions of Di Pierro (2014); Freire (1987-2000); Gadotti (2020); Libâneo (2001-2008); Lück (2009-2011); Paro (2016); Saviani (2013), among other researchers, as well as on the legal framework that guides the development of the EJA modality. As a result of the research, we present a table with the identified and analyzed management practices developed within the school's management context, aimed at promoting access, retention, and success in the career path of EJA students. We also present the resulting product of this research, which consists of a proposal for the creation and implementation of a Collaborative Network, in collaboration with the five neighboring municipalities – Jussari, Itaju da Colônia, São José da Vitória, Buerarema, and Santa Cruz da Vitória – to address the challenges that arise in maintaining this teaching modality, especially with regard to student access, retention, and success. This contributes to management practices in light of emerging educational needs in the EJA context.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Access. Retention. Success. School management.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
Do meu lugar de memórias.....	11
Do meu lugar de pesquisador.....	13
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	22
1.1 DESENHO DA PESQUISA.....	22
1.2 CATEGORIAS CONCEITUAIS.....	24
1.2.1 Acesso.....	24
1.2.2 Permanência.....	25
1.2.3 Êxito Estudantil .....	26
1.2.4 Gestão Escolar na EJA.....	27
1.3 LÓCUS DA PESQUISA.....	28
1.4 SUJEITOS DA PESQUISA.....	32
1.4.1 Gestores Escolares (Diretor e Vice-diretora) .....	32
1.4.2 Coordenadora Pedagógica.....	33
1.4.3 Docentes da EJA.....	33
1.5 COLETA DE DADOS.....	34
1.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	34
1.7 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	35
1.7.1 Planejamento.....	36
1.7.2 Execução.....	36
1.7.3 Monitoramento.....	36
1.7.4 Avaliação.....	37
<b>2 DO CONCEITO À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA</b> .....	38
2.1 EJA NA CONTEMPORANEIDADE.....	43
2.2 EJA NO ÂMBITO DAS LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	50
<b>3 GESTÃO ESCOLAR: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E APLICABILIDADE NO CONTEXTO DA EJA</b> .....	58
3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA.....	59
3.2 GESTÃO ESCOLAR NA EJA.....	69
<b>4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS DIMENSÕES ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR NA EJA</b> .....	75
4.1 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	75
4.1.1 Algumas Considerações sobre o Estado do Conhecimento.....	80
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	89
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	89
5.2 DESAFIOS, ENTRAVES E AVANÇOS DA GESTÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO À EJA: PERCEPÇÃO DOCENTE.....	93

5.3	DESAFIOS DA GESTÃO DO CEEA, NAS DIMENSÕES RELATIVAS A ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DA EJA.....	100
5.4	AS AÇÕES GESTORAS ADOTADAS E DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO ÀS DIMENSÕES PECULIARES AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES.....	104
5.5	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DE PESQUISA.....	110
5.5.1	<b>Estruturação da Rede Colaborativa InterEJA.....</b>	113
5.5.2	<b>Layout da Homepage – Rede Colaborativa InterEJA.....</b>	116
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	124
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	130
	<b>APÊNDICES.....</b>	140
	<b>ANEXOS.....</b>	154



## INTRODUÇÃO

*“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. É porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”*

(Paulo Freire)

### Do meu lugar de memórias

O mestrado me traz reminiscências, mas não quero eu fazer como Brás Cubas e começar do fim para o início a minha *self*, até porque não tenho as qualidades necessárias para chegar perto de Machado. Foi então na aula da Professora Dra. Graça, ao assistir ao curta *Domésticas*<sup>1</sup>, que tive a ideia de como começaria minha *self*, não sobre minha vida ainda, mas com base em quem me deu força e me moldou, para seguir essa trilha: a minha avó.

Minha avó era uma pessoa fantástica, de uma bondade inigualável e de uma sabedoria forjada na dureza da vida. Aos 10 anos foi levada para ser criada por outra família, para poder estudar. Lá nessa casa conheceu ainda cedo as agruras de ser doméstica, ter que cozinhar, lavar e cuidar dos filhos da patroa, que manteve a promessa de colocá-la para estudar, só que não foi de maneira convencional.

Acordava às 5 horas todos os dias, para dar conta de tudo, até terminar todos os afazeres do lar e depois, mesmo que muito tarde, era obrigada a estudar. Com um sadismo típico dos brancos perversos, ao checar a lição, cada vez que ela errava, tomava uma tapa na cabeça, não sendo esse o pior castigo. Afinal, ao cair de sono, levava outro tapa e batia com a testa no chão, muitas vezes sendo severamente machucada.

Saltando para o futuro, depois de ser abandonada pelo meu avô, ela seguiu firme, criando os 10 filhos, e com uma delas começa a minha história. Mas não irei falar de minha mãe nesse momento, apenas irei concluir a saga dessa guerreira que foi minha vó, dizendo que ela profetizava sempre cheia de orgulho e felicidade, quando alguém reclamava do excesso (na visão dos outros, na minha nunca) de zelos e mimos comigo: *“O maior peso que esse preto vai carregar é o da caneta”*.

---

<sup>1</sup> O curta-metragem *Domésticas*, lançado em 2016, conta a história de três mulheres que têm em comum o fato de serem trabalhadoras domésticas. Produzido pela ONG Themis — Gênero, Justiça e Direitos Humanos, o documentário integra o projeto “Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil”, parceria com a ONU Mulheres – Fundo de Igualdade de Gênero e o fundo ELAS.

Apesar dos poucos recursos e sem saber explicar, de forma científica, o porquê de a educação ser importante e transformadora, minha família sempre apostou no potencial das mudanças na vida que uma boa formação poderia proporcionar, o quanto é pungente e norteador essa profecia: “tudo que eu não fiz, meu filho vai fazer”. Assim, fui incentivado a ler, cujo hábito fez toda diferença em minha vida, mas antes mesmo de chegar à escola, foi a minha avó, que, embora fosse uma analfabeta funcional, me ensinou a ler e escrever, o que me faz lembrar que, enquanto meus colegas choravam, eu já lia, calmamente, minhas histórias em quadrinhos (na época gibi).

Por ter iniciado muito cedo o hábito da leitura, sempre ficava incomodado com injustiças de toda natureza, mesmo que fossem de personagens fictícios, e isso me fazia pensar que, quando chegasse a hora, eu estudaria para ser advogado ou professor, já que estes poderiam ser agentes transformadores de situações de injustiça.

Então, por uma questão de logística na vida, resolvi cursar a graduação em Letras e ingressei na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Lá conheci, mesmo que de maneira superficial, alguns conceitos e vi no vídeo *O Educador da Liberdade*, de Paulo Freire, a definição exata, nas palavras dele, do meu sentimento em relação ao mundo e que me norteia como professor: “Amo as gentes e amo o mundo, e é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade” (Freire, 1988). Aquele vídeo me encantou.

As lutas da vida, inclusive ter que trabalhar e estudar, às vezes nos distanciam dos nossos propósitos iniciais, mas então me envolvi na política partidária e pude observar que muito poderia se fazer além das lutas diárias como professor, mas que não seria fácil, pois de dentro do processo era mais crível entender o que Darcy Ribeiro disse com: A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto (Ribeiro, 1986). Nessa caminhada passei por todas as funções dentro do processo educacional, indo de estagiário a secretário de educação em Jussari-BA, município que adotei há 23 anos e onde trabalho nas redes municipal e estadual.

Fato importante é que nos últimos 25 anos também me envolvi em política partidária, tendo sido coordenador de 4 campanhas para prefeito, com 3 vitórias, e 4 campanhas para vereador, sendo vitorioso em todas elas. Mesmo ocupando vários cargos como diretor escolar, coordenador, secretário de Cultura, Secretário de Esporte e, nos 4 árduos anos, como Secretário de Educação, nunca deixei de dar

minhas aulas na rede estadual, porque se nos outros cargos eu era consumido, era com meus discentes que eu me energizava para continuar nas lutas.

Quando descobri o Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), vislumbrei a possibilidade de aliar a busca por respostas que poderiam me auxiliar na transformação dessa realidade que vivenciei nos 25 anos trabalhando em educação e na política. Refiro-me aos discentes que transitam pelo universo escolar sem perspectivas, mas acabei reforçando conceitos que eu não conseguia definir, sentimentos, enquanto educador, sobre como é possível promover uma revolução social pautada em políticas públicas que, em conjunto com a educação, sejam verdadeiramente transformadoras, para que os discentes entendam o que é seu êxito na vida e possam buscá-lo. Nas palavras de Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000). É nisso que também eu acredito, daí a minha insistência em olhar para esses sujeitos que podem ter parte da sua dignidade resgatada pelo viés da educação.

Agora vejo que ainda há muitas lutas, pois ainda nem cheguei no processo de qualificação e já me sinto cansado, sem vontade de continuar, desanimado. Todos os dias penso, várias vezes, por que comecei. Afinal, só sinto angústia, muita sobrecarga, pois é muito injusto ter que trabalhar e estudar, e nas condições em que faço, ficando 16 horas dentro de um ônibus, correndo perigo nas estradas, gastando muito, me sentindo exaurido, angustiado. Então lembro que há uma rede de apoio que já me levava até aqui e ouço a voz doce de minha vó dizendo: *“Esse preto não vai carregar peso não...”*. Então respiro e volto, como um nadador que nunca alcança a borda da piscina.

Quero muito concluir esse mestrado, voltar para a faculdade e cursar a graduação em Direito, para aliar tudo isso na luta pela educação equânime, de qualidade, promovendo justiça social, realizando o meu próprio sonho e, quem sabe, que muitas famílias não sejam como a minha, na qual somente eu concluí o nível superior.

### **Do meu lugar de pesquisador**

Ampliar o debate sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) na perspectiva da Gestão Escolar parte de uma mesma premissa, qual seja, a educação pensada a partir do envolvimento participativo e coletivo, como bem enfatizam

Libâneo (2008) e Paro (2015), numa combinação de ações mediadoras. Nesse entendimento, destaca-se que a gestão escolar transita por todas as esferas da escola, visando promover estratégias capazes de alcançar os objetivos educacionais no âmbito de três importantes dimensões: acesso, permanência e efetiva aprendizagem dos estudantes, assim confirmando “a relação da escola com a conservação ou transformação social” (Libâneo, 2008, p. 125).

Ao tratar da gestão escolar no contexto da EJA, parte-se do consenso de que as dificuldades das demandas desse público perpassam pelas ações da gestão, tendo em vista ser um importante elo para superação dos problemas e situações complexas e difíceis do cotidiano da escola. Ademais, as ações gestoras implicam consideravelmente na EJA, quando aqui se leva em conta a gestão escolar para além da realização do conjunto de funções administrativas ligadas ao gerenciamento da escola, isto é, a função gestora se mostrando, de fato, agente de mobilizações sociais da escola no intuito de alcançar os objetivos da Educação (Dias; Borges 2018).

Conforme explana Luck (2009), gestão escolar significa compreensão de todos os atos que acontecem dentro da escola, tanto na dimensão administrativa quanto no aspecto pedagógico. E, portanto, pensar a EJA nesses pressupostos encontra amparo e referencial teórico capaz de dialogar sobre as ações voltadas ao acesso, às práticas educativas e à participação desses sujeitos no ambiente escolar. Levando em consideração o que prevê a Constituição Federal de 1988, ao tratar a educação como sendo um direito de caráter social, isto é, ligada à vida em sociedade, nos permite interpretar que a escola assume esse papel de garantir às pessoas acesso à educação formal. Entretanto, os processos educativos precisam estar para além da garantia de acesso e, no que tange aos estudantes da EJA, precisa-se de ações mobilizadoras com vistas a alcançar esse público e garantir a permanência nas escolas da EJA.

De acordo com Paiva (2019), em virtude da democratização do sistema educacional, a população da EJA, que antes era pouco vista pelas políticas de educação no País, vem ganhando notoriedade perante as agendas governamentais, com a inclusão de pautas – por exemplo, nos Planos de Educação, nas três esferas da gestão pública –, cujo intuito é garantir a todos os cidadãos brasileiros o direito de aprender, estando assim os estudantes da EJA inseridos nesse bojo. Por outro lado, sabe-se que a escola e a gestão escolar precisam conhecer as peculiaridades que abrangem esse público, suas origens, seus meios de vida, suas características e suas aspirações, para entrever ações visando atender tais demandas.

Em geral, a EJA atende pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar em idade regular, cuja inserção na escola ocorre com idade tardia e são, na maioria das vezes, trabalhadores responsáveis pelo seu sustento e de sua família. Para Moita (1992), há um entendimento de que na educação formal, a qual é promovida pela escola, supõe-se uma necessidade de trocas, participação direta dos sujeitos discentes, interações nos processos de construção da aprendizagem, ou seja, “reconhecendo que a mesma [a escola], ao longo da sua história se forma se transforma em interação”.

Diante do exposto, pensar a EJA é compreendê-la como modalidade de educação de natureza particular que se singulariza por sua efetividade educacional. Assim, no âmbito dessa modalidade, considera-se que uma boa gestão é imprescindível para a promoção do acesso, permanência e êxito estudantil. Gatti e Barreto (2009) defendem que a EJA consiste num direito social e educacional, contudo, destacam algumas lacunas significativas nas peculiaridades dessa formação, entre elas a formação de professores, as práticas educativas e as condições de acesso, permanência e aprendizagem.

Durante os últimos quatro anos (2017-2020), ao assumir a Secretaria Municipal de Educação de Jussari-Bahia, foi possível constatar efetivamente o que apontam Gatti e Barreto (2009), no que diz respeito aos desafios para atender às especificidades do universo da EJA, no intuito de garantir aos cidadãos o direito à educação na sua plenitude, isto é, no acesso, na permanência e no êxito da aprendizagem. Conforme aponta Saviani (2018, p. 26), “engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais”, não tem sido uma tarefa fácil para os gestores educacionais.

Nesse sentido, a busca ativa pelos estudantes da EJA durante dois anos, insistentemente, num trabalho partilhado e compartilhado entre Secretaria Municipal de Educação, professores e gestores escolares, surtiu efeito positivo, à época, para o segmento educacional de Jussari-Bahia. Na rede básica de ensino, mais precisamente no nível fundamental da rede municipal, revelou-se um crescimento significativo no número de matrículas da EJA no município, conforme demonstrado na Tabela 01, abaixo. Entretanto, nos anos 2020 e 2021, com a instauração da pandemia da Covid-19, por mais de dois anos, as escolas tiveram que aderir ao movimento de isolamento social, tendo a suspensão das aulas práticas e presenciais com o alunado,

reduzindo o número de matrículas e aumentando expressivamente as taxas de evasão escolar da EJA.

Com a retomada das aulas presenciais, em junho de 2021, o ensino foi sendo restaurado no estado da Bahia, ressaltando-se que, no contexto pandêmico, não houve oferta do ensino remoto para a os estudantes da EJA, logo, o prejuízo foi ainda maior do que o verificado nas demais modalidades. Verificou-se, no ano de 2022, uma queda no número de matrículas, além de muitas desistências, em um cenário de evasão que se repetiu no ano de 2023.

**Tabela 01** – Quantitativo de matrículas na EJA Ensino Médio - 2017 a 2023 – Colégio Estadual Amélia Amado - Município de Jussari-Bahia

NOME DA INSTITUIÇÃO	CÓDIGO INEP	ALUNOS DA EJA ENSINO MÉDIO		TOTAL DE ALUNOS	ANO
		EJA VI	EJA VII		
Colégio Estadual Amélia Amado	29310660	76	-	76	2017
		45	37	82	2018
		74	38	112	2019
		32	57	89	2020
		37	40	77	2021
		33	28	61	2022
		41	25	66	2023
<b>Total de matrículas do período.....</b>		<b>338</b>	<b>225</b>	<b>563</b>	

**Fonte:** Secretaria de Educação do Município de Jussari-Bahia (2024).

Em conformidade com as reflexões de Victor e Santos (2024), a pandemia de Covid-19 veio evidenciar a urgência de repensar e fortalecer a EJA, enquanto modalidade e não um complemento. Para tanto, afirmam os autores que “é essencial desenvolver estratégias que não só recuperem o tempo perdido, mas que também criem um sistema mais resiliente e inclusivo”. E, nesse sentido, integrar práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos prévios e a realidade dos alunos, pode ser uma possibilidade promissora, quando se pretende melhorar a qualidade e a relevância do ensino na EJA pós-pandemia.

Diante do exposto e considerando o objeto da pesquisa aqui delineado, é oportuno expor os seguintes questionamentos: 1) Quais foram as ações gestoras de acesso para matrícula do público da EJA na rede estadual de Jussari-Bahia, com o retorno presencial do professor da EJA? 2) Após mais de dois anos de distanciamento

social, quais ações gestoras buscaram potencializar a permanência e o êxito dos discentes da EJA no município?

No intuito de responder a essas e a tantas outras indagações, toma-se o seguinte problema da pesquisa: Como as ações da gestão escolar contribuem para o acesso, a permanência e o êxito dos educandos na Educação de Jovens, Adultos no município de Jussari-Bahia?

O objetivo geral do estudo consistiu em investigar como as ações adotadas e desenvolvidas pela gestão escolar contribuem para promover acesso, permanência e êxito dos educandos da Educação de Jovens e Adultos. Especificamente buscou-se atender aos seguintes objetivos: descrever o cenário da EJA, com enfoque no município de Jussari-Bahia; identificar ações gestoras focadas na EJA, mediante a imersão em uma escola pública estadual; analisar a percepção da equipe gestora e pedagógica sobre a EJA, no que tange às práticas e ações relacionadas ao acesso, permanência e êxito estudantil e; apresentar um prospecto de rede colaborativa sobre a temática “Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: práticas gestoras no Município de Jussari-Bahia”, enquanto devolutiva da pesquisa.

O produto educacional é fator de requisito dos Programas de Pós-graduação Profissionais. Assim, a partir do levantamento e identificação das ações gestoras específicas para a EJA, e com base nos resultados da avaliação das percepções docente e discente da EJA, em relação às ações de acesso, permanência e êxito discente, tem-se a concepção do produto que será socializado e disponibilizado com o objetivo de estimular a busca de ações que assegurem o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes da EJA.

Ademais, vislumbra-se que os resultados respondam aos objetivos elencados e ao problema de pesquisa, bem como provoquem mobilização da rede estadual de ensino, frente às demandas específicas da modalidade EJA, no Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari-Bahia.

Os pressupostos apontados nessa contextualização da EJA, considerando-se a realidade de um município baiano, convocam-nos a uma reflexão diante do panorama em que se encontra a educação brasileira, sobremaneira no tratamento dispensado àqueles sujeitos que, ao serem protegidos por dispositivos legais, passaram a ter garantido o direito de recuperar o tempo ausente da escola, em virtude das circunstâncias diversas que os colocaram à margem do direito de aprender.

No decurso da história, a Educação de Jovens e Adultos demorou muito para ser garantida como modalidade de ensino, mesmo mediante as diferentes manifestações e reivindicações sociais, além das diversas reformas educacionais ocorridas nos anos de 1990, as quais emergiram das lutas dos movimentos sociais articulados pelo engajamento em prol de se consolidarem os direitos à educação, conforme preconizado no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988.

Somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, que instituiu a EJA como modalidade de ensino, tem-se uma seção especial para estabelecer diretrizes. A partir de então, a EJA passou a incorporar a Educação Básica e ser notada pelo governo, inclusive sendo incorporada ao rol das políticas públicas educacionais, com vistas à erradicação do analfabetismo e ao fortalecimento dessa proposta pedagógica pautada na inclusão. Nesse contexto, a EJA é, evidentemente, uma conquista dos movimentos sociais brasileiros (Haddad, 2007).

A discussão que se propõe para o presente estudo entende a escola como a instituição social cujo papel é o de consolidar, no universo dos sujeitos estudantes, os princípios da cidadania, assim possibilitando o desenvolvimento das habilidades de compreensão de mundo dos acadêmicos, na perspectiva da “preparação” para lidar com as adversidades da vida em sociedade, bem como de se formação, como sujeitos produtivos no mundo do trabalho. E, quando se trata do público da EJA, ofertar a esses sujeitos invisibilizados a condição de acesso à construção de novos conhecimentos e ressignificação dos saberes preexistentes, torna-se fundamental para o exercício da cidadania. Para tanto, a participação efetiva dos gestores escolares se faz necessária nesse processo.

Historicamente, a ideia do gestor escolar sempre esteve atrelada à figura do sujeito responsável pelo controle burocrático dos papéis administrativos da escola. Contudo, nos últimos tempos, tem-se buscado desmistificar essa concepção e, tem-se colocado a gestão como parte do movimento integrado da escola (Begot; Marlene, 2002). Portanto, para atender às especificidades e às realidades no contexto de vida do alunado da EJA, as estratégias e ações gestoras, no âmbito da contemporaneidade, tornam-se imprescindíveis (Libâneo, 2001), para produzir resultados eficazes na dinâmica da escola. Isso se intensifica com o entendimento de que a EJA constitui a possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos que não tiveram acesso à escolarização na idade escolar adequada.

Exatamente por conta disso, a EJA é considerada uma modalidade de ensino/educação dotada de singularidades, e, para que sejam alcançados os sujeitos dessa população, a escola precisa de ações mobilizadoras, aqui trazendo à baila a importância da figura do gestor com o seu papel desafiador, tendo em vista que “gerenciar uma organização é promover o relacionamento harmônico entre os diversos setores nela existentes, de modo que ela possa atingir seus objetivos da maneira mais perfeita e mais econômica possível” (Barbosa, 1995, p. 3).

O termo gestão, no sentido amplo, encontra-se relacionado ao campo de atuação que envolve administração, gerência, direção, tomada de decisão e organização política. No contexto da educação, a gestão pode ser compreendida como o ato de gerenciar a dinâmica da cultura escolar, em consonância com as diretrizes norteadoras e políticas públicas educacionais legalmente estabelecidas, na medida em que estão imbricados os vínculos com qualidade, cidadania, autonomia e participação social, tendo a democracia como base norteadora das ações de gestão escolar. Evidencia-se, portanto, a relevância social do presente estudo, visto que se busca contribuir com o desenvolvimento de estratégias de gestão escolar voltadas à promoção de acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA, notadamente com os estudantes do município de Jussari-Bahia, matriculados no Colégio Estadual Amélia Amado.

Tomando como base essa percepção, torna-se relevante pesquisar e intervir na Gestão Escolar da Educação de Jovens e Adultos, ao analisar as ações gestoras de mobilização de campanhas de acesso, da permanência, além das práticas educativas para EJA, levando em conta as realidades da população de jovens, adultos e idosos da região cacauera do sul da Bahia.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional e social, oferecendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram sua educação formal na idade regular. No entanto, apesar dos avanços nas políticas educacionais, ainda existem desafios significativos relacionados ao acesso, permanência e êxito dos estudantes na EJA, especialmente em contextos municipais, como o de Jussari-Bahia.

Nesse sentido, a realização de um estudo sobre “Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: práticas e ações gestoras no Município de Jussari-BA” se faz essencial, tanto no plano acadêmico quanto

socialmente, por alguns motivos: a) Identificação de desafios locais: o estudo permitirá identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes da EJA em Jussari-Bahia, incluindo questões relacionadas à acessibilidade, infraestrutura educacional, oferta de cursos e programas, entre outros aspectos específicos do contexto municipal; b) Avaliação de Práticas: Ao analisar as práticas existentes na gestão da EJA em Jussari-Bahia, será possível identificar áreas que necessitam de aprimoramento ou intervenção, visando melhorar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes; c) Contribuição para o Desenvolvimento Local: O estudo poderá fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas e programas educacionais mais eficazes e adequados às necessidades da comunidade de Jussari-Bahia, auxiliando no fortalecimento do sistema educacional estadual e na promoção da equidade e inclusão social; d) Produção de Conhecimento Científico: A pesquisa proporcionará a produção de conhecimento científico sobre a realidade da EJA em Jussari-Bahia, contribuindo para a disseminação de boas práticas educacionais em contextos similares. Portanto, o referido estudo se justifica pela sua relevância para o desenvolvimento educacional local, pela contribuição para o conhecimento científico gerado e pela promoção da inclusão e equidade na educação.

No que concerne à estrutura da presente dissertação, nesta seção introdutória apresentam-se: um breve memorial autobiográfico do pesquisador, enfatizando a sua relação com o mundo do conhecimento; a delimitação do tema, ao envolver a contextualização geral da temática eleita com base em categorias conceituais; a problematização da pesquisa; os objetivos propostos e; a justificativa para se empreender uma investigação dessa natureza.

No primeiro capítulo – *Percurso metodológico* –, descrevem-se as técnicas de pesquisa utilizadas para atingir os objetivos propostos e assim responder ao problema de pesquisa, perpassando por elementos como o *lócus* e os sujeitos que participaram da pesquisa de campo, da qual se derivaram a análise e a interpretação dos dados obtidos. Além disso, apresenta-se como pesquisa bibliográfica o Estado do Conhecimento, a partir de consultas a produções científicas empreendidas acerca da temática.

O segundo capítulo – *Do conceito à trajetória histórica da EJA* –, traz uma explanação das principais ideias pertinentes a essa modalidade de ensino, teoricamente fundamentadas, desde o seu início até a contemporaneidade, bem como

aborda o arcabouço legal e demais dispositivos norteadores dessa importante política de reparação social.

No terceiro capítulo – *Gestão escolar: conceitos, definições e aplicabilidade no contexto da EJA* –, a discussão recai sobre o modelo de gestão democrática participativa defendido pela escola pública e o seu desdobramento no panorama da Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades da ação gestora na esfera da educação, com os avanços e desafios que caracterizam a gestão educacional na atualidade.

A abordagem do quarto capítulo – *Concepções teóricas sobre as dimensões acesso, permanência e êxito escolar na EJA* – resulta do Estado do Conhecimento da temática em discussão, subsidiado nas produções acadêmicas difundidas pelo programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), no período de 2015 a 2024. Após descrito o Estado do Conhecimento, procede-se à análise das abordagens presentes nos trabalhos produzidos.

No quinto capítulo – *Análise dos resultados e discussão* – estão traduzidas as percepções dos participantes da pesquisa, representados pelas equipes gestora e pedagógica da unidade escolar pesquisada, no intuito de compreender, de modo mais concreto, os avanços, os desafios e as ações desenvolvidas com vistas à garantia do acesso, da permanência e do êxito no percurso educativo dos estudantes da EJA no município de Jussari-Bahia. Ainda nesse capítulo apresenta-se o Produto da Pesquisa: proposta de criação da Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia, cujo intuito é o compartilhamento e a disseminação de ações gestores no campo da EJA nos municípios adjacentes de Jussari-Bahia.

A seção das *Considerações Finais* está desenvolvida a partir da síntese dos principais achados da pesquisa, com a retomada de alguns conceitos considerados relevantes no percurso investigativo. Busca-se ratificar algumas reflexões criticamente sobre as contribuições da pesquisa para a área da Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere às ações de acesso, permanência e êxito dos estudantes. Além disso, foram apresentadas sugestões para pesquisas futuras, reafirmando a relevância do tema e a necessidade de aprofundamentos teóricos e práticos.

## PERCURSO METODOLÓGICO

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”*

(Paulo Freire)

Para o desenvolvimento da presente pesquisa científica sobre acesso, permanência e êxito estudantil e gestão escolar em EJA, é imprescindível a apresentação do delineamento do percurso metodológico, o qual consiste em uma explanação criteriosa do método. Compreende-se a importância em detalhar as etapas concernentes à identificação da natureza, ao tipo de abordagem, ao desenho e aos procedimentos de pesquisa, à área de estudo, aos instrumentos de coleta de dados com a correspondente descrição de sua análise, a fim de assegurar a confiabilidade e cientificidade do estudo e, portanto, alcançar, satisfatoriamente, os objetivos propostos.

### 1.1 DESENHO DA PESQUISA

No universo das tipologias de pesquisas, para este estudo optou-se pela pesquisa exploratória, na medida em que permite conhecer uma realidade, identificar problemas e levantar hipóteses, auxiliando, portanto, na concepção de planos de ação e na tomada assertiva de decisões. Ademais, a sua efetividade metodológica possibilita dar conta de responder ao problema de pesquisa, sobretudo numa dimensão política, a exemplo do objeto em estudo. Em outras palavras, diz respeito a uma temática que traz como “instrumento de investigação ações à disposição dos grupos e classes sociais populares” (Thiollent, 2011, p. 46), qual seja, o público da EJA, cuja análise se procede com base nos posicionamentos da Gestão Escolar.

Nessa perspectiva, adotou-se a abordagem de natureza qualitativa para o desenvolvimento do estudo, por entender que a pesquisa busca analisar as práticas e ações da gestão escolar frente ao contexto da EJA, na observância do acesso, da permanência e do êxito desse público na escola.

Em conformidade com Creswell, (2010, p. 26) a pesquisa qualitativa

[...] envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Concorda-se com Flick (2009, p. 37), ao salientar que a abordagem qualitativa “analisa casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

Na busca pelo aprimoramento deste percurso investigativo, também foi inserido, enquanto estratégia metodológica, o Estado do Conhecimento. Para tanto, procedemos ao levantamento e análise sistemática das produções acadêmicas difundidas pelo Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), 2015 a 2024, acerca das temáticas acesso, permanência e êxito estudantil na modalidade EJA, permitindo identificar tendências, potencialidades e lacunas existentes nesse campo de estudo.

De acordo com Francelino e Rebolo (2022), o investigador estará diante de uma ferramenta essencial para qualquer pesquisa, pois fornece um panorama abrangente do que já se sabe sobre um tema, orientando a definição de objetivos, metodologias e a construção de conhecimento relevante.

Pesquisas do tipo Estado do Conhecimento são consideradas um instrumento consistente de conhecimento, não apenas para quem o realiza mas, também, para quem o utiliza para aprimorar seus trabalhos sobre um objeto de estudo proposto. Compreendemos que realizar um Estado do Conhecimento sobre as produções acadêmicas e trabalhos científicos é de grande importância, uma vez que o avanço do conhecimento só será possível a partir do conhecimento do que já foi produzido (Francelino; Rebolo, 2022, p. 3).

Ainda no tocante ao desenho metodológico, o presente estudo constitui-se, também, de uma pesquisa aplicada, a qual, segundo Antônio Pereira (2007), consiste em uma técnica de investigação cujo objetivo é resolver problemas específicos ou gerar conhecimentos que possam ser diretamente aplicados na prática, ao visar a produção de resultados concretos que tragam benefícios à sociedade, às instituições educacionais ou a outros setores.

Gerhardt e Silveira (2009) sinalizam que “[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Vergara (2013) assevera que a pesquisa aplicada tem como finalidade a

prática e é motivada por uma necessidade imediata ou não. Gil (2021), por sua vez, aborda que a pesquisa aplicada abrange estudos elaborados, tendo a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que vivem os pesquisadores.

## 1.2 CATEGORIAS CONCEITUAIS

Com base na Teoria da Pedagogia Crítica, Paulo Freire (1987) defende uma abordagem educacional centrada na problematização da realidade dos estudantes e na promoção da conscientização e da transformação social. Na Educação de Jovens e Adultos, a pedagogia crítica pode ser uma ferramenta poderosa para engajar os estudantes adultos, permitindo-lhes refletir criticamente sobre sua condição e buscar ações para superar as barreiras que enfrentam no acesso, na permanência e no êxito educacional, as quais consistem nas categorias conceituais do presente estudo, bem como a gestão escolar.

São esses três importantes pilares – acesso, permanência e êxito estudantil – que impulsionam e validam a existência de uma modalidade de ensino como a EJA, no entendimento de que a referida tríade requer um cuidado de todos os envolvidos na educação, sobretudo quando esta educação se presta a uma reparação social.

### 1.2.1 Acesso

O acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um tema de grande relevância no contexto educacional, especialmente considerando as garantias do direito à educação ao longo da vida para todos os cidadãos. Assim, o acesso se refere ao Direito à Educação como Princípio Fundamental, visto que a Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Esse direito se estende a todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, etnia ou condição socioeconômica (Vieira, 2010).

No rol dos dispositivos legais para o acesso à escolarização, destaca-se ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que estabelece a obrigatoriedade quanto à oferta da Educação Básica, incluindo o Ensino Fundamental, para todas as pessoas, dentre as quais estão jovens e adultos que não tiveram acesso ou conclusão na idade regular.

Para atender a esse propósito, diversas políticas públicas foram implementadas visando promover a inclusão educacional a essa população, desenvolvendo programas de alfabetização de jovens e adultos, oferta de cursos e modalidades flexíveis de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos centros educacionais (Saviani, 2013). Entretanto, ainda se evidencia o descaso histórico com essa modalidade de ensino, refletido na falta de investimentos, campanhas de incentivo e estratégias intersetoriais, comprometendo o direito à educação de milhares de jovens e adultos excluídos do sistema regular.

### **1.2.2 Permanência**

A permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é essencial para garantir que esses sujeitos possam concluir seus estudos e alcançar os objetivos educacionais almejados, isto é, estando preparados para se desenvolverem após esse percurso de aprendizagem, tanto na vida pessoal quanto no aspecto profissional.

Santos (2015) destaca que os estudantes da EJA enfrentam desafios específicos que podem afetar sua permanência na escola, como a necessidade de conciliar os estudos com responsabilidades familiares e profissionais, a falta de tempo, a defasagem de aprendizado em relação aos colegas mais jovens e a falta de motivação devido a experiências passadas de fracasso escolar.

Posto isso, Oliveira (2018) reconhece a importância de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para promover a permanência dos estudantes na EJA, ao incluir a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, o respeito às diferenças individuais, o apoio psicossocial e o desenvolvimento de vínculos afetivos entre estudantes e professores.

Diversas intervenções podem ser implementadas para promover a permanência dos estudantes na EJA, como programas de apoio psicossocial, tutoria e orientação acadêmica, oferta de atividades extracurriculares e flexibilização curricular para atender às necessidades individuais dos estudantes (Santos, 2015).

Mattos e Santos (2023) enfatizam que um dos principais fatores para efetivar a permanência do aluno na EJA refere-se à utilização de metodologias adequadas e significantes, em que a unidade escolar reconhece o jovem, o adulto e o idoso como

discente, ao buscar adaptações nos processos educativos voltadas ao atendimento dos projetos de vida desse público.

### 1.2.3 Êxito Estudantil

O êxito na Educação de Jovens e Adultos (EJA) refere-se não apenas à conclusão dos estudos, mas também ao alcance dos objetivos educacionais e ao desenvolvimento integral desses estudantes. Entende-se, portanto, que o êxito na EJA vai além da simples conclusão do Ensino Fundamental ou Médio, podendo ser definido de maneiras diversas, incluindo o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e socioemocionais, a melhoria da qualidade de vida, o aumento da empregabilidade e a participação ativa na comunidade (Moraes, 2018).

Nesse percurso, O professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental no sucesso estudantil, atuando como mediador do conhecimento, incentivador da aprendizagem e agente de transformação social. A EJA, por suas particularidades, exige um educador com sensibilidade para compreender a realidade e as experiências de vida dos alunos, além de habilidades para adaptar o ensino às suas necessidades. A pesquisa realizada por Nepomuceno *et al.* (2019) traz a relevância da figura docente da EJA, para que o estudante aumente a motivação e, conseqüentemente, haja ressonância positiva nas aprendizagens.

Acredita-se ser importante que professores deste segmento conheçam a orientação motivacional de seus alunos e a relação que essa orientação tem com o desempenho acadêmico destes, sendo, assim, capazes de adequar suas estratégias de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, é um desafio para a maioria dos educadores que seus alunos se sintam motivados a aprender de forma comprometida com as tarefas e interessados na aprendizagem, a fim de obter resultados positivos em seu desempenho acadêmico (Nepomuceno et al., 2019).

É preciso, pois, valorizar o êxito dos estudantes da EJA, tendo por base as conquistas individuais de cada estudante, levando em consideração suas metas pessoais, interesses e contextos de vida, ao incluir o reconhecimento e a celebração não apenas das conquistas acadêmicas, mas também diante das superações de desafios pessoais e da construção de autonomia e autoconfiança (Silva, 2016).

A aprendizagem na EJA é essencial para a promoção da cidadania, autonomia e inclusão social dos sujeitos historicamente excluídos do sistema

educacional, na medida em que permite a valorização dos saberes construídos ao longo da vida e fortalece o protagonismo dos educandos.

#### **1.2.4 Gestão Escolar na EJA**

A gestão escolar na EJA enfrenta desafios específicos, como a necessidade de flexibilidade e adaptação para atender às demandas variadas dos estudantes adultos, a escassez de recursos financeiros e materiais e a dificuldade em engajar e manter os estudantes motivados ao longo de seu percurso educacional (Almeida, 2019). Entretanto, considera-se que a referida gestão tem grande representatividade na promoção do acesso, permanência e êxito dos estudantes adultos. Nesse cenário, o gestor escolar desempenha múltiplos papéis, incluindo o planejamento e organização das atividades educacionais, a gestão de recursos humanos e materiais, o estabelecimento de parcerias com a comunidade e o acompanhamento do desempenho dos estudantes (Santos, 2017).

Diversas estratégias podem ser adotadas para promover uma gestão educacional eficaz na EJA, incluindo a oferta de horários e modalidades flexíveis de ensino, a implementação de programas de tutoria e apoio psicossocial, o desenvolvimento de currículos e materiais didáticos adequados às necessidades dos estudantes adultos, bem como o estabelecimento de parcerias com organizações e instituições locais (Santos, 2017).

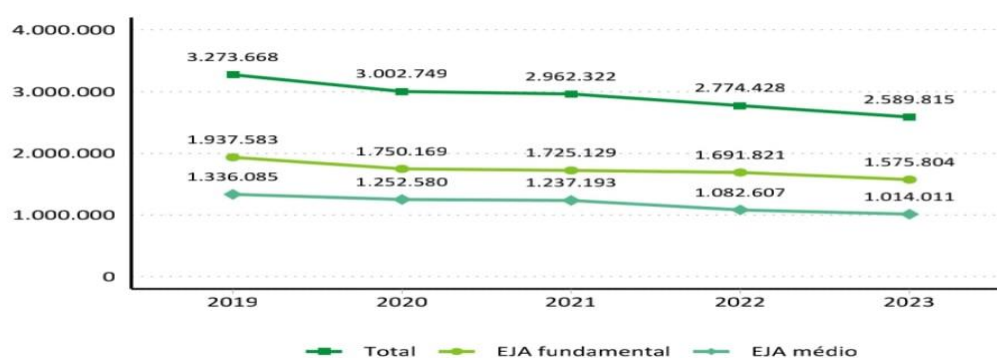
Além disso, Almeida (2019) destaca outras importantes estratégias no campo da gestão educacional para atender aos estudantes jovens, adultos e idosos, quais sejam: a) A incorporação de inovação e tecnologia na gestão da EJA pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, facilitando o acesso a recursos educacionais, promovendo a interação e colaboração entre estudantes e professores, além de ampliar as oportunidades de aprendizagem para os estudantes adultos; b) A participação da comunidade na gestão escolar é essencial para promover uma educação inclusiva e contextualizada na EJA, ao incluir a consulta e envolvimento dos estudantes adultos, familiares, profissionais da educação, organizações da sociedade civil e outros membros da comunidade no processo de tomada de decisões e planejamento das atividades educacionais; c) A formação e a capacitação de gestores na EJA são fundamentais para garantir a qualidade e eficácia da gestão educacional, ao incluir o desenvolvimento de competências específicas relacionadas

à gestão de programas e políticas educacionais, liderança, trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas.

### 1.3 LÓCUS DA PESQUISA

De acordo com os dados do Censo Escolar Nacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP – BRASIL, 2023), houve em todo território nacional cerca de 2,59 milhões de matrículas na EJA (Figura 01). No âmbito nacional, desde 2018, a EJA, apesar da redução gradativa de matrículas, ainda tem sido uma modalidade de ensino bastante procurada, tanto por pessoas que deixaram de estudar na idade da adolescência e juventude quanto pelos estudantes que desistiram de estudar em meados dos Anos Finais do Fundamental II e do Ensino Médio.

**Figura 01:** Quantitativo de matrículas na EJA no Brasil entre 2019 e 2023.



Fonte: INEP (2023).

No que se refere aos indicadores de analfabetismo no município, a tabela 02 apresenta o seguinte cenário:

**Tabela 02:** Indicadores de analfabetismo  
Município de Jussari – Bahia

Período	População	Indicadores
1991	8.470 hab.	45,1%
2000	7.556 hab.	25,9%
2010	6.474 hab.	28,8%

Fonte: Datasus. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/>

Muito embora os dados ainda não tenham sido atualizados, o que se pode inferir é que a diminuição no número de analfabetos no município de Jussari-Bahia se deveu, em parte, a programas ou iniciativas que deram de conta de equacionar esse fenômeno. Ademais, os indicadores nos permitem dialogar com o debate proposto no presente estudo, qual seja, a execução de ações gestoras nas Unidades Escolares que ofertam a modalidade EJA, no sentido de proporcionar o acesso, a permanência e o êxito estudantil desses indivíduos que foram alijados de um processo de aprendizagem minimamente aceitável: a habilidade de ler e escrever.

No Colégio Estadual Amélia Amado, *lócus* da pesquisa, no segmento EJA Ensino Médio ocorreram 1.261 matrículas entre os anos de 2008 e 2023 (Tab. 03).

Quanto à rede municipal de Jussari-Bahia, no segmento EJA Ensino Fundamental, considerando o mesmo lapso temporal, ocorreram 8.044 matrículas (Tab. 04).

**Tabela 03:** Estatística de alunos da EJA – Colégio Estadual Amélia Amado - Etapas I – II – III – IV - V Rede Estadual – Município de Jussari-Bahia

<b>ANO</b>	<b>ALUNOS MATRICULADOS</b>
<b>2008</b>	48
<b>2009</b>	78
<b>2010</b>	62
<b>2011</b>	57
<b>2012</b>	63
<b>2013</b>	92
<b>2014</b>	70
<b>2015</b>	86
<b>2016</b>	82
<b>2017</b>	76
<b>2018</b>	116
<b>2019</b>	108
<b>2020</b>	87
<b>2021</b>	77
<b>2022</b>	79
<b>2023</b>	80
<b>Total de matrículas.....</b>	<b>1.261</b>

**Fonte:** Secretaria de Educação de Jussari-BA (2024)

**Tabela 04:** Estatística de alunos do Segmento EJA - Ensino Fundamental – Rede Municipal de Jussari-BA

<b>ANO</b>	<b>ALUNOS MATRICULADOS</b>
<b>2008</b>	324
<b>2009</b>	279
<b>2010</b>	587
<b>2011</b>	718
<b>2012</b>	701
<b>2013</b>	336
<b>2014</b>	245
<b>2015</b>	222
<b>2016</b>	138
<b>2017</b>	604
<b>2018</b>	621
<b>2019</b>	714
<b>2020</b>	727
<b>2021</b>	768
<b>2022</b>	516
<b>2023</b>	544
<b>Total de Matrículas.....</b>	<b>8.044</b>

**Fonte:** Secretaria de Educação de Jussari-BA (2024)

Jussari é um município de pequeno porte com 5.888 habitantes (IBGE, 2022), localizado na região cacauzeira ao Sul do estado da Bahia, dentro do território de Identidade do Núcleo Territorial de Educação - NTE 05, na mesorregião de Itabuna. Os NTE são instâncias de administração regional e se integram nos Territórios de Identidade da Bahia. A Regionalização Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), por meio da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios, sendo que atualmente a Secretaria da Educação possui 27 Núcleos Territoriais de Educação, representando a Secretaria na Administração Regional que acompanha os Territórios de Identidade da Bahia. São reconhecidos 27 Territórios de Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as

populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. No caso, o município de Jussari está integrado ao Território 5 -Litoral Sul.

No referido município, há uma escola estadual que atualmente oferta a modalidade da EJA, ou seja, o Colégio Estadual Amélia Amado, *lócus* do presente estudo, localizada na área urbana. A atual sede foi construída nos moldes das mais modernas estruturas públicas do município, possui um espaço amplo e agradável que atende às demandas educacionais do município nos aspectos sociocultural, pedagógico e esportivo, conforme documento anexo. O prédio é relativamente grande, tem uma área de 35m<sup>2</sup> de frente e 60m<sup>2</sup> de lado, com 2100m<sup>2</sup> na área interna, constituída de 07 salas de aula, 1 laboratório de informática equipado com computadores, acesso à internet, lousa digital, 1 laboratório de Ciências, secretaria/recepção, 1 almoxarifado, salas de direção, vice-direção e professores, cozinha/cantina, área de serviço, depósitos, pátio, banheiros para professores, funcionários e alunos, 2 jardins. A área externa também construída é de 100x100m<sup>2</sup>= 10.000m<sup>2</sup>, contendo: 1 campo *society* de 20x40m<sup>2</sup> = 800m<sup>2</sup>; 1 quadra coberta 20x35m<sup>2</sup> =700m<sup>2</sup>; 1 horta de 30x80m<sup>2</sup> = 2400m<sup>2</sup>; 1 área de convivência de 8x8 m<sup>2</sup> = 64m<sup>2</sup>; um estacionamento de 25x29m<sup>2</sup> = 725m<sup>2</sup>; um refeitório, um vestiário, além de um auditório, um espaço bem amplo, com piso tátil e acessibilidade, florido, e que dá acesso ao portão de entrada da Instituição.

As salas de aulas funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno, com aulas regulares e com oficinas de aprendizagem, como o Acompanhamento Pedagógico/ Português e Matemática; Fortalecimento da Aprendizagem (EJA), Cultura Corporal e Produção e Fruição das Artes; Esporte; Marketing Digital. A oficina de música passou a funcionar no ano de 2022 com o projeto “Educa mais Bahia”, que selecionou voluntários fora do colégio para ministrarem as oficinas.

O Colégio Estadual Amélia Amado oferta a educação de tempo integral ensino do 1º ano ao 3º ano, Educação de Jovens e Adultos (EJA) Tempo Formativo III e a Formação Profissional Técnica de Nível Médio (PROEJA e PROSUB) e, segundo o Censo Escolar 2023, a unidade escolar conta atualmente com 303 alunos matriculados distribuídos em três turnos: matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 11 turmas. Como visto, as matrículas para a Educação de Jovens e Adultos no referido colégio representaram 56% de estudantes matriculados. Importa mencionar que a escolha por essa Unidade Escolar ocorre pelo fato de ser a instituição

educacional que atende alunos da EJA na sede do município, sendo que o autor do presente estudo leciona nessa modalidade em duas turmas.

Assim, o estudo traz como delimitação empírica o Colégio Estadual Amélia Amado, Unidade Escolar da rede de Jussari-Bahia, que oferta turmas da EJA. E, dentro do contexto da educação de jovens e adultos, pretende-se investigar as ações gestoras e as práticas educativas desenvolvidas pela escola para mobilizar o acesso dos estudantes e promover a sua permanência e êxito.

#### 1.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa constituem-se de pessoas com diferentes posicionamentos, as quais interagem com o pesquisador durante a execução do projeto. Assim, os posicionamentos assumidos no decorrer da execução da pesquisa envolvem todo um contexto vivenciado pelos indivíduos dentro da área do estudo.

A seleção dos participantes desta pesquisa tem a finalidade de melhor atingir os objetivos propostos, haja vista que se reconhece a imprescindibilidade do envolvimento desse público, para que o sucesso do estudo seja alcançado.

Tem-se como sujeitos participantes da pesquisa: a) Gestores Escolares (diretor e vice-diretora); b) Coordenadora pedagógica e; c) Professores que lecionam na modalidade EJA. Embora o enfoque da pesquisa esteja centrado nos gestores e, conseqüentemente, nas ações gestoras, os docentes da EJA participarão do estudo, respondendo sobre quais ações gestoras da escola têm sido realizadas para mobilizar o ensino da EJA e, por extensão, as matrículas nas turmas, bem como fornecerão dados para compreensão das práticas pedagógicas voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes.

##### **1.4.1 Gestores Escolares (Diretor e Vice-diretora)**

Os gestores escolares do Colégio Estadual Amélia Amado desempenham um papel fundamental na liderança e na gestão pedagógica da escola. Eles são responsáveis por promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e de qualidade, garantindo que os objetivos educacionais sejam alcançados e que as necessidades dos alunos sejam atendidas, de maneira eficaz. Os referidos profissionais também são responsáveis pela administração e organização escolar, bem como pelo

desenvolvimento profissional e formação de professores, portanto são os principais participantes dessa pesquisa.

#### 1.4.2 Coordenadora Pedagógica

A coordenadora pedagógica da unidade escolar em estudo articula e mantém todos os atores do processo de aprendizagem em torno de um único objetivo: colocar em prática o Projeto Político Pedagógico concebido para a comunidade escolar. A coordenadora pedagógica integra o Colegiado Escolar do Colégio em estudo e participou da presente pesquisa diante do seu amplo conhecimento em gestão democrática escolar.

#### 1.4.3 Docentes da EJA

Os professores da unidade escolar são capacitados para atuarem como gestores de aprendizagem, contribuindo para a formação cidadã, na medida em que têm influência para orientar e motivar seus alunos. Os referidos profissionais vivenciam a realidade do gerenciamento escolar, estando, portanto, aptos a fornecer relevantes informações para a realização do exame.

**Tabela 05** - Participantes da Pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Gestores escolares	2
Coordenador pedagógico	1
Professores	12
<b>Total de Participantes.....</b>	<b>15</b>

**Fonte:** Elaboração Própria (2024)

Os participantes foram selecionados de maneira intencional e direta, a partir do contato do proponente da pesquisa, mediante uma breve apresentação da proposta e dos objetivos, a princípio, na interlocução com a direção escolar e professores, a fim de garantir o consentimento do estudo.

## 1.5 COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos por meio de um questionário, cujo instrumento de verificação consiste em esclarecer os objetivos específicos da pesquisa em itens bem elaborados na forma de perguntas ordenadas e respondidas pelos participantes – no caso, os gestores escolares, o coordenador e os professores da EJA –, com o intuito de levantar informações, analisá-las, a fim de alcançar os objetivos específicos correlacionados.

Miranda (2020) define o questionário como sendo um conjunto de questionamentos, elaborados em uma sequência temática lógica acerca de variáveis e circunstâncias que o pesquisador intenciona mensurar ou descrever, constituindo-se como uma das ferramentas mais indicadas para essa tarefa, tendo em vista que se pode obter a informação primária diretamente com o(s) sujeito(s) pesquisado(s).

Gil (2021) orienta que, antes de se elaborar o questionário, é preciso levar em consideração os objetivos e o público-alvo, aspectos fundamentais para o bom resultado desse método de coleta de dados. Assim, devem ser seguidas algumas etapas para construção eficaz de um questionário, a saber: especificação dos objetivos da pesquisa, conceitualização e operacionalização das variáveis, familiarização com as formas de expressão do grupo, estruturação do grupo, pré-teste do questionário e, por fim, a aplicabilidade do instrumento.

Quanto aos cuidados éticos do estudo, todos os sujeitos foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de caráter estritamente científico.

## 1.6 ANÁLISE DOS DADOS

A técnica de análise e interpretação de dados consiste em examinar o material coletado, observando possíveis falhas, erros ou dúvidas para posterior exposição dos significados encontrados no decorrer da pesquisa. Após a obtenção das informações decorrentes das respostas ao questionário, os dados foram analisados e tabulados, preservando-se o propósito da pesquisa, na busca por obter um máximo de aproveitamento.

A análise ocorreu em três etapas, cujas diretrizes foram difundidas por Laurence Bardin (2016), envolvendo, portanto: a) pré-análise – nessa fase, verificou-

se o resultado quanto aos percentuais relativos aos indicadores, isto é, das maiores às menores ocorrências na escolha das respostas; b) exploração do material – a segunda fase consistiu em estabelecer o diálogo necessário entre as respostas obtidas no questionário e os pressupostos delineados no marco teórico e; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação – constitui-se no olhar reflexivo do pesquisador, diante das percepções dos sujeitos da pesquisa, a partir das leituras sobre o tema e da sua vivência no contexto da gestão escola. Tais procedimentos permitem sintetizar a compreensão dos dados coletados, responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento científico sobre o tema em estudo.

As referidas diretrizes e técnicas são indicadas para a interpretação e análise dos dados os quais foram obtidos, no que se refere às ações gestoras voltadas ao sucesso da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, em Jussari-Bahia.

## 1.7 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para proceder à análise e à interpretação das informações, realizou-se uma leitura analítica, por meio da qual se busca ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes bibliográficas e nos dados provindos da pesquisa de campo. Essa técnica possibilita ao pesquisador a obtenção de resposta frente ao problema do estudo, visando ao alcance dos seus objetivos.

De acordo com Moraes (1999), a categoria de análise é uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo, e que necessita, portanto, obedecer a um conjunto de critérios. Mesmo admitindo diferenças na aplicação e interpretação desses critérios, é importante discuti-los e compreendê-los e o eventual não atendimento a algum deles numa pesquisa deve ser justificado adequadamente.

Bardin (2016), assevera que pelas categorias é possível compreender, descrever, explicar e evidenciar o fenômeno de investigação, sempre com base em um conjunto de contribuições e aproximações. A análise categorial diz respeito a um processo de discussão e análise que contempla uma amplitude de informações que precisam ser organizadas, de modo reflexivo e coerente, promovendo uma evidente intersecção na busca de respostas para os objetivos propostos.

Ainda conforme pontua Moraes (1999), uma característica básica de todo e qualquer conjunto de categorias deve ser a sua validade, ou seja, precisa ser adequada ou pertinente. Essa adequação se refere aos objetivos da análise, à

natureza do material que está sendo analisado e às questões que se pretende responder no instrumento da pesquisa. Nessa perspectiva, elencamos, a seguir, as quatro categorias que consideramos pertinentes ao exercício de análise no cenário da gestão escolar da EJA, na Unidade Escolar (lócus) situada no município de Jussari-Bahia, quais sejam: Planejamento; Execução; Monitoramento e Avaliação.

### **1.7.1 Planejamento**

O planejamento, no âmbito da gestão escolar, é um processo que envolve a definição de metas e estratégias para que a escola possa alcançar os seus objetivos. Trata-se de uma ferramenta de gestão necessária à organização e à gestão dos recursos disponíveis, como tempo, espaço, pessoal e materiais. Deve ser um processo contínuo, no qual são envolvidos todos os segmentos da escola, desde os gestores até os professores, alunos e pais.

### **1.7.2 Execução**

A execução na gestão escolar significa colocar em prática as ideias e ações planejadas para a condução da atividade educacional. Refere-se a um processo sistemático, que envolve a organização e a coordenação de todas as práticas desenvolvidas no contexto escolar. A ação executora deve levar em conta os objetivos, as metas e as estratégias capazes de revisar e corrigir equívocos do planejamento e promover mudanças visando a melhorias futuras na gestão.

### **1.7.3 Monitoramento**

Na esfera da gestão escolar, diz respeito ao acompanhamento sistemático de um conjunto de indicadores educacionais em intervalos regulares de tempo, cuja finalidade é acumular informações úteis para a gestão e a formulação de políticas educacionais. Tais indicadores permitem, por exemplo, o acompanhamento de rendimento escolar (taxas de aprovação, repetência e abandono), da conclusão das etapas de ensino (taxas de conclusão) e dos insumos escolares (espaço, equipamentos escolares, relação do número de alunos por docente).

#### **1.7.4 Avaliação**

Trata-se do momento de rever se as estratégias traçadas durante o percurso foram adequadas e se necessitam de adaptações. Ressalta-se que são igualmente importantes os aspectos anteriores do processo (planejamento, execução e monitoramento), para que a avaliação se consistente. A avaliação realizada pela gestão escolar deve estar em constante comunicação com as atividades realizadas pela escola e deve considerar as condições que ela oferece aos alunos e aos públicos que atinge.

Isso posto, para melhor delineamento do nosso objeto de estudo, se faz necessário contextualizar historicamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas a compreender as origens das desigualdades educacionais e os fatores que contribuíram para a exclusão de amplos segmentos da população do direito à escolarização. A abordagem da seção seguinte permite-nos reconhecer a EJA como conquista de lutas sociais e políticas, e não apenas como uma modalidade compensatória. Ao compreender seu percurso, é possível valorizar os sujeitos da EJA, suas trajetórias e resistências. Ademais, essa contextualização orienta a formulação de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e transformadoras.

## 2 DO CONCEITO À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA

*“Para isso existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido.”*

(Rubem Alves)

Ao longo da história, a educação de adultos foi compreendida de diferentes formas. A I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Elsinore, na Dinamarca, logo depois da Segunda Guerra Mundial (1949), entendeu a educação de adultos como uma espécie de educação moral.

Com uma trajetória que remete ao Brasil-Colônia, pensar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em sua concepção histórica perpassa pelo contexto jesuítico, chegando até os dias atuais, e assim ampliando seu escopo nas últimas três décadas (Silva; Soares, 2021). No contexto global, sendo conhecida como *Youth and Adult Education* (YAE), seguindo as recomendações do Banco Mundial para os governos, bem como as ações coordenadas pela UNESCO (desde 1900-2000 até 2015) com a iniciativa mundial da “Educação Para Todos”, a EJA obteve pouca relevância no cenário internacional, sendo preterida pela educação primária dedicada às crianças (Torres, 2013).

Conforme explana Torres (2013), A “reativação” da EJA ocorre então a partir dos anos de 1990, ganhando força após a Conferência de Hamburgo, com o surgimento do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PIA) 2007-2015, estruturado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e, no Brasil, por meio dos fóruns de Educação de Jovens e Adultos nos estados (Silva; Soares, 2021). Tal fortalecimento da temática culminou na inserção da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização da Educação Profissional (FUNDEB), em 2007.

O estudo nacional realizado pelo pesquisador Sérgio Haddad (2007), intitulado “Novos caminhos na Educação de Jovens e Adultos” (2003 a 2006), apresenta parte do apogeu da modalidade EJA no País, analisando o desempenho do poder local na construção de projetos próprios e no estímulo à municipalização. A VI Conferência

Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada no Brasil em 2009, fortaleceu o crescimento e projeção da EJA, tanto no território brasileiro quanto em todo o globo (Silva; Soares, 2021; Torres, 2013), em especial com base no Marco da Ação de Belém, que propôs a Meta nº 12 do documento final da CONFINTEA VI, com o seguinte texto:

As políticas e medidas legislativas para a educação de adultos precisam ser abrangentes, inclusivas e integradas na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, com base em abordagens setoriais e intersetoriais, abrangendo e articulando todos os componentes da aprendizagem e da educação (UNESCO, 2010).

De acordo com Torres e Irmão (2013), vale ressaltar que, mesmo com a maior parte dos países latino-americanos utilizando a expressão “Educação de Jovens e Adultos” ou apenas “EJA”, somente na década de 1980 é que o termo “Jovens” foi incorporado, por reconhecer o aumento desse grupo nos programas de educação voltados para adultos. O fenômeno da juvenilização na EJA persiste até então e tem sido fonte de pesquisa para diversos estudos na área da educação (Souza; Reis, 2017).

Sobre esse percurso educacional, Silva e Soares (2021, p.2) relatam sobre a ascensão da EJA no contexto histórico brasileiro, contudo traçam algumas considerações:

Passadas décadas da promulgação do direito de todos à educação na Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 que concedem a pessoas jovens, adultas e idosas iniciarem ou terminarem a escolarização básica na escola pública, os ordenamentos subnacionais para o setor continuam sendo arenas de disputa política com baixa produção de institucionalidade à EJA.

Sabe-se ainda que a evasão escolar corresponde a um dos fatores que comprometem o avanço da EJA, sendo relevante investigar o interesse dos corpos docentes acerca das causas correspondentes, ao buscar soluções e/ou formas metodológicas para que seja possível reverter essa realidade (Souza; Reis, 2017).

Segundo estudos desenvolvidos por Moreira (2014), pode-se afirmar que a EJA ainda não é devidamente assistida por parte das políticas públicas, haja vista persistir nessa modalidade educacional um dilema: a evasão, um fenômeno que ocorre por inúmeros motivos, a saber: ausência de lanche, desgaste físico e mental decorrente do trabalho, falta de profissionais qualificados para a área, entre outros.

Oliveira *et al.* (2020) pontuam que, embora se observe o progresso da Educação de Jovens e Adultos em território nacional, a administração pública brasileira tem sido ineficiente quanto ao propósito da EJA. Segundo os autores:

Na história de nosso país, inexistem políticas públicas consistentes e articuladas voltadas para ações afirmativas de educação dos adultos. [...] depara-se numerosas vezes com política fragmentada, pouco resistente especialmente para acabar com o analfabetismo, esta questão só colabora para distanciar o adulto analfabeto, colaborando para rotular este indivíduo como problema social (Oliveira *et al.*, 2020, p. 112).

Para melhor entendimento da trajetória da EJA, o quadro 01 traz uma breve descrição dos principais acontecimentos registrados em cada período da história brasileira no que concerne à educação de jovens e adultos. Vale dizer que as informações encontram-se na íntegra nos Apêndices desta pesquisa (Apêndice A).

**Quadro 01** - Síntese dos principais acontecimentos relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

PERÍODO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	FONTE
Colonização	Os jesuítas cuidaram da alfabetização de crianças e indígenas, em detrimento da educação de adultos.	Strelhow (2010)
Império	A Igreja buscava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa.	Piletti (1988)
	Em 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil, destinada aos trabalhadores analfabetos.	Paiva (1973)
	Em 1881 a “Lei Saraiva” instituiu o “título de eleitor”, proibindo o voto dos analfabetos, e a expulsão dos jesuítas desestruturou o ensino de adultos.	Paiva (1973)
Império-República (1887-1897)	Em 1910 surgiram as “Ligas contra o analfabetismo”, vislumbrando o voto do analfabeto.	Paiva (1973)
República	As reformas de 1920 dão ênfase à educação dos adultos.	Paiva (1973)
Década de 40	A Constituição de 1934 - Plano Nacional de Educação.	Brasil (1934)
	No período de estagnação econômica foi criado o SENAI, visando à educação profissional.	Gadotti; Romão (2006)
	O FNEP criou-se o “custo padrão”, redistribuindo os recursos da educação nas três esferas.	Amaral (2001)
	Criação do INEP.	<a href="https://www.gov.br/inep/ptbr/">https://www.gov.br/inep/ptbr/</a> .

	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)	Costa, Deane (2012)
	1ª avaliação sobre o analfabetismo no País, lançando um novo olhar para a EJA.	Oliveira, Almeida (2005)
Era Vargas	A educação de adultos é vista como fundamental para a elevação do nível cultural dos cidadãos.	Beisiegel (1974)
Era Kubitschek	Congresso de Educação de Adultos com a participação de Paulo Freire.	Gadotti (2000)
1959	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA)	Gadotti, Moacir (2013)
1964	2º Congresso Nacional de Educação de Adultos	MEC (2008)
1963	Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA)	Di Pierro; Joia; Ribeiro, (2001)
1965	Surgimento da Cruzada Ação Básica Cristã, em Recife, contra as ideias de Paulo Freire.	Haddad; Di Pierro (2007)
1967	O MOBRAL e a Cruzada ABC centralizam o controle dos processos pedagógicos.	Di Pierro; Joia; Ribeiro, (2001)
1971	O Ensino Supletivo trazia “uma nova concepção de escola”, com a lei de diretrizes.	Haddad; Di Pierro (2007, p. 116)
1985	Extinção do MOBRAL – Surge a Fundação EDUCAR	Paiva, Vanilda (2013)
1990	Extinção da Fundação EDUCAR	Haddad; Di Pierro (2007)
	Criação da Comissão do Programa Nacional da Alfabetização e Cidadania.	Machado (1998)
1996	A EJA substitui o Ensino Supletivo.	Soares (2002)
1996	Lei nº. 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Brasil (1996)
1997	V CONFINTEA. A EJA torna-se mais que um direito	UNESCO (1997)
2000	Parecer CNE/CEB nº 11: Descreve as funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA.	Conselho Nacional de Educação (2000)
2000	Criação do FUNDEF- exclusão dos alunos da EJA.	Haddad; Di Pierro (2007)
2003 a 2006	Criação do Programa Brasil Alfabetizado Projeto Escola de Fábrica/ PROJOVEM/ PROEJA.	Gentili (1998)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024), com base nas fontes científicas referenciadas.

Observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil remonta ao século XIX, com iniciativas isoladas de escolas noturnas e cursos voltados para trabalhadores que não tiveram acesso à educação formal na infância. Essas primeiras tentativas visavam atender à crescente demanda por alfabetização e formação básica de adultos que ingressavam no mercado de trabalho. Durante as décadas de 1940 e 1950, surgiram políticas públicas mais estruturadas para a EJA, com a criação de movimentos de alfabetização, como a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), que buscava erradicar o analfabetismo no País.

Essas iniciativas foram impulsionadas pelo movimento pela educação popular e pela necessidade de formação da mão de obra para a industrialização do País. Durante o período da Ditadura Militar, a EJA foi utilizada como instrumento de controle social e propaganda política, com a criação de programas de alfabetização voltados para adultos considerados "excluídos" ou "marginalizados" pela sociedade. No entanto, esses programas muitas vezes tinham um viés assistencialista e não promoviam uma educação emancipatória e crítica. Com a promulgação da Constituição de 1988, a EJA passou a ser reconhecida como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros. A partir dessa época, foram implementadas políticas mais inclusivas e democráticas para esse segmento, com a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade do ensino e o reconhecimento da diversidade de públicos atendidos por essa modalidade de ensino.

No século XXI, a EJA continua sendo uma área de grande importância na agenda educacional brasileira, enfrentando desafios como a superação do analfabetismo funcional, a redução das desigualdades educacionais e a promoção da inclusão social e digital. Apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade para todos os jovens e adultos no Brasil.

De acordo com Nascimento (2013), a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi desenvolvida como meio alternativo à qualificação de mão de obra, voltado ao atendimento da demanda industrial, cuja função precípua era a de formar pessoas que atuassem como máquinas, desprovidas de senso crítico. Nessa época, a única proposta educativa destinada à formação de cidadãos críticos foi elaborada por Paulo Freire, sendo destruída durante a Ditadura Militar. Conforme pontua Nascimento (2013, p. 14):

Inúmeros programas de EJA, após a experiência freireana foram desenvolvidos, mas não eram valorizados por parte dos governantes, pois a esses importava a formação de mão de obra e não o conhecimento adquirido. Para Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considera-se que a história da Educação de Jovens e Adultos no País, mesmo após incansáveis lutas e conquistas, encontra-se ainda em construção, diante da existência atual de inúmeros desafios e barreiras que necessitam ser enfrentados e ultrapassadas, respectivamente (Borges, 2021).

Nessa discussão, Quaresma, Pantoja e Cordeiro (2020) sustentam que, em decorrência dos variados problemas sociais observados na trajetória histórica brasileira concernentes, de modo especial, à educação, a EJA tem sido solidificada no âmbito educacional, sendo vista como uma oportunidade de inclusão dos indivíduos, fazendo valer o direito à educação e assim contribuindo para que possam transformar suas próprias realidades, as quais já haviam sido contingenciadas por motivações que dificultaram ou impossibilitaram sua participação no universo da escolarização. Verifica-se, pois, que a EJA passa a refletir acerca da emancipação dos cidadãos em caráter social, buscando promovê-los na sociedade.

Nesse contexto, merece destaque o Decreto nº 12.048/24 (Brasil, 2024) que instituiu o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, visto que, no rol de suas diretrizes se encontram: a integração da EJA com a educação profissional e tecnológica; a multiplicidade de metodologias, abordagens, instrumental pedagógico e recursos didáticos que sejam coerentes com o perfil e o contexto do público alvo e; a valorização dos profissionais da EJA (Ministério da Educação, 2024).

## 2.1. EJA NA CONTEMPORANEIDADE

Conceitualmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consiste em uma modalidade de ensino voltada para jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade, que, por algum motivo, não tiveram acesso ou não concluíram o ensino regular na idade própria. Vale dizer que, *mesmo* no contexto contemporâneo, uma das marcas do legado de Paulo Freire é a atemporalidade em seus pressupostos acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Para além de uma proposta metodológica de alfabetização de jovens e adultos, Freire tinha em mente uma filosofia da educação, com um corpo teórico consistente com um olhar pedagógico destinado à prática e à ação transformadora, em contrário à noção de neutralidade, o que, para Freire, é impossível no ato educativo: “Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro”.

Graças à difusão do método criado por Paulo Freire, nas décadas de 1960 e 1970, foi possível se concretizar a erradicação do analfabetismo no Brasil. Paulo Freire não foi muito bem compreendido em seu propósito, sendo tomadas as suas ideias como elementos de subversão da ordem estabelecida, na medida em que o educador defendia a verdadeira educação como aquela que é libertadora, o que, de certo modo, é uma ameaça os que controlam simplesmente pelo poder e pela opressão uma população de jovens, adultos e idosos excluídos do acesso aos saberes escolares, logo, sem a criticidade e a consciência política para reivindicar os seus direitos fundamentais.

O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não ‘bancária’, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (Freire, 1987, p. 120).

Mais do que nunca, é necessário considerar a alfabetização dessa população como um suporte para a formação de um sujeito que passe a agir e a pensar de forma autônoma, desenvolvendo o raciocínio lógico e a capacidade de atuar de modo colaborativo. Isso implica em uma escola que não se restrinja à transmissão de conteúdos pelo professor, mas à construção coletiva de saberes, concebendo assim uma escola criativa, desafiadora e provocadora.

No percurso da história da educação mundial, as matrículas na EJA têm sido significativas em muitos países, incluindo o Brasil. No entanto, esses números podem variar, dependendo de fatores como políticas educacionais, acesso à educação e demanda da população (Vieira, 2010). Sabe-se que os estudantes matriculados na EJA geralmente têm idades mais avançadas do que os estudantes do ensino regular, variando de jovens adultos a idosos. Muitos deles estão retornando à escola para concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio após uma interrupção na educação formal.

São muitos os diversos desafios enfrentados pela EJA, como a falta de incentivo para o retorno à escola, dificuldades de conciliar os estudos com responsabilidades familiares e profissionais, além de deficiências estruturais e de recursos nas instituições educacionais. No entanto, ela também representa uma oportunidade vital para proporcionar acesso à educação e promover a inclusão social e a mobilidade econômica para segmentos da população historicamente excluídos do sistema educacional (Moraes, 2018).

A EJA é regulamentada por legislações específicas em muitos países, incluindo o Brasil, onde é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As políticas públicas voltadas para esse segmento visam facilitar o acesso, melhorar a qualidade da educação oferecida e incentivar a permanência e o êxito dos estudantes (Silva, 2016).

Há uma crescente conscientização sobre a importância da EJA como um instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano. Algumas iniciativas inovadoras incluem a adoção de metodologias de ensino mais flexíveis e adaptativas, o uso de tecnologias educacionais para expandir o acesso à educação e programas de capacitação para educadores que atuam nessa modalidade (Abreu, 2014).

Os cursos de EJA são ofertados nos modos presencial, semipresencial e no formato a distância (não presencial), além de contar com exames supletivos. Com base em diretrizes e instruções metodológicas concernentes aos conteúdos, a EJA, em todas as suas formas, deve atender aos preceitos curriculares, de acordo com cada nível de ensino a que se encontra associada, ou seja, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Nascimento, 2013).

Quaresma, Pantoja e Cordeiro (2020) complementam que a EJA é uma modalidade educativa que procura atender, em especial, as populações menos favorecidas, caracterizadas pela ausência de oportunidades de estudo. Configura-se, desse modo, como uma relevante medida socioeducativa em face do analfabetismo, que possibilita o acesso à escola e a continuidade dos estudos por parte das camadas populares.

Muitos jovens e adultos sentem necessidade de voltar ou começar a frequentar a escola, no desejo de aprender a ler e escrever, enriquecer seus conhecimentos. Por isso é que, na sociedade atual, a EJA consolidou-se como uma temática de extrema relevância, haja vista que todos têm o direito de desfrutar dessa prerrogativa, do direito à alfabetização e ao letramento, bem como de estudos mais aprofundados,

considerando serem estes necessários para que o cidadão demonstre uma participação ativa nas práticas sociais e vivências com as múltiplas linguagens, inclusive com as novas tecnologias (Silva; Martins, 2012).

Tendo em conta que os discentes da EJA são jovens e adultos provindos de segmentos populares e que, comumente vivenciam contextos de desigualdades sociais, destaca-se importância de serem compreendidos como sujeitos histórico-sociais. A centralidade histórica, como processo e método, trata-se de um princípio fundamental à *práxis* pedagógica na EJA, que consiste em possibilitar a compreensão da realidade como um complexo de relações sociais e de forças que se refletem na escola (Abreu, 2014). Acerca dessa visão transformadora da EJA, Guimarães (2016, p. 33) explana:

Os alunos e alunas de EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional. Podemos dizer que eles trazem uma noção de mundo mais relacionada ao ver e ao fazer, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o ver desse aluno, deixando-o preparado para olhar. Aberto à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa.

O conteúdo direcionado aos alunos da EJA deve ser selecionado de acordo com a realidade social e com as necessidades pessoais e profissionais do grupo, não adiantando estabelecer conteúdos fixos, pois esses alunos, de modo geral, não trazem uma base cognitiva sólida para dar conta de explorar complexidades que estão além da sua vivência, ao menos, no início da sua inserção no ambiente escolar. É a partir dessa realidade que os professores das EJA precisam criar novas e diferentes possibilidades de ensino, visando a uma aprendizagem significativa a essa população de estudantes. Nesse sentido, Vidal, Costa e Costa (2024) observam que:

(...) quando os docentes investem em uma variedade de metodologias de ensino estimulam a motivação dos estudantes, promovendo sua permanência na escola. A instituição escolar deve proporcionar um ambiente educativo, acolhedor e participativo. Assim, compreender claramente o que e para quem se está ensinando é essencial para desenvolver metodologias educacionais adequadas às especificidades dos estudantes e ao que eles e elas têm em comum (Vidal; Costa; Costa, 2024).

As autoras alerta que, diante da complexidade e dos desafios presentes no modelo curricular do Ensino Médio da EJA, torna-se imprescindível “construir

estratégias de acolhimento, apoio e respeito às juventudes, pautadas no reconhecimento das diferentes culturas juvenis presentes no espaço escolar” (Vidal, Costa e Costa, 2024, p. 143), além de ser necessário criar mecanismos de superação frente a situações que envolvem preconceitos, hierarquizações e subalternizações culturais de diferentes saberes, tão evidentes nesse contexto de escolarização.

Os docentes devem adotar em sala de aula as chamadas metodologias ativas, as quais correspondem ao melhor recurso para promover o aprendizado dos alunos, consistindo na resolução de problemas com abordagens do cotidiano, envolvendo interdisciplinaridade e contextualização. Caso contrário, os alunos ficam estagnados e acabam perdendo a motivação para continuar frequentando as aulas (Guimarães, 2016). Ademais, destaca-se que, para motivar os alunos, devem ser realizadas aulas expositivas, apresentação de vídeos, leituras diversas, rodas de conversa e atividades em grupo, entre outras práticas educativas. Pontua-se que tais atividades baseiam-se na “aproximação pedagógica inventiva”, a qual, conforme pontua Stecanela (2013, p.135), “se faz nas fronteiras entre as forças, a experimentação conceitual e a experiência professoral”.

A avaliação, por sua vez, pode ser feita por meio das atividades propostas, envolvendo leitura, criação e solução dos problemas, as quais não são quantitativas, visto que servem para verificar a possibilidade de avançar no ensino ou reforçar os conteúdos já trabalhados.

Diante da juvenilização da EJA, há uma variação enorme da aprendizagem, já que alunos mais jovens aprendem em um ritmo bem mais acelerado, quando comparados aos mais idosos, e estes, portanto, acabam necessitando de uma atenção ainda mais especial.

No entendimento de que a EJA consiste em uma modalidade educativa que permite o retorno às aulas por parte de estudantes que não concluíram a Educação Básica na faixa etária regular, trata-se de uma atuação desafiadora por muitos professores, frente à flexibilidade do currículo, no tocante ao atendimento das reais necessidades dos discentes, de modo a contribuir com a sua permanência na escola. Segundo analisam Silva e Martins (2012, p. 234), o desafio está posto:

A demanda pelo ensino fundamental de jovens e adultos é extensa e complexa, comportando em seu interior uma grande diversidade de necessidades formativas, considerando hoje a necessidade de consolidar a alfabetização funcional dos indivíduos em questão. Isso não significa que a educação de jovens e adultos devia reproduzir as formas de organização,

currículos, métodos e materiais da educação básica infanto-juvenil, ao contrário, é preciso flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, favorecendo processos de aprendizagem formais e informais, para que tais indivíduos possam obter novas aprendizagens. Nesse sentido, os governos precisam assumir mais claramente uma atitude inovadora, chamando todos os interessados a engajarem-se mais em iniciativas voltadas à elevação do nível educativo da população.

Assim, é patente que a EJA exige uma proposta pedagógica diferenciada, que seja motivadora da permanência do aluno na escola, além de demandar uma prática peculiar, na medida em que o docente deve respeitar a realidade social do discente, atuando por meio do ensino mediatizado, para que ocorra uma aprendizagem de qualidade, a partir de métodos e técnicas inovadoras aptas para desenvolver o senso crítico dos estudantes, trazendo-lhes uma nova visão da realidade. Almeida (2020) considera que a avaliação do estudante deve ser feita de modo subjetivo, levando em conta seus grandes e pequenos avanços, com o propósito de que a conclusão das etapas da EJA seja estimulada.

Cabe ressaltar a importância que tem o docente em proporcionar aos alunos da EJA conhecimentos e informações que possam favorecer o desenvolvimento de uma consciência crítica, ao propiciar a compreensão de questões como cidadania, democracia, políticas públicas, direitos, entre outros.

Franco e Andrade (2020) ressaltaram a importância de adaptações na atuação pedagógica, a partir de metodologias que tenham o propósito de repensar a modalidade de ensino e suas práticas como meios de otimizar a aprendizagem do público da EJA. Nesse sentido, as pesquisadoras identificaram que

[...] a educação de jovens e adultos necessita de mais atenção e investimentos começando, por exemplo, de sua abordagem pedagógica como conteúdo, metodologias, tipologias de organização e processos de avaliação diferenciados. [...] [apontam ainda] há necessidade de renovar as práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos jovens e adultos, valorizando seus conhecimentos prévios e renovando as perspectivas (Franco; Andrade, 2020, p. 1).

Alves (2014) destaca que o professor deve atuar como mediador, sendo provedor da prática educativa, a partir da valorização do conhecimento prévio trazido pelo estudante da EJA e problematizando-o, de modo que possa se transformar em um conhecimento reflexivo. É essencial que o professor não somente reveja o material didático voltado a essa adequação, mas que também tenha flexibilidade, a fim de

garantir um trabalho qualificado, visando à emancipação e transformação do sujeito, numa alusão ao pensamento freiriano.

Reconhece-se também a necessidade da implantação de programas de educação continuada, ao primar pela qualificação profissional dos docentes que atuam na EJA, de modo que possam articular adequadamente a teoria com a prática, por meio de métodos, técnicas e ações pedagógicas inovadas, a fim de contribuir efetivamente com o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.

Sob essa ótica, Oliveira *et al.* (2020, p. 2-3) fazem a seguinte explanação:

A formação de professores desse segmento deve ser continuada, pois necessitam estar preparados para lidar com pessoas que acham que é incapaz por ter uma idade avançada. Um bom trabalho desenvolvido pelo docente muda significativamente a vida desses jovens e adultos, portanto traz a oportunidade para conviver numa sociedade democrática com direitos e deveres iguais para todos. É necessário que o educador tenha consciência que esses indivíduos têm uma trajetória de vida, eles trazem saberes que adquirem no seu cotidiano. O professor dessa modalidade necessita de buscar novos métodos, meios de ensino para estimular estes alunos, que chegam cansados do serviço e vai para a escola.

Ainda de acordo com Oliveira *et al.* (2020), todo um critério deve ser observado pelo docente na EJA, ao identificar e garantir um processo adequado de ensino e aprendizagem, não sendo suficiente a mera existência de políticas públicas voltadas para o estabelecimento de garantias a essa modalidade de ensino, sem que haja efetividade, ficando apenas no papel; ao contrário, exige-se uma postura diferenciada, envolvendo diagnósticos, planejamentos estratégicos e compromissos com o processo de escolarização dos jovens e adultos.

Conforme explica Dantas (2020), o desafio em preparar professores para a EJA tem sido bastante complexo, frente à crise na educação, instabilidade no emprego, desemprego, entre outros entraves. Tornam-se, portanto, essenciais a discussão e a redefinição de novas teorias sobre educação, ao envolver novas estratégias educacionais e novas organizações de processos voltados à formação de professores baseadas em novos paradigmas relacionados com as investigações científicas no que concerne ao modo de ensinar e à própria prática educativa no contexto da EJA.

Compreende-se que a EJA tem um papel importante nesse percurso formativo de professores que, por sua vez, assumem o desafio de auxiliar na formação de alunos críticos, reflexivos, com identidades afirmadas, sendo capazes de resistir ao processo histórico que inferiorizou as classes populares.

## 2.2 EJA NO ÂMBITO DAS LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Soares e Galvão (2005) explicitam que a história da EJA é pautada por uma desvalorização crescente e proposital, sendo fomentadora da exclusão, propiciando assim um fortalecimento na distância que há entre a elite e os não privilegiados – nesse universo temos muitos negros, pobres, deficientes, mulheres e outros tantos assujeitados e esfarrapados, no dizer de Freire –, estes que são alijados do processo educacional.

É fato que as políticas de administração pública precisam de ações e procedimentos que levem à resolução pacífica de conflitos visando a um bem comum “em torno da alocação de bens e recursos públicos, em qualquer esfera, seja ela municipal, estadual ou federal, sendo que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados “atores políticos” (Pereira, 2007, p. 33). Por sua vez, Sérgio Azevedo (2003) também faz uma análise representativa da situação das políticas públicas que definem precisamente o quadro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, tem os impactos de sua ação ou omissão. Logo, se um governo não faz nada em relação a alguma coisa emergente, isso também é uma política pública, pois envolveu uma decisão.

A escolarização de jovens e adultos no Brasil tem sido marcada por uma histórica descontinuidade das políticas públicas, que ora avançam em propostas inclusivas, ora sofrem retrocessos em razão de mudanças de governo e prioridades políticas. Essa instabilidade compromete a consolidação de uma educação efetivamente emancipadora, voltada às especificidades desse público. Como destaca Di Pierro (2010), a EJA tem sido tratada de forma periférica nas políticas educacionais, com ações fragmentadas e desarticuladas, o que impede a construção de uma política de Estado duradoura. Assim, a falta de continuidade nas iniciativas públicas reforça as desigualdades sociais e mantém muitos jovens e adultos à margem do direito à educação de qualidade.

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, a educação de jovens e adultos no Brasil ainda se caracteriza pela descontinuidade e pela fragilidade institucional. As políticas voltadas a esse público têm sido frequentemente interrompidas ou modificadas conforme as mudanças de governo, o que impede a consolidação de uma política de Estado. A ausência de diretrizes estáveis, de financiamento adequado e de uma estrutura permanente de gestão reflete o lugar secundário que a EJA ocupa na agenda educacional. Essa situação contribui para a reprodução das desigualdades e limita o direito

à educação ao longo da vida, especialmente entre os grupos mais vulneráveis da sociedade (Di Pierro, 2010, p. 229).

Os movimentos de educadores e da população na luta por mais escolas, e de qualidade –, somado ao fato de o Brasil apresentar altos índices de analfabetismo ou a falta de escolarização, além do impacto da urbanização e do começo da industrialização –, vieram destacar a importância de o Estado se responsabilizar pela educação. Dentro desse cenário, a Constituição de 1934 posicionou o ensino primário extensivo aos adultos como componente da educação e como dever do Estado e direito do cidadão, além de propor o Plano Nacional de Educação, na defesa por um ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos (Haddad; Di Pierro, 2000).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo passava por uma sensação de que os ideais democráticos venceram, mas muitos campos ainda não haviam avançados, sendo a Educação de Jovens e Adultos um deles. Desse modo, no fim da década de 1940 começa-se a falar sobre políticas públicas para a EJA, o que torna esse debate relativamente novo. Essa ebulição mundial contribuiu para a fomentação da educação de massa (Pereira, 2007), mesmo com a leitura de que o desenvolvimento social e econômico perpassa pela educação de base, somente na década de 1950 foram intensificadas as campanhas de alfabetização de adultos. Com o desenvolvimento do País nessa década, e o adulto analfabeto não tendo o direito ao voto, a alfabetização de adultos teve um novo contorno: transformar o analfabeto em um eleitor em potencial.

Na luta pelo fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos, as políticas educacionais asseguraram, com fundamento no Art. 288 da Constituição Brasileira, que a educação é um direito de todos e que o Estado deve garantir o Ensino Fundamental, sendo este obrigatório e gratuito, independentemente de idade, gênero ou qualquer variante (Brasil, 1988).

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) em relação à EJA, houve uma mudança conceitual, sobre a qual Soares (2022, p.12) faz uma observação, ao afirmar que a mudança de “Ensino Supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito, ao converter a expressão “ensino” para “educação”. Enquanto o primeiro está restrito simplesmente à ideia de instrução, o segundo tem um significado muito

mais amplo, compreendendo os diversos aspectos formais que envolvem a pauta da educação nesse contexto.

Ainda sob a égide do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF, 1996), um dos golpes mais duros contra a EJA foi visto na reforma da Educação Profissional, via Decreto nº 2.208/97. Segundo o texto do mencionado decreto, as matrículas para a EJA não entravam na contabilidade do Fundo, e assim a Educação de Jovens e Adultos se tornou um gasto para as prefeituras e, por conta disso, houve uma redução significativa no número de estudantes matriculados, em consequência da redução de vagas ofertadas (Rummert; Ventura, 2007).

A Câmara da Educação Básica, no Parecer nº 11, de 2000, regulamentou as Diretrizes Curriculares para a EJA, qualificando a Educação de Jovens e Adultos e definindo suas funções em reparadora, equalizadora e qualificadora. Para um melhor entendimento, Soares (2022, p. 34-8) faz uma descrição das referidas funções:

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no círculo dos direitos civis pelas restaurações de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade-ontológica de todo e qualquer humano. (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais de comunicação (...) Essa tarefa de propiciar a atualização do conhecimento por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função ela é o próprio sentido da EJA.

De acordo com Abreu (2014), a função qualificadora refere-se ao direito de cada indivíduo à educação permanente, por ter como alicerce o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de aprimoramento e adequação pode ser ampliado na escola; por sua vez, a função equalizadora se relaciona com o entendimento da necessidade do tratamento desigual, o qual condiciona que a igualdade seja alcançada. Compreende-se, nessa lógica, o tratamento desigual como meio de igualar os jovens e adultos que se encontram em situação de desigualdade, visto que os desfavorecidos, no tocante ao acesso e permanência em unidade escolar, devem receber de forma proporcional maiores oportunidades que o público já favorecido. Por essa função, o pesquisador explica que “o indivíduo que teve sustada sua formação,

qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade” (Abreu, 2014, p. 106).

A LDB nº 5.691/71 já trazia no seu escopo que era dever do Estado suprir ou compensar a escolarização que não fosse realizada, mas com o advento da Lei de Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2000), o processo permanente de escolarização ao longo da vida compõe com as funções reparadora, equalizadora e qualificadora o direito à escolarização, resgatando por meio do aumento de vagas o acesso e a permanência nesse percurso de aprendizagem àqueles que não conseguiram fechar o ciclo escolar.

Em 2004, a UNESCO observou que, no Brasil, a meta para a diminuição de analfabetos não havia sido cumprida, além de constatar que os lugares mais pobres também concentravam o maior número de adultos sem escolarização, mesmo com o aumento do número de matrículas de crianças, jovens e adultos nas escolas, durante o período de 1994 a 2004 (UNESCO/Brasil, 2004).

A questão orçamentária sempre foi um gargalo na Educação de Jovens e Adultos, necessitando não somente de um aporte maior, mas de leis que fomentem uma melhor distribuição e garantam que as funções sejam plenamente executadas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a partir da Lei nº 11.494/2007, sancionada em 20 de junho de 2007, com vigência no início do mesmo ano (Brasil, 2007), houve uma sensível melhora nessa problemática, todavia, ainda muito distante do mínimo necessário à resolução de problemas históricos estruturais dessa modalidade de ensino.

Fundamental é os governantes entenderem que garantir vagas para a modalidade EJA não é uma mera política de governo, mas um direito irrevogável, construído durante muitos anos por meio das lutas por toda sociedade brasileira, via movimentos e organizações sociais, e também com a participação de entidades internacionais. É válido entender que a EJA tem entre suas atribuições pedagógicas um modelo próprio, por conta da necessidade de avaliar a adequação curricular, da flexibilidade nos horários dos estudantes, além de um corpo docente que tenha formação adequada, considerando as necessidades desses discentes.

Apresenta-se no Quadro 02, de forma resumida, a sequência dos acontecimentos mais relevantes em políticas públicas para a EJA, ressaltando-se que as informações encontram-se na íntegra nos Apêndices desta pesquisa (Apêndice B).

**Quadro 02:** Síntese da cronologia dos principais acontecimentos relacionados às políticas públicas para a EJA.

PERÍODO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	FONTE
1942	Fundo Nacional de Ensino Primário – FUNEP	Boaventura (1996)
1945	A Representação da UNESCO	<b>Unesco (2007)</b>
1947	Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA.	Fávero (2010)
1952	Campanha de Educação Rural	Ferreira; Visquett; Pinheiro (2022)
1958	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo	Beisiegel (2008)
1960	Movimento de Cultura Popular (MCP)	Barreto (1996)
1961	Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base (MEB); Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”	Paiva (1973)
1962	Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)	Paiva (1973)
1963	Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização	Brasil (1996)
1967	Criação do MOBREAL	Brasil (2003)
1970	Criação do Programa de Educação Integrada - PEI	Brasil (1988)
1985	Criação da Fundação Educar	Di Pierro (2000)
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)	Brasil (2000)
1997	Programa de Alfabetização Solidária (PAS)	Brasil (2000)
1998	Criação do PRONERA	Brasil (2000)
2000	Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA	Brasil (2000)
2001	Plano Nacional de Educação (PNE)	Brasil (2000)
2009	Artigo 208 Emenda Constitucional nº 59 de 2009	Brasil (1988)
2016	Regulamentação da oferta para Ensino Médio, Educação Profissional e EJA, na modalidade EaD)	Brasil (2000)
2020	Criação e atualização do novo FUNDEB	Brasil (2022)

2021	Alinhamento da EJA com PNA, BNCC e EJA a distância. Implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) na gestão pública educacional.	Brasil (2000)
2024	Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos.	Brasil (2024)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024), com base nas fontes científicas referenciadas.

Compreende-se que, antes da promulgação da Constituição de 1988, as políticas públicas para a EJA eram fragmentadas e geralmente limitadas a iniciativas isoladas de alfabetização. Não havia uma política nacional específica, e os programas existentes, muitas vezes, tinham alcance limitado, não contemplando a diversidade de questões e demandas relativas a esse público. Somente a partir do texto constitucional de 1988, a EJA foi reconhecida como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros. O artigo 208 da Carta Magna estabeleceu que o dever do Estado com a educação inclui o atendimento educacional especializado aos que não tiveram acesso à escolarização na idade própria. Esse marco constitucional impulsionou a formulação de políticas mais inclusivas e democráticas para a EJA.

Nas escolas que oferecem a EJA encontram-se matriculados indivíduos que possuem similares trajetórias de vida, comumente marcadas por exclusão social e pela falta de sucesso escolar. Acredita-se que, para essa modalidade de ensino ser um meio concreto de democratização educacional em território nacional, é imprescindível o envolvimento com políticas públicas pertinentes, permanentes e consistentes, nas quais se façam presentes equipes de professores com especialização voltada para esse segmento educativo, aptos para adoção de metodologias e conteúdos diferenciados, a fim de motivar, efetivamente, jovens e adultos à conclusão das etapas no seu processo de escolarização.

De acordo com Silva e Martins (2012), essa modalidade educacional necessita do comprometimento de políticas públicas sérias, as quais estejam voltadas à formação humanizadora do indivíduo, e não somente com a preparação de mão de obra para suprir as demandas mercadológicas. Para se atingir esse propósito, é essencial que as pessoas sejam alfabetizadas politicamente, tendo ciência dos seus direitos e deveres, munidos de consciência e emancipação necessárias à sua transformação e, por conseguinte, à transformação da sociedade da qual fazem parte.

As políticas públicas são essenciais para que a alfabetização na EJA deixe de ser uma ação pontual e se torne um direito educativo garantido. Elas asseguram condições estruturais, formação de professores e materiais didáticos adequados, além de reconhecer as especificidades dos sujeitos jovens e adultos. Conforme aponta Di Pierro (2019), as políticas públicas de EJA “devem ser compreendidas como parte de um projeto de justiça social e de superação das desigualdades históricas que negaram o direito à educação a amplos segmentos da população brasileira”. Quando articuladas a estratégias intersetoriais, com o envolvimento entre saúde, trabalho e assistência social, essas políticas favorecem a permanência e o êxito dos educandos, promovendo uma alfabetização emancipatória que contribui para o exercício pleno da cidadania.

No ano corrente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), lança o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo Qualificação na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma política pública, com adesão voluntária, com as seguintes finalidades: elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade e; aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional.

O Pacto poderia ser um motivo de esperança e alegria, considerando-se que, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 havia no Brasil um contingente de 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, o equivalente a uma taxa de não alfabetizados de 5,4%. Por isso, a alfabetização de jovens e adultos é necessária para garantir o direito à educação desse grupo de sujeitos de direito que nunca frequentaram a escola ou não concluiu o ciclo da Educação Básica.

O que torna tudo isso alarmante – e preocupante – é que as políticas continuam sendo criadas com uma repetição de padrão, desde 1942, segundo apontado no Quadro 04, sendo descontinuadas e aparecendo com novos títulos e verniz, enquanto permanece o cerne da questão: Com um número tão elevado de analfabetos, qual a contribuição real dessas políticas para a diminuição do cenário de analfabetismo no território brasileiro?

O estudo delineado neste capítulo permitiu a confirmação de que a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está fortemente

relacionada às lutas sociais pelo direito à educação e à superação das desigualdades históricas de acesso ao ensino. Desde as campanhas de alfabetização dos anos 1940 e 1950, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o trabalho de Paulo Freire, a EJA foi concebida como um instrumento de emancipação social, voltado à inclusão de sujeitos historicamente excluídos da escola. De acordo com Freire (1987), a alfabetização deve ser um ato político de libertação, e não apenas de decodificação de palavras, pois o acesso à educação é condição fundamental para o exercício da cidadania.

No entanto, garantir o acesso não tem sido suficiente para assegurar a permanência dos estudantes na EJA. Muitos enfrentam desafios relacionados às condições de trabalho, à falta de políticas públicas de incentivo e à inadequação dos currículos às suas realidades. Nesse sentido, Arroyo (2005) destaca que a permanência está associada à valorização dos saberes e das trajetórias de vida dos educandos, exigindo práticas pedagógicas inclusivas e flexíveis. Assim, a permanência depende da construção de um ambiente escolar que reconheça as múltiplas identidades e experiências dos alunos jovens e adultos, promovendo o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de suas histórias.

O êxito educacional, por sua vez, deve ser compreendido não apenas como aprovação escolar, mas como a capacidade de o sujeito transformar sua realidade por meio do conhecimento adquirido. Gadotti (2009) argumenta que o êxito na EJA está relacionado à formação integral do educando e à construção de uma consciência crítica capaz de intervir no mundo. Portanto, as dimensões de acesso, permanência e êxito formam um tripé que sustenta a efetividade da EJA como política pública de reparação social e emancipação humana, reafirmando o princípio constitucional da educação como um direito de todos e dever do Estado.

No intuito de amplificar este e outros debates relativos ao tema central desta pesquisa, na próxima seção a abordagem se dará em torno da gestão escolar, que exerce papel fundamental na EJA ao criar condições favoráveis para o acesso, permanência e êxito dos estudantes. A gestão deve articular ações pedagógicas, administrativas e sociais que respondam às especificidades desse público, configurando-se em uma gestão democrática, sensível e comprometida, visando fortalecer a inclusão e o reconhecimento dos educandos da EJA como sujeitos de direitos.

### **3 GESTÃO ESCOLAR: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E APLICABILIDADE NO CONTEXTO DA EJA**

A gestão escolar constitui-se em tema bastante recorrente dentro do debate político sobre a educação no Brasil. Pode ser compreendida como uma atividade por meio da qual se mobilizam meios e procedimentos com o intuito de alcançar objetivos metas no âmbito da organização, de modo que envolve aspectos gerenciais e de natureza técnico-administrativa. No caso da escola, trata-se processos educacionais com vistas a atender a uma demanda social, qual seja, a promoção de uma educação de qualidade.

Luck (2011, p. 21) conceitua a gestão como sendo “um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas, para que [...] promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso os objetivos educacionais.

Acredita-se que a ausência de uma boa gestão na escola pública pode comprometer a organização do funcionamento da unidade escolar, no que se refere aos aspectos políticos, administrativos, tecnológicos, financeiros, culturais e pedagógicos, além de obscurecer as suas ações e dificultar que a comunidade escolar adquira conhecimentos concernentes aos processos de aprendizagem, invenção, construção, transformação e ensino.

Acerca do contexto histórico da gestão escolar, Croti, Ikeshoji e Ruiz (2014, p. 904) explicam:

Durante a ditadura militar, com as estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas, os diretores das escolas obedeciam às regras impostas, nesse momento as reivindicações dos educadores tratavam de obter a autonomia escolar, sendo esta vinculada à necessidade de alternativas curriculares e didáticas no combate à evasão e repetência que ocorriam. Nas décadas 1950 e 1960 a ideia de autonomia escolar e liberdade dos educadores tinham o intuito de rebater a vigência das ações administrativas e intervenções políticas com projetos alheios à realidade escolar. O silenciar das reivindicações na década de 1970 revela o ápice do processo de centralização administrativa. A gestão escolar volta à cena do debate político na década de 1980, com um novo contexto – a reforma do Estado. Tais reformas eram desejáveis uma vez que carregavam no seu bojo a equidade, justiça social, redução de clientelismo e fortalecimento da democracia, desta forma a descentralização retoma sua força. [...] Na década de 1990 o enfoque para a educação ganha um novo direcionamento. As novas exigências que a economia globalizada começa a desvelar induz a interferência do setor produtivo ao setor educacional. E assim, dadas estas mudanças socioeconômicas, é que a educação passou a integrar a agenda política como meio de aumento da produtividade e cidadania globalizada.

Cabe ratificar que a referida integração da educação na agenda política nacional decorreu sob a influência direta da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujos documentos construíram sobremaneira a ideia de gestão democrática no âmbito da escola pública.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996, em seu artigo 14, e o Plano Nacional de Educação (PNE), em seu artigo 22, preveem que os sistemas de ensino são responsáveis por definir as normas da gestão do ensino público, na Educação Básica, ao obedecer aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, levando-se em conta a participação das comunidades escolares nos Conselhos Escolares. Isso posto, compreende-se que o conceito de democracia na escola por si só não tem significado, pois ela somente terá sentido se estiver vinculada a uma percepção, na prática, de democratização da sociedade, conforme abordado no tópico a seguir.

### 3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

No artigo 205 da Constituição Federal, encontra-se presente um importante e essencial princípio, uma das vigas mestras, no que tange à educação: a gestão democrática da escola pública. Reconhece-se a importância da gestão democrática e participativa no âmbito educacional, haja vista educadores e movimentos sociais organizados comumente lutarem por um projeto de educação pública que tenha qualidade social e seja democrático, pautada no engajamento, conforme pontua Libâneo (2008, p. 89):

Em uma gestão participativa, não basta que haja na equipe certas pessoas que apenas administrem a realização das metas, objetivos recursos e meios já previstos. É preciso que se consiga da equipe o compartilhamento de intenções e valores, práticas, de modos que os interesses do grupo sejam canalizados para esses objetivos, e que várias pessoas possam assumir a liderança e desenvolver essas qualidades.

Em conformidade com Oliveira, Moraes e Dourado (2013), apesar de as batalhas travadas, tendo o escopo de contribuir com a democratização da educação pública e de qualidade, fazerem parte das reivindicações de variados segmentos sociais há algumas décadas, foi possível perceber sua intensificação a partir da

década de 1980, ao resultar na aprovação do princípio de gestão democrática na esfera da educação, previsto no art. 206 da Lei Máxima do País, o qual foi recepcionado pela LDBEN. Sobre esse tema, o artigo 14 da Lei n. 9.394/1996 (LDBEN) prescreve que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I -participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II -participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, online).

A chamada modernização da gestão educacional, anunciada desde o plano de governo, significa a inserção dos mecanismos da gestão gerencial, em que a busca pela eficiência do setor público guia-se pelas dinâmicas de mercado, os quais, orientando-se por uma lógica diferenciada, acabam distanciando a gestão pública e, nesse caso, a educacional, do atendimento ao interesse público e à democracia (Drabach, 2015).

Reafirma-se o aparecimento do princípio da gestão democrática da escola pública em alguns espaços da legislação nacional, a exemplo da Constituição de 1988, que o delimita como uma faceta da Educação nacional, e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que demarca a importância desse conceito por meio da prescrição de alguns caminhos para a sua efetiva execução. A partir da interferência de atores múltiplos e comunitários na administração das escolas públicas, que se começa a articular uma série de mecanismos para o desenvolvimento da gestão democrática no cotidiano das escolas públicas, a saber: a) autonomia de gestão financeira; b) os conselhos escolares; c) eleição para diretores; d) Projeto Político-Pedagógico e; e) grêmios e associação de pais - organizações de responsáveis e alunos para engendrar a tomada de posições coletivas e assim influenciar os rumos da gestão nas unidades de ensino (Rosa, 2019).

Schneckenberg (2016) explica que na sistemática educacional brasileira contemporânea se evidencia uma significativa envoltura, no que concerne à gestão da educação, ao superar o viés meramente administrativo e, conseqüentemente, viabilizar, de forma dinâmica e coletiva, ações mobilizadoras dos sujeitos da comunidade escolar. Ademais, esse pesquisador menciona que:

[...] a energia e competência destes sujeitos tornam-se condições básicas e

imprescindíveis para a melhoria da qualidade de ensino e para reformular a identidade da educação nacional e da gestão das escolas, ainda à espera de uma liderança clara, e competente, de um marco teórico metodológico de vanguarda e de um esforço de superação progressiva dos desafios ou dificuldades cotidianas. A gestão da escola desenvolve, nesse sentido, uma característica de atuação que pretende organizar, mobilizar e articular condições materiais e humanas necessárias para efetivar o avanço dos processos sociopolítico-educacionais da instituição escolar” (Schneckenberg, 2016, p. 166).

Conforme Drabach (2015), é preciso cristalizar a ideia de gestão escolar correspondendo a um meio e não a um fim em si própria, na medida em que seu objetivo teleológico consiste na efetiva aprendizagem dos alunos, os quais buscam, no cotidiano escolar, alcançar o desenvolvimento e aprimoramento das competências demandadas pela sociedade, em conformidade com valores e princípios éticos imprescindíveis para que o exercício da cidadania se faça de maneira responsável.

De acordo com Luce e Medeiros (2019) a gestão democrática da educação, associa-se estruturalmente às seguintes ações: o estabelecimento de ferramentas legais e institucionais e a organização de atividades que promovem a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas educacionais; o planejamento estratégico; o processo de tomada de decisões; a fixação da utilização de recursos e das necessidades de investimento; a execução das deliberações envolvendo interesses coletivos e; a avaliação da unidade escolar e da política educacional.

Nesse contexto, amplia-se o debate acerca do financiamento destinado à Educação de Jovens e Adultos, conforme é pontuado por Miranda Silva (2019, p. 3599):

Temas como financiamentos adequados, orçamentos compatíveis com as reais necessidades, políticas públicas para a solução dos problemas, investimentos em pessoal, infraestrutura, acervos, equipamentos, entre uma diversidade de outros, precisam ser ampla e fortemente debatidos, entendidos e percebidos. O nosso entendimento é o de que os resultados apurados fornecem ricos elementos para aprofundar o debate sobre o modelo de financiamento público à Educação de Jovens e Adultos (EJA) utilizado pelo governo baiano.

A referida associação afeta, de modo direto, a esfera educacional. Por isso, de acordo com Barroso (2012), surge a necessidade de que leis específicas voltadas à educação sejam elaboradas, tendo como suporte uma fiscalização eficiente, no que tange à execução das políticas públicas educacionais em território nacional. Dessa forma, percebe-se uma mudança nos mecanismos de atuação dos Estados, quanto à

organização das políticas públicas, mediante a atribuição de poderes e responsabilidades dos governos centrais para as comunidades locais.

Seguindo essa linha raciocínio, Correa (2012, p. 3) menciona que:

[...] no campo educacional, como um grande exemplo destas transformações, [pode-se] considerar os movimentos que instituem a gestão escolar. [Assim, a comunidade científica passou a considerar algumas tendências:] alguns autores defendem que este é um grande passo de democratização e valorização da educação – coerente com as reformas educacionais – outros acreditam que é uma forma que os governantes encontraram para aliviar-se de suas responsabilidades, transferindo poderes e funções para o nível local.

À luz do princípio democrático, há que se reconhecer a importância de existir uma integração envolvendo todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, ao caracterizar uma dinâmica participativa entre seus integrantes. No que tange à aplicabilidade do orçamento para a EJA, a pesquisadora Miranda Silva (2019) observa que nesse cenário emergem questionamentos sobre “quais os mecanismos e intencionalidades que se situam por detrás das aparências, dos discursos, do contido nas peças orçamentárias, nos relatórios e planos de governo e qual política pública e real prioridade da decisão governamental, em todos os níveis de governo, para a Educação de Jovens e Adultos (p. 3.598). Entende-se, pois, que a gestão participativa tem o direito – e o dever – de acompanhar a destinação das verbas para a modalidade EJA.

Ampliando esse debate, Lima (2014) estabelece dois significativos postulados, que dizem respeito à gestão democrática, quais sejam: a) tanto a gestão democrática quanto a democracia são consideradas processos, não podendo ser compreendidas, portanto, como produtos acabados. Assim, pelo fato de se encontrarem em frequente desenvolvimento, acabam oscilando entre as possibilidades participativas e as demarcações centralizadoras; b) os pilares da gestão democrática são construídos por três significantes alicerces: a participação, a descentralização e a autonomia.

Por meio da descentralização ocorre a articulação do poder político em projetar e planejar, de modo autônomo e participativo, o ente descentralizado, ao constituir o poder local. Enfatiza-se a impossibilidade de afastar a participação e a autonomia da descentralização. Além de indissociáveis, os referidos elementos devem interpenetrarem-se harmonicamente, para que a gestão democrática possa ser configurada na prática da escola. O artigo produzido por Lanara Souza (2016) corrobora a importância de se construir uma gestão escolar descentralizada, cujas

ações são compartilhadas com a comunidade escolar e alinhadas ao Projeto Político Pedagógico, sem perder de vista os grupos participativos nas tomadas de decisões, com vistas a criar um ambiente mais colaborativo e engajador.

(...) descentralizar e compartilhar o poder representam os valores básicos da gestão democrática que requer, imprescindivelmente, a participação coletiva na administração dos recursos educacionais, financeiros, de pessoal, de patrimônio e na implementação do Projeto Político Pedagógico. No entanto, na tomada de decisão é preciso inserir os vários mecanismos de participação (conselho escolar, grêmios estudantis, colegiados escolares, associação de pais e mestres) na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e as decisões na instituição (Souza, 2016, p. 293).

Para ratificar o posicionamento dessa autora, Lima (2014) observa que a gestão democrática somente pode ocorrer quando o poder se encontra descentralizado e quando os processos de decisão envolvem sujeitos participativos. Estes, por sua vez, quando participam coletiva e efetivamente das decisões no tocante à referida gestão, acabam contribuindo para a consolidação do movimento histórico, essencial à evolução das instituições democráticas.

A participação dos atores escolares – família e sociedade em geral nos planejamentos das ações educacionais e na gestão escolar – ocupa lugar de destaque nos debates atuais sobre educação. Isso porque, para se desenvolver a autonomia da escola, é necessário lidar com a comunidade escolar e, especialmente, com os alunos e pais, considerando-os sujeitos necessários aos processos decisórios da gestão escolar.

Ribeiro, Cornélio e Oliveira (2014) apontam que os municípios, ao reconhecerem que o caminho para se estabelecer uma escola pública de qualidade, passa pelo envolvimento da comunidade, da gestão e dos pais, cada vez mais tendem a mobilizar, organizar e discutir suas propostas de ações, suas intenções, com a participação da sociedade, atentando-se para as vozes da sociedade civil organizada, muitas vezes representadas pelos colegiados e conselhos.

Assim, é importante o desenvolvimento de uma proposta de gestão democrática nas mais diferentes esferas que compõem a educação brasileira. Ressalta-se, nesse sentido, a gestão democrática da escola pública como uma construção coletiva, propulsora da participação dos atores escolares nas políticas educacionais, tendo os processos democráticos como pano de fundo na construção de uma democracia participativa, configurando o pensamento de Bobbio (2018, p. 43),

ao assinalar que "a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática".

Pode-se caracterizar a gestão escolar como meio de propiciar condições materiais e humanas essenciais para que o avanço dos processos sociopolítico-educacionais seja efetivado na *práxis* escolar, buscando, em especial, promover o ensino e a aprendizagem em benefício dos alunos, no esforço em ajudá-los a desenvolver sua capacidade crítica. Nota-se, portanto, que o sentido de gerir a escola ultrapassa a mobilização dos sujeitos, visto que implica, dentro de uma sociedade complexa, a intencionalidade, a fixação das metas educacionais, além de significativas ações definidas em conformidade com objetivos educacionais, sociais e políticos. O requisito pedagógico da prática educativa engloba, desse modo, a formulação de escopos sociopolíticos e educativos, bem como a implantação de meios de organização metodológica da educação, buscando direcionar o processo educacional por meio de uma ação consciente e planejada.

O processo educacional, conforme pontuado por Pinheiro e Nogueira (2014), engloba a definição de direção, ao exigir, significativamente, a atividade laboral de um diretor/gestor na gestão do trabalho educativo. A participação da comunidade escolar, o debate coletivo, a autonomia e a eleição direta do referido profissional constituem os alicerces sobre os quais se sustenta a gestão democrática, sendo esta responsável pela administração coerente e planejada da escola pública.

Schneckenenberg (2016, p. 118) explana que a gestão escolar corresponde a um recurso consideravelmente importante da educação, por meio da qual se pode observar, com amplitude, a escola e os problemas na órbita educacional, "[...] seja por uma visão de conjunto e estratégica, ou pelas ações interligadas, como uma rede, que esta desenvolve".

A partir dessa realidade, Nunes (2012) explica que a gestão democrática da escola tem conquistado espaço e importância, entretanto, sua concretização tem exigido a criação de meios efetivos para aumentar a participação e a presença da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, mediante ferramentas significativas de representatividade e de participação política que estejam fundamentadas na transparência das decisões e na consistente possibilidade de influência dos seus integrantes nos referidos processos. Enfatiza-se, portanto, a importância no papel da comunidade escolar em comprometer-se com o desenvolvimento e progresso da gestão escolar.

É oportuno reiterar que o entendimento de participação não pode ocasionar a banalização do processo, trajetória e construção da gestão escolar, ao ignorar os obstáculos da qual decorrem. Seguindo esse raciocínio, Barroso (2015) menciona que a efetiva participação consiste na construção de ações participativas e de projetos coletivos, em virtude de a participação implicar na responsabilidade da comunidade escolar como um todo e exigir uma implementação cultural que perpassasse pelo poder de opinião e decisão, pela autonomia e compromisso comum dos integrantes do referido grupo, ao garantir, dessa forma, que o equilíbrio de forças ocorra de forma proporcional, juntamente com o respeito das variadas funções de cada um na escola.

Com esse entendimento, Barroso (2012, p. 63) aponta que:

[...] esta autonomia construída corresponde ao jogo de dependências e de interdependências que os membros de uma organização estabelecem entre si e com o meio envolvente e que permitem estruturar a sua ação organizada em função de objetivos coletivos próprios.

Conforme Paro (2016), visto que as atividades da gestão escolar envolvem os atos de gerenciar, organizar, tomar decisões, dirigir, entre outras funcionalidades, pode-se perceber certa semelhança com as atividades de administração no âmbito empresarial. Entretanto, com base no que assevera Monteiro (2013), exige-se do gestor de uma escola uma capacidade cognitiva além daquela relacionada à administração e de suas ferramentas correlatas e instrumentais, isso porque a escola possui particularidades pedagógicas ao apresentar determinados elementos que acabam exigindo do gestor conhecimentos e habilidades que extrapolam a esfera administrativa. Nesse sentido, Monteiro (2013) ressalta que o gestor escolar deve possuir algumas aptidões básicas para campo de conhecimento, a saber: habilidade de técnica, humana e conceitual.

A expansão da consciência social e política decorre de indivíduos pensantes, não de sujeitos que se encontram presos por invisíveis algemas que os impossibilitam de difundir relevantes aspectos filosóficos e sociais da vida humana. Seguindo essa lógica, enxerga-se a gestão democrática como um meio concreto pelo qual uma consciência política emancipatória pode emergir.

Na esteira desse pensamento, Mészáros (2014) menciona que a gestão democrática, após ocasionar certos conflitos e confrontos de ideias, acaba estimulando a aptidão crítica do indivíduo, ao colaborar para que não se perca de vista a compreensão do componente político no campo educacional. Segundo o referido

autor: “[...] todo sistema de educação, orientado à preservação acrítica da ordem estabelecida a todo custo só pode ser compatível com os mais pervertidos ideais e valores educacionais” (Mészáros, 2014, p. 43). Enfatiza-se, portanto, que esse filósofo não defende uma mudança simplória no plano escolar, mas uma revolução envolvendo todo o sistema educacional.

Ademais, a gestão democrática não deve ficar limitada a uma escola, especificamente, mas se consolidar em um axioma da educação que foi alcançado, sendo imprescindível sua expansão para todo o sistema educacional. Para que essa difusão ocorra na prática global, é vital que o modelo de gestão implantado esteja comprometido com a lógica de mudança da sociedade, ao buscar incessantemente a concretização da justiça social na escola.

Uma gestão que se compromete com a referida lógica deve reconhecer a importância da efetiva participação dos indivíduos, tanto por meio dos conselhos escolares quanto por intermédio dos órgãos democráticos. Assim sendo, é necessário reconhecer que o gestor não pode, arbitrariamente, impor sua vontade, no que se refere às decisões pedagógicas, já que, dentre as competências do cargo para o qual foi eleito, encontra-se a função de estimular a participação das comunidades escolar e local, garantindo-lhes autonomia e poder deliberativo relevante, para que a melhor decisão seja tomada.

Uma gestão defensora dos princípios democráticos deve deixar ciente a comunidade escolar acerca de quais são as medidas que se encontram previstas e aquelas que já foram tomadas, ao solicitar apoio às ações planejadas, estimular o trabalho coletivo, além de prestar contas sobre as decisões que foram consolidadas.

De acordo com Ribeiro, Cornélio e Oliveira (2014), a operacionalização democrática de uma escola transforma seu ambiente em um espaço de cidadania, com participação efetiva dos indivíduos que se relacionam com a escola nos processos de decisão, ao contribuir significativamente com uma compreensão de educação que resiste e transcende a lógica capitalista. Assim, compreende-se que uma gestão defensora dos princípios democráticos deve deixar ciente a comunidade escolar acerca de quais são as medidas que se encontram previstas e aquelas que já foram tomadas, ao solicitar apoio às ações planejadas, estimular o trabalho coletivo, além de prestar contas sobre as decisões que foram consolidadas.

Corroborando as ideias apontadas por Lima (2014), uma gestão considerada democrática é, essencialmente, participativa. Assim, a instituição de ensino gerida

democraticamente alcança autonomia nos âmbitos administrativo, financeiro e pedagógico, sendo relevante que os gestores assumam um posicionamento político, além da responsabilidade de cada integrante da escola.

Para a gestão democrática ser efetiva, é necessário o alcance da autonomia da escola e a participação dos envolvidos com a Unidade Escolar nos processos decisórios. Essa participação coletiva nos processos de tomada de decisão permite que os indivíduos, na interação com a escola, se tornem protagonistas dessa unidade escolar, ao ocasionar sua ressignificação, no sentido de se transformar em um espaço confortável, no qual ocorre a saudável relação entre gestores, professores, alunos e comunidade local (Correa, 2012).

Correa (2012) analisa, ainda, determinadas problemáticas dentro do campo educacional, em especial aquelas relacionadas à gestão escolar, e apresenta contribuições significativas no que concerne aos aspectos democráticos inseridos na esfera da escola, ao apontar que o diretor gestor, quando se articula adequadamente com toda comunidade, de forma consistente, efetiva a referida gestão na praxe da instituição de ensino.

É pertinente ressaltar que a efetividade da gestão democrática não se encontra limitada apenas à eleição de diretores e à participação da comunidade local nas reuniões, pois envolve os procedimentos administrativo e pedagógico, até mesmo nas salas de aula.

Ademais, é igualmente importante que a democratização da gestão escolar não se limite apenas ao fator eleição direta para ocupação do cargo de gestor. Correa (2012) enfatiza que a deficiência do regramento educacional concernente à gestão do ensino público previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é sustentada em virtude da inexistência de normas que possibilitem uma mudança estrutural no tocante ao modo de distribuição de poder e autoridade no interior da escola. Pinheiro e Nogueira (2014) mencionam que, para isso ocorrer, é necessário que a Unidade Escolar reconheça como imprescindível a colaboração recíproca entre os integrantes da comunidade com base em uma convivência harmoniosa e em diálogos relevantes, no que tange ao processo de tomada de decisão e da previsão de instituições e ações que possam garantir a participação efetiva dos servidores e usuários nas decisões da escola.

Ao considerar como premissa o fato de a gestão educacional possuir vínculos com qualidade, cidadania, autonomia e participação, é possível observar que a gestão

democrática envolve em sua natureza a descentralização e a democratização da educação, na medida em que a democracia é vista como base norteadora das ações de gestão escolar. A consolidação dessas práticas exige o reconhecimento de que a educação em sua essência consiste em um direito social, conforme visto na introdução deste estudo, e se relaciona, portanto, com a cidadania. Destaca-se, desse modo, que a democratização educacional não deve ser imposta, e sim construída de forma permanente e coletiva, ao respeitar as especificidades de cada município e de cada unidade escolar.

Em uma realidade assim estabelecida, visualiza-se a escola como instituição social e se confirma, a partir das ponderações de Canário (2016, p. 46), que “a escola é como uma organização viva, que constantemente se altera, se modifica e se constrói”, o que nos leva a compreender a necessidade de se pensar em uma escola que seja plural, com múltiplos agentes. Nessa perspectiva, Correa (2012) aponta que as finalidades políticas e pedagógicas que direcionam as atividades da gestão escolar podem ser articuladas com variadas discussões e decisões frente às ações, programas ou projetos implementados pela escola. Nesse contexto de discussões e articulações, a gestão democrática tem se apresentado como imprescindível, para que inúmeros problemas educacionais possam ter seus impactos amenizados.

A gestão democrática ocasiona uma discussão de concepções educacionais, cujos participantes encontram-se em condições de igualdade. Desse modo, emerge-se um novo e legítimo gerenciamento escolar. Assim, a gestão democrática exsurge, buscando alterar as estruturas de poder no gerenciamento do sistema de ensino público, no qual se encontram escolas, departamentos, secretarias, entre órgãos educacionais. O surgimento da referida gestão decorre possivelmente do fracasso da escola pública pátria no processo de democratização e fornecimento de um ensino público de qualidade.

A administração democrática da escola deve focar sua atenção para a transformação e evolução social, em detrimento da administração maculada pela racionalidade capitalista e excludente (Gadotti; Romão, 2020), ao buscar efetivar a gestão democrática escolar, a fim de que esta não seja apenas retórica, um belo discurso desprovido de efetividade prática, vazio, mas eficaz em sua prática.

A gestão democrática não se encontra afastada do âmbito educacional, visto que seria um contrassenso buscar associá-la ao contexto de uma educação autoritária ou tecnocrática. Sob essa ótica, Gadotti e Romão (2020) defendem que a referida

gestão deve ocorrer em sintonia com os ideais democráticos e emancipadores da educação. Portanto, é fundamental que a democratização da gestão escolar esteja comprometida, efetivamente, com a participação coletiva, ao contribuir para a transformação social para além do capital.

A gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, revela a necessidade de pensarmos numa escola que se caracterize não somente pelo gestor, mas que considere, essencialmente, a participação de todos os envolvidos. Nessa perspectiva, a gestão democrática no sistema educacional público abre possibilidades de se construir uma educação de qualidade, para atender aos interesses da maioria, além de representar uma possibilidade de vivência e aprendizado da democracia, podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado.

### 3.2 GESTÃO ESCOLAR NA EJA

A gestão escolar na EJA se consubstancia em orientar e liderar, de forma competente, em observância aos princípios educacionais democráticos, sendo essencial para a organização e orientação do trabalho em educação voltada para jovens e adultos, haja vista assumir o papel de atuar em prol da transformação social, ao validar o aprendizado do seu público. Refere-se ao conjunto de práticas e processos administrativos, pedagógicos e sociais realizados pelos gestores educacionais (diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros), visando garantir o funcionamento eficaz da escola e o atendimento adequado às necessidades dos estudantes adultos (Almeida, 2019).

No intuito de atingir os seus objetivos, a referida gestão na EJA desempenha um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade destinada aos indivíduos que retornam à escola com o desejo e a necessidade de concluir sua formação básica e adquirir novos conhecimentos.

Em conformidade com Abreu (2014), os objetivos da gestão escolar na EJA incluem: 1) Promover o acesso universal à educação, garantindo que todos os interessados tenham a oportunidade de participar do processo educacional; 2) Garantir a permanência dos estudantes na escola, criando condições favoráveis para que eles possam conciliar os estudos com suas responsabilidades familiares e profissionais e; 3) Assegurar o êxito educacional dos estudantes, oferecendo uma

educação de qualidade que atenda às suas necessidades específicas e os prepare para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

No tocante às principais funções da gestão escolar na EJA, Vieira (2010) pontua: a) Planejamento: Elaboração de planos estratégicos e operacionais para o funcionamento da escola, levando em consideração as características e necessidades dos estudantes adultos; b) Organização: Distribuição de recursos humanos, materiais e financeiros, de forma eficiente e equitativa, visando garantir o bom funcionamento da instituição; c) Coordenação: Coordenação das atividades educacionais, administrativas e sociais, promovendo a integração e colaboração entre os diversos atores envolvidos no processo educativo e; d) Avaliação: Monitoramento e avaliação contínuos do desempenho da escola e dos estudantes, com o objetivo de identificar pontos fortes e áreas de melhoria.

Cabe ressaltar que, para se alcançar a eficiência da gestão escolar na EJA, é essencial o estabelecimento de metodologias, cuja finalidade é garantir aos jovens e adultos, os quais não tiveram sucesso em suas passagens pelas escolas, o acesso ao universo profissional, político, jurídico e cultural (Borges, 2021).

Nesse sentido, Lima *et al.* (2022, p. 206) explanam:

No contexto da gestão escolar, é de suma importância que o gestor deixe claro ao professor a importância de se trabalhar numa abordagem dialógica e problematizadora, caracterizada pela busca de interação entre homem e mundo, sendo o sujeito entendido como elaborador e criador de conhecimentos. [...] Nesta concepção da educação e da EJA existe uma preocupação com o desenvolvimento da consciência política, mediante o trabalho coletivo e a valorização da prática social dos sujeitos do processo educativo.

É oportuno pontuar que a atuação do gestor escolar se tornou essencial no contexto educacional, sendo reconhecida pela importância em considerar a participação consciente dos integrantes da comunidade escolar nas decisões acerca da orientação de seu trabalho. Infere-se, pois, que a gestão escolar na EJA liga-se com a defesa de mecanismos mais coletivos e participativos relacionados ao planejamento e à administração escolar, ao representar o esforço pelo reconhecimento das Unidades Escolares como espaços de política e trabalho.

Como visto, a concreção de uma educação de qualidade na EJA ocorre por meio de esforços conjuntos da gestão escolar envolvendo os profissionais da escola, ao pensar e repensar sempre acerca das práticas educativas utilizadas no contexto escolar da EJA (Oliveira *et al.*, 2020).

Carvalho *et al.* (2017, p. 88), por sua vez, destacam:

O reconhecimento da necessidade da gestão democrática escolar na Educação de Jovens e Adultos, referenciada por práticas participativas, pela compreensão do papel da gestão em suas dimensões política, social e cultural, ancoradas em ações democráticas voltadas para os interesses de todos os envolvidos no processo educacional.

A gestão escolar na EJA, bem como o seu processo de organização, deve se firmar na concepção democrático-participativa, uma forma coletiva de decisões, ao enfatizar as responsabilidades de cada membro do grupo. Ressalta-se que, quando uma decisão é tomada coletivamente, cada integrante deve assumir sua parte no trabalho. Ademais, compreende-se como coletividade a comunidade escolar, que é composta por docentes, discentes, pais, funcionários e todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a realidade da escola, devendo participar das tomadas de decisões.

Com essa concepção de gestão educacional, a comunidade escolar pode assumir compromissos e responsabilidades nos projetos, metas e atividades, ao participar ativamente das soluções diante dos problemas enfrentados pela escola na modalidade EJA (Guimarães, 2016). Nota-se, portanto, que o planejamento das ações e as decisões tomadas com relação à EJA devem ser discutidas amplamente, traçando objetivos comuns assumidos por todos, na perspectiva de uma gestão participativa, envolvendo a comunidade escolar e incitando a uma participação cada mais ativa na escola.

Sabe-se que inúmeros entraves obstam a permanência do estudante da EJA na escola, tendo em vista que as especificações não são entendidas e atendidas – a inflexibilidade do horário, a pressão decorrente das responsabilidades no âmbito familiar e laboral e as limitações provindas do tempo de afastamento da escola. Por conta disso, é bastante importante que a gestão escolar seja pautada em elementos de efetiva participação, ao envolver toda a comunidade escolar no processo político-pedagógico, para se consolidarem as práticas da gestão democrática na EJA (Borges, 2021).

Moraes (2018) elenca alguns dos desafios enfrentados pela gestão escolar na EJA, a saber: a) Acesso: Garantir o acesso à educação para grupos vulneráveis, como trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, entre outros; b) Permanência: Criar condições favoráveis para que os estudantes adultos permaneçam na escola e

concluam sua formação básica; c) Qualidade: Oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades específicas dos estudantes adultos e os prepare para as demandas na sua vida pessoal e profissional.

A compreensão da gestão democrática, na atualidade, passou a envolver, efetivamente, a plena participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão das Unidades Escolares, no tocante, inclusive, à avaliação de projetos políticos pedagógicos e à aplicabilidade de recursos financeiros e materiais. Dessa forma, é essencial que a instituição de ensino dialogue com a sociedade, a fim de ocasionar ao público-alvo, de maneira efetiva, a conquista de uma excelência social na educação, especialmente ao público da EJA.

De acordo com Carvalho *et al.* (2017, p. 81),

[...] a gestão da escola que oferta a EJA precisa compreender que o processo educacional, que objetiva construir conhecimentos, não acontece apenas no espaço da sala de aula, mas, ocorre na escola de forma ampla, nos valores que mobiliza, nas relações que promove dentro e fora da instituição. Neste sentido, fica claro que a gestão democrática se faz necessária para efetivar as mudanças e os avanços na organização escolar, como sendo um corpo coeso e sintonizado com a proposta de formação humana que toda instituição educacional deve perseguir, devendo a escola e sua comunidade trabalharem na perspectiva de tornar o real da gestão, numa possibilidade ideal, num modelo gestor que seja aberto, dinâmico e reconhecedor do papel central que tem o aluno da EJA nesse contexto de inovação.

Nesse sentido, Guimarães (2016) destaca a legitimidade do princípio da gestão democrática escolar, ao considerar a importância da sua vivência em todas as formas e níveis de ensino. Todavia, não obstante a exigência institucional, observa-se a dificuldade da implantação da EJA no contexto atual, especialmente quando envolve a gestão do ambiente escolar no qual se oferta o ensino nessa modalidade.

Confirma-se que a gestão escolar tem o propósito de promover a educação de adultos, ao considerar que o gerenciamento envolve a formação cultural e cidadã dos alunos da EJA. Para que a gestão democrática seja configurada no princípio da organização escolar, é vital que mudanças ocorram no âmbito das unidades escolares, de modo que não sirva somente para atender aos requisitos legais, mas também possa promover a participação de toda a comunidade na rotina da escola, nas conversas, nas práticas, no currículo, nos processos decisórios e nos vínculos interpessoais que são desenvolvidos nessa esfera.

É nesse sentido que Oliveira *et al.* (2020) explanam que a efetiva gestão democrática escolar exige que professores, pais, estudantes, colaboradores e demais

representantes da comunidade participem da interação comunicativa dentro de diálogo intersubjetivo a fim de ocasionar um consenso em pautas básicas em prol do público da EJA.

Carvalho *et al.* (2017) enfatizam a complexidade da gestão democrática, haja vista envolver pontos divergentes e convergentes dentro do campo escolar, em especial, na questão relacionada à inclusão de alunos da EJA, isso porque a perspectiva de participação ainda é entendida como a publicação de decisões, mesmo fora de um espaço de discussão. Sabe-se que a EJA permanece sendo tratada como uma forma de ensino que objetiva tão somente atender a um público que não se enquadra na modalidade de ensino regular, não sendo compreendida como um meio adequado de inserção desses alunos na construção coletiva do ambiente escolar em que estão integrados.

Destaca-se, pois, a importância de que as ações político-administrativas e pedagógicas ocorram de forma articulada, possibilitando que os alunos da EJA não sejam excluídos. Ademais, é imprescindível que vínculos institucionais sejam criados, envolvendo a vida desse público e o processo do trabalho, ao constituir um princípio educativo no qual o diálogo seja uma relevante ferramenta para intermediar a gestão escolar e os estudantes trabalhadores.

De acordo com Santos (2017), algumas boas práticas de gestão escolar na EJA incluem: a) Flexibilidade curricular: Oferecer currículos flexíveis que se adaptem às necessidades e interesses dos estudantes adultos, reconhecendo suas experiências prévias e valorizando seus conhecimentos; b) Articulação com a comunidade: Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, instituições governamentais e outros atores locais, para ampliar o acesso à educação e fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade e; c) Formação continuada: Investir na formação continuada dos professores e gestores, capacitando-os para atuar, de maneira eficaz, na EJA e promover a inclusão e o sucesso educacional dos estudantes adultos.

Dentre as estratégias de gestão escolar na EJA voltadas à promoção de qualidade da educação, destaca-se a sua dimensão pedagógica, na qual são adotadas metodologias diferenciadas e elaborados planos e atividades relacionados ao processo de ensino e aprendizado. Tais estratégias devem proporcionar o progresso cognitivo dos jovens e adultos por meio da formação de uma consciência político-jurídica, ao propiciar a coerência sobre questões como: cidadania,

democracia, políticas públicas, ação afirmativa, soberania, direitos, entre outras (Lima *et al.*, 2022).

As escolas públicas devem ser gerenciadas de forma ética e constitucionalmente solidária, além de desenvolver suas normas internas observando toda a sistemática jurídico-educacional, tendo como objetivo precípua proporcionar aos jovens e adultos uma educação de qualidade, já que essa instituição tem uma vital participação na reprodução da cidadania e na formação do senso crítico. Isso posto, deve-se aceitar, de forma flexível, as articulações, estratégias e mecanismos criados pela comunidade escolar, a fim de que a gestão escolar na EJA possa ser efetivamente democratizada.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os pressupostos até aqui apresentados acerca da gestão escolar estão entrelaçados em três importantes pilares que consubstanciam essa modalidade de ensino: o acesso, a permanência e o êxito nas aprendizagens dos estudantes, cuja tríada tem seus desdobramentos conceituais na seção seguinte.

## 4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS DIMENSÕES ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR NA EJA

O debate sobre as concepções teóricas das dimensões de acesso, permanência e êxito escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental para compreender os desafios e as possibilidades dessa modalidade de ensino. Esses importantes pilares estão interligadas e refletem não apenas a presença física dos estudantes na escola, mas também a garantia de condições para sua trajetória educacional com qualidade, equidade e significado nas suas aprendizagens ao longo da vida.

### 4.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Neste tópico apresentamos os achados científicos no campo da Educação de Jovens e Adultos – produzidos no Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), no período de 2015 a 2024 –, cujas abordagens recaem sobre os temas Acesso, Permanência e Êxito estudantil dos educandos que integram essa modalidade de ensino.

**Quadro 03** – Estado do Conhecimento – Dissertações do Programa MPEJA – UNEB  
Período de 2015 a 2024

<b>Ano de Conclusão</b>	2015
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Pedagogia da alternância: a permanência e o desempenho escolar no curso técnico em agropecuária, Proeja, IF Baiano Campus Santa Inês.</i>
<b>Autoria</b>	OLIVEIRA, Grace Itana Cruz de.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Como se desdobram as questões de permanência e desempenho escolar vivenciadas pelos sujeitos do Curso Técnico em Agropecuária, do Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do IF Baiano, alocado no Campus Santa Inês – Bahia?
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender as questões de permanência e de desempenho escolar vivenciadas pelos sujeitos do Curso Técnico em Agropecuária, do Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do IF Baiano, alocado no Campus Santa Inês (BA).

<b>Resultados Alcançados</b>	O estudo verificou que na permanência e o percurso escolar dos estudantes do curso, devem ser priorizados aspectos qualitativos, sentidos e valores. Considerou-se que a educação formal precisa dialogar com outras experiências educativas desenvolvidas nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos movimentos políticos e culturais, entre outros. Ao elaborar suas propostas e executar ações, os sistemas de ensino precisam levar em consideração os sujeitos, os seus modos de vida, o trabalho, a ciência, a cultura, a tecnologia e o meio ambiente. A dimensão da escola precisa extrapolar os programas, currículos, estrutura física e material.
<b>Ano de Conclusão</b>	2018
<b>Título da Dissertação</b>	<i>O ensino da matemática a partir das práticas pedagógicas na EJA: problematizando o contexto da evasão escolar.</i>
<b>Autoria</b>	CARVALHO, José Helio de.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Quais as práticas pedagógicas em matemática e como essas podem contribuir para a redução da evasão escolar dos alunos da EJA?
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender como as práticas pedagógicas do ensino de matemática na modalidade EJA contribuem para a redução da evasão escolar, a partir do contexto do aluno.
<b>Resultados Alcançados</b>	O estudo constatou que a ausência de práticas sistematizadas, que orientem os professores a trabalharem na modalidade EJA, podem contribuir efetivamente para a evasão escolar, pois refletem no desenvolvimento das atividades voltadas para a matemática, a partir do contexto do aluno, e/ou do seu trabalho profissional.
<b>Ano de Conclusão</b>	2018
<b>Título da Dissertação</b>	<i>A permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na escola: um estudo sobre as práticas gestoras no município de Irará – BA.</i>
<b>Autoria</b>	SILVA, Cristina Ferreira da.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Como as práticas gestoras das Escolas públicas de Irará – BA podem contribuir para a permanência dos educandos nas Escolas da EJA?
<b>Objetivo Geral</b>	Investigar as práticas gestoras das Escolas públicas do município de Irará, para compreender as implicações dessas práticas na

	permanência dos educandos jovens e adultos das Escolas públicas que ofertam EJA.
<b>Resultados Alcançados</b>	A pesquisa apontou, através das análises das informações produzidas, para a importância de a gestão mobilizar-se frente à adequação da merenda escolar, ampliando sua visão no desenvolvimento de práticas democráticas que interajam com os educandos, respeitando os sonhos e os projetos de vida, com uma proposta curricular que respeite as especificidades e particularidades dos sujeitos da EJA na consolidação da permanência escolar.
<b>Ano de Conclusão</b>	2018
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Permanência escolar: desafios na educação de pessoas jovens e adultas.</i>
<b>Autoria</b>	OLIVEIRA, Isaura Francisco de.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Quais os desafios da permanência na escola na educação de pessoas jovens e adultas?
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender os desafios da permanência na escola na educação de pessoas jovens e adultas.
<b>Resultados Alcançados</b>	A pesquisa evidenciou que a aprendizagem é um dos aspectos que propicia a permanência, pois a escola passa ter significado a partir do momento em que o aluno começa a aprender e percebe a importância dos estudos para melhoria das condições de vida, para ter um emprego melhor, para ser sujeito de sua própria história e realizar os tão sonhados projetos de vidas.
<b>Ano de Conclusão</b>	2018
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Gestão da aprendizagem em sala de aula pelos professores da Educação de Jovens e Adultos no município de Tanhaçu-Bahia: processos de intervenção para a melhoria da qualidade do ensino.</i>
<b>Autoria</b>	DOURADO, Robson de Cássio Santos
<b>Problema de Pesquisa</b>	Como o professor da EJA, mediante a gestão da aprendizagem em sala de aula, atende às especificidades formativas dos estudantes?

<b>Objetivo Geral</b>	Investigar o processo de gestão da aprendizagem, em sala de aula mediado pelo professor da EJA no município de Tanhaçu-Bahia.
<b>Resultados Alcançados</b>	Os resultados demonstraram que há uma ausência de processos formativos para os professores da EJA, além da dificuldade de trabalhar com a modalidade, principalmente relativo aos processos didáticos-pedagógicos e avaliativos, configurando ainda a dificuldade de gestão da aprendizagem. Foi percebido a necessidade de maior acompanhamento no processo de aprendizagem do aluno da EJA, já que que esta circunstância pode de fato efetivar novas possibilidades de mudança na qualidade do ensino no município de Tanhaçu-Bahia.
<b>Ano de Conclusão</b>	2019
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Gestão das Políticas Públicas de Acesso e de Permanência do Aluno da EJA, nos Planos de Educação dos Municípios no Oeste Baiano.</i>
<b>Autoria</b>	CASSOL, Atenuza Pires
<b>Problema de Pesquisa</b>	De que forma estão sendo planejadas e implementadas as políticas públicas nas redes municipais de ensino da região Oeste da Bahia quanto ao acesso e à permanência dos alunos da EJA?
<b>Objetivo Geral</b>	Analisar e propor ações para os Planos Municipais de Educação, na gestão das Políticas Públicas, no sentido de promover o acesso e a permanência dos alunos da EJA, nas escolas dos municípios da Região Oeste da Bahia.
<b>Resultados Alcançados</b>	O estudo permitiu compreender a importância das políticas públicas instituídas para a EJA e constatou que tais políticas somente serão efetivamente eficazes se estiverem ancoradas em metas e ações que beneficiem os interesses e peculiaridades dos jovens e adultos trabalhadores, assegurando-lhes os direitos garantidos em lei, como condições de acesso, permanência e educação de qualidade.
<b>Ano de Conclusão</b>	2024
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Pesquisa de levantamento propositiva sobre permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Cruz das Almas, Bahia: uma reflexão a partir do olhar das coordenadoras pedagógicas</i>
<b>Autoria</b>	ANJOS, Fernanda

<b>Problema de Pesquisa</b>	Como as coordenadoras pedagógicas que atuam na modalidade da EJA percebem o fenômeno da evasão escolar que vem se configurando historicamente no município de Cruz das Almas? E qual o trabalho pedagógico realizado pelas mesmas, com vistas a fomentar a permanência destes sujeitos?
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender como as coordenadoras pedagógicas que atuam na modalidade da EJA percebem o fenômeno da evasão escolar que vem se configurando historicamente no município de Cruz das Almas, identificando o trabalho pedagógico realizado pelas mesmas, com vistas a fomentar a permanência desses sujeitos.
<b>Resultados Alcançados</b>	<p>Pensar em permanência escolar coloca em evidência questões internas do sujeito, da escola e sistema de ensino. Questões estas que estão mais ligadas ao campo de ação da coordenação pedagógica, e sim, possíveis de serem atingidas com as intervenções que venham a ser propostas.</p> <p>Neste processo investigativo, foi se configurando como fundamental, evidenciar a permanência escolar, pois esta categoria direciona o olhar para questões internas à que estão na seara institucional e são passíveis de mudanças. Ela tem o potencial de trazer respostas mais práticas, objetivas e tangíveis de serem executadas.</p>
<b>Ano de Conclusão</b>	2024
<b>Título da Dissertação</b>	<i>Revista digital: estudo sobre a permanência na EJA do Colégio Estadual Manoel Devoto</i>
<b>Autoria</b>	OLIVEIRA, João Augusto Lima de.
<b>Problema de Pesquisa</b>	Por que os estudantes das turmas da EJA do Colégio Estadual Manoel Devoto permanecem na escola?
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender os motivos que contribuem para que os estudantes permaneçam na EJA do Colégio Estadual Manoel Devoto.
<b>Resultados Alcançados</b>	Os motivos que contribuem para a permanência na EJA do CEMD são a crença na educação como o facilitador de uma futuro melhor, o conhecimento adquirido na EJA como uma porta aberta para os estudos superiores e condições para alcançar um emprego formal e melhores salários, entre outros elementos norteadores como uma escola inclusiva, uma pedagogia atenta às suas necessidades. Como ponto alto da pesquisa, foi evidenciada a questão da merenda escolar.

#### 4.1.1 Algumas Considerações sobre o Estado do Conhecimento

Os oito (08) achados científicos produzidos no Programa de Mestrado de Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia (MPEJA/UNEB), que tratam do nosso objeto de pesquisa, compreendem o período de 2015 a 2024, cujas pesquisa suscitaram os seguintes elementos de análise:

##### Aspectos ligados à permanência dos sujeitos da EJA.

Observou-se em 07 (sete) estudos a temática da permanência na Educação de Jovens e Adultos, sendo que as investigações se diversificaram, quanto às instâncias responsáveis diante desse importante pilar de sucesso na modalidade, a saber:

- a) Na pesquisa empreendida por Grace Itana Cruz de Oliveira (2015) delegou-se ao sistema educacional a condução das mudanças no âmbito da EJA, propondo-se, inclusive, a extrapolação do desenho curricular, como um motivador da permanência dos estudantes.
- b) O estudo realizado por José Hélio de Carvalho (2018) enfatiza a prática educativa de Matemática como um elemento capaz de contextualizar os saberes já consolidados pelos sujeitos da EJA, aliando-os aos objetos de conhecimento dessa disciplina. Segundo o autor, essa é uma estratégia para combater o fenômeno da evasão, logo, garantir a permanência.
- c) A dissertação apresentada por Cristina Ferreira da Silva (2018) traz a importância da gestão municipal no desenvolvimento de práticas mobilizadoras – devem ser pautadas em ações democráticas e de interação, considerando as demandas dos sujeitos da EJA – que mantenham o interesse de jovens e adultos em continuar seus estudos.
- d) O tema da permanência está presente na investigação feita por Isaura Francisco de Oliveira (2018), ao tratar dos desafios em garantir esse pilar, visando ao sucesso da modalidade EJA. A pesquisadora apontou que o estudante da EJA espera da escola um ensino que tenha significado na vida dele e o ajude a conquistar o seu projeto de vida, ainda que tardiamente.

- e) Já na pesquisa desenvolvida por Atenuza Pires Cassol (2019), a autora questiona a forma como estão sendo implementadas as políticas públicas municipais na educação de jovens e adultos, ao passo que defende a elaboração de um planejamento com metas e ações garantidoras do direito de aprender para essa população.
- f) A proposta apresentada pela pesquisadora Fernanda Anjos (2024) diz respeito ao papel da coordenação pedagógica diante da evasão escolar dos sujeitos das EJA. O estudo apontou que a permanência está muito relacionada a questões pedagógicas localizadas no sistema interna da escola pesquisada, cujas mudanças podem ser significativas com a intervenção do coordenador pedagógico.
- g) Por fim, o pesquisador João Augusto Lima de Oliveira (2024) busca compreender quais os motivos que levam os estudantes da EJA a permanecerem nessa modalidade. Como resultado, verificou-se que os sujeitos da pesquisa veem a educação como o principal vetor para um futuro melhor na vida pessoal e profissional, além de identificarem a merenda escolar como um estímulo importante para a participação nas aulas.

A modalidade EJA, tanto na esfera estadual quanto no âmbito municipal, enfrenta desafios como a evasão escolar e o abandono, que podem estar relacionados a fatores como dificuldades de aprendizagem, falta de apoio familiar, problemas financeiros e horários incompatíveis com o trabalho. Para garantir a permanência, é imprescindível criar um ambiente escolar acolhedor, que valorize a diversidade dos alunos e ofereça apoio individualizado.

Santos (2015) ratifica que a permanência dos estudantes na EJA é influenciada por diversos fatores, incluindo aspectos econômicos, sociais e pedagógicos, de modo que, para garanti-la, é imprescindível oferecer um ambiente acolhedor, práticas pedagógicas contextualizadas e suporte socioemocional adequado, buscando atender às necessidades específicas desse público. Quando a permanência é garantida na EJA, os estudantes têm a oportunidade de concluir sua formação com continuidade, motivação e dignidade.

### Aspectos ligados ao acesso dos sujeitos da EJA.

No levantamento dos estudos da MPEJA no período acima estabelecido, foi identificado apenas 01 (um) trabalho com o tema do acesso, qual seja:

- a) A problemática do acesso à escolarização na modalidade EJA foi objeto da investigação realizada por Atenuza Pires Cassol (2019), reiterando a importância da eficácia na gestão das políticas públicas, com relação ao primeiro passo nesse processo, com metas e ações efetivas para inserir jovens e adultos que não puderam frequentar a escola na idade adequada.

O acesso refere-se à garantia de que todos tenham oportunidade de ingressar na Educação de Jovens e Adultos, independentemente de idade ou histórico escolar, sendo este um dos principais pilares do programa. Para tanto, é fundamental implementar ações visando à superação de barreiras, como a falta de informações, a discriminação e a ausência de recursos.

### Aspectos ligados ao êxito estudantil dos sujeitos da EJA.

Quanto ao êxito estudantil dos sujeitos que integram a Educação de Jovens e Adultos, no universo dos 08 (oito) estudos elencados, 02 (dois) abordam esse tema:

- a) A dissertação defendida por Grace Itana Cruz de Oliveira (2015) traz como objeto investigativo o “desempenho escolar” no âmbito da EJA profissionalizante, tendo como resultado a necessidade de serem priorizados elementos qualitativos, com significado e valores para os estudantes, viabilizando o compartilhamento dos saberes com outros setores educacionais.
- b) O segundo estudo, cuja autoria é de Robson de Cássio Santos Dourado (2018), tem como abordagem central a condução do processo de aprendizagem que se desenvolve pela atuação docente, para que os sujeitos da EJA obtenham o êxito escolar esperado. Dentre os resultados, evidenciaram-se a necessidade de formação docente específica no *lócus* da pesquisa e as dificuldades quanto aos processos didáticos e no campo da avaliação, entre outros entraves para garantir a qualidade no ensino.

O êxito na Educação de Jovens e Adultos diz respeito à conclusão do curso com sucesso nas aprendizagens e a obtenção de um diploma que valide a formação do sujeito, inclusive impulsionando-o para o ingresso na universidade. Para alcançar o êxito, é fundamental que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, com profissionais qualificados, materiais didáticos adequados e um ambiente escolar que favoreça a aprendizagem.

Acerca do êxito escolar na EJA, Moraes (2018) aponta que vai além da mera obtenção de diplomas ou certificados, em virtude de se relacionar com a construção de conhecimentos significativos e o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para a vida pessoal e profissional dos estudantes adultos. Nesse sentido, reconhece-se que o êxito escolar na EJA requer uma abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem significativa, a autonomia do estudante e a formação integral.

Em síntese, nesse panorama de achados científicos sobre os pilares que concorrem para o sucesso da EJA, percebe-se maior interesse no tema relacionado à permanência – com 07 (sete) pesquisas –, observando-se menor tendência de abordagens relativas ao êxito estudantil dos sujeitos da EJA – com 02 (dois) estudos – e à questão do acesso à escolarização – com apenas 01 (uma) investigação.

É inegável que esses pilares têm igual relevância e se complementam, contudo, o que se pode inferir, tomando como base esse levantamento, é a necessidade de solidificar na pauta sobre a EJA o acesso e o êxito escolar, por entendermos que se esses objetivos não forem alvo do debate – da escola, do sistema, da sociedade e da academia –, veremos cada vez mais enfraquecido um movimento que tem como premissa o alcance de uma educação reparadora, equalizadora e qualificadora. A reflexão lógica é que se não cuidarmos do acesso, por exemplo, não teremos a preocupação de garantir a permanência, tampouco o êxito escolar.

De acordo com Stecanela (2013), ao observar os indicadores de ocupação e de escolarização dos brasileiros, percebe-se que, somente a partir da década de 1980, ocorreram conquistas históricas significativas no âmbito da educação, as quais alteraram o fluxo de ingresso, permanência e êxito escolar, de forma especial com o advento da Constituição Federal, que reconheceu a garantia do direito à educação como um direito humano fundamental, bem com o do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Stecanela, 2013).

A Carta Magna aborda a temática da educação de forma bem avançada. Em

seu Art. 6º, não apenas concede à matéria o *status* de direito social, como a trata com primazia e maior importância dentre estes. O texto traduz uma compreensão da educação como valor de cidadania e de dignidade da pessoa humana, responsável pela promoção de uma “[...] sociedade livre, justa e solidária, nacionalmente desenvolvida, com a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais e livre de quaisquer formas de discriminação” (Brasil, 1988).

Combinada com o que prescreve o Art. 6º, a declaração presente no Art. 205 da Lei Maior caracteriza a educação como direito fundamental do ser humano, por estar expressamente garantido como um dever do Estado a ser ofertado indistintamente a todas as pessoas:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

No Art. 208, o direito à educação é detalhado e apresentado de uma forma que estabelece garantias por meio das quais será efetivado o dever do Estado com a educação.

O primeiro inciso consiste em uma inovação positiva: o entendimento de que a obrigatoriedade da Educação Básica deve se estender **a quem não teve acesso a tal direito na idade própria** (grifo nosso). Nas cartas anteriores, esse item se referia apenas a quem se encontrava na faixa etária apontada como ideal para o aprendizado. No inciso II, é proposta a universalização do ensino, cuja norma representa uma tendência mundial, já adotada ou em processo de estabelecimento em quase todos os países. A necessidade de uma educação especializada para portadores de deficiência e a exigência da Educação Infantil em creches e pré-escolas são tratadas nos incisos III e IV, respectivamente. O inciso V dispõe sobre o acesso a níveis elevados do ensino, condicionando-o à capacidade de cada pessoa. O sexto inciso expõe o dever do Estado para com o ensino noturno, pauta de grande importância para assegurar o direito de jovens e adultos trabalhadores ao ensino regular, no qual se inscreve a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 1988).

O inciso final, alterado pela Emenda Constitucional nº. 59/2009, originalmente visava garantir a **facilitação da permanência do educando** (grifo nosso) em seu ambiente de estudo, concedendo direito a necessidades como: transporte, material didático-escolar, alimentação e saúde. Antes da Emenda, o texto limitava o benefício

a estudantes no Ensino Fundamental, posteriormente ampliando-se, nesse sentido, para educandos em todas as etapas da Educação Básica. A garantia dos serviços assegurados nesse item é constantemente caracterizada como pré-requisito para tornar possível que grande parte do alunado garanta a frequência à escola e o bom desempenho almejado (Alexandrino; Paulo, 2019).

Ainda no Art. 208, três parágrafos reforçam e detalham a importância da declaração dos direitos à educação:

§ 1º - **O acesso ao ensino** obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar junto aos pais ou responsáveis pela frequência à escola (Brasil, 1988). (Grifo nosso).

O segundo parágrafo afirma a possibilidade de responsabilizar, não apenas de forma geral, o Poder Público, mas sim especificamente a autoridade incumbida em ofertar esse direito, o que consiste em uma inovação com relação aos documentos antecessores. Já o último parágrafo do artigo em questão reafirma um tema já constante em legislação ordinária anterior, acerca da responsabilidade do Poder Público sobre realização de chamadas e censos escolares, a fim de zelar pela frequência dos educandos.

A Lei nº 9.394/96 contém as diretrizes e bases que orientam, definem e regulam o sistema de educação nacional. O texto representa aspectos que podem ser entendidos como avanços, considerando-se o contexto no qual se encontrava a educação no momento de implementação das mudanças propostas.

Os princípios relativos à educação brasileira são a soma do que se encontra no Art. 206 da CF/88, com o que rege o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) consistindo em dois princípios a serem acrescentados aos já previstos na constituição vigente: inciso X - Valorização da experiência extraescolar e; inciso XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No rol dos deveres do Estado para com a educação, já dispostos no Art. 206 da Carta Magna, o Art. 4º da LDB adiciona o seguinte inciso:

Inciso VII – **oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.** Inciso IX - padrões mínimos de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por

aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 1996) (Grifo nosso).

O ECA trata, em seu capítulo IV, especificamente “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”. E no que diz respeito à educação, garante direitos à criança e ao adolescente, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, conforme explicitado no Art. 53 desse documento (Brasil, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura aos beneficiados, entre outros aspectos: terem os direitos referentes à igualdade de condições para **o acesso e permanência na escola** (grifo nosso); serem respeitados pelos educadores; questionarem processos avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares responsáveis; organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Ao tratar da EJA no ambiente escolar, Bezerra (2013) destaca a necessidade de facilitar o acesso do educando, bem como a sua permanência na escola, ao apontar, para o alcance deste propósito, a imprescindibilidade de uma reestruturação e reorientação curricular no cenário das escolas atuais, haja vista não terem sido preparadas e voltadas para a prestação do serviço de educação ao público de jovens e adultos. Essa reconfiguração é vista como essencial frente aos desafios e problemas existentes na EJA para as escolas, sendo relevante, portanto, a criação de condições adequadas, a fim de que as mudanças possam ocorrer de modo efetivo. Nesse sentido, a pesquisadora se posiciona:

É preciso que as escolas e os profissionais da educação estejam preparados para atender a demanda do público jovem e adulto, repensando na reestruturação da proposta curricular da escola e desenvolvendo condições necessárias e adequadas para a construção de uma aprendizagem significativa como a permanência e êxito do educando. Acreditar em maneiras adequadas que possibilitem mudanças nas propostas pedagógicas para atender esse público torna-se indispensável (Bezerra, 2013, p. 36).

O sujeito da EJA deve ser compreendido e observado por sua própria experiência de vida, haja vista que cada estudante detém um acúmulo de capital cultural. Nesse sentido, Abreu (2014, p. 93), com base nas ideias de Pierre Bourdieu (1979), explica que

[...] a noção de capital cultural surge da necessidade de se compreenderem as desigualdades de desempenho escolar dos sujeitos provindos de

diferentes grupos sociais. Dessa forma, a sociologia da educação se caracteriza em comparação ao peso do fator cultural e social, na explicação das desigualdades escolares, sem deixar à margem as desigualdades econômicas nas quais os sujeitos da EJA também se encontram.

Abreu (2014) observa que na EJA o reconhecimento das especificidades no processo de ensino e aprendizagem envolve a compreensão dos sujeitos jovens e adultos, ao trazerem para a escola características próprias e distintas em relação aos outros indivíduos que não são potenciais alunos dessa modalidade de educação. Assim, a instituição de ensino deve rever os métodos, seleção e capacitação de professores, no intuito de que possam contribuir com a permanência do aluno da EJA na escola, e também com o seu êxito na trajetória escolar.

De acordo com Souza (2020), a partir dessa perspectiva pedagógica, pautada tanto na diversidade quanto na singularidade dos alunos da EJA, é essencial um olhar para as motivações que trazem e que mantêm os jovens e adultos no ambiente escolar. Ademais, é relevante compreender as expectativas dos indivíduos quanto ao papel da escola e quanto ao reconhecimento da escola, a fim de permanecerem até a conclusão do curso. A autora ainda acrescenta:

Aqueles que constituem o corpo docente e discente assumem um papel fundamental para encorajar-se mutuamente no ambiente escolar. Professores atentos a esta necessidade também precisam de estar motivados e em constante reflexão sobre a própria formação. [...] Identificar a importância da afetividade no processo de motivação dos indivíduos envolvidos, a fim de superarem o cansaço, as situações adversas e estarem novamente em sala de aula. Apesar de a motivação ser um tema pouco pesquisado e analisado na EJA, constitui-se em um dos principais fatores para a permanência dos jovens e adultos na escola. Desta forma, uma proposta pedagógica que considere a motivação dos alunos contribui para fomentar o desejo de concluir uma escolarização negada no passado (Souza, 2020, p. 133).

A EJA exige do profissional a adoção de uma metodologia diversificada, em comparação com as outras modalidades de ensino, bem como um vínculo de afetividade entre o docente e o discente. Nessa lógica, Sertori (2020) explana que a EJA requer do professor a elaboração de um plano de conteúdos e metodologias diferenciadas, voltadas ao estímulo do discente a ser sujeito participativo no decorrer do processo de aprendizagem. Além disso, a modalidade demanda que os educadores criem as possibilidades concretas para efetivar a produção do conhecimento na prática escolar.

Frente à realidade dos alunos da EJA, o educador deve promover a motivação necessária à aprendizagem, buscando despertar o interesse e o entusiasmo do público envolvido. Assim, o professor que trabalha nessa modalidade de ensino deve levar em consideração as vivências extraescolares dos alunos e utilizá-las como ponto de partida para construir novos saberes, ao enriquecer em sua metodologia de ensino o uso de materiais e recursos didáticos consonantes com a realidade e a faixa etária dos educandos.

Por fim, cabe mencionar o posicionamento de Stecanela (2013), ao considerar que a institucionalização de um programa nacional de assistência ao estudante da EJA, envolvendo ações de assistência social, de auxílio financeiro e de apoio psicopedagógico, pode contribuir de modo efetivo para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito no percurso da educação de jovens e adultos, estando de forma integrada com a educação profissional.

Com o propósito de melhor compreender a realidade da EJA, configurada nos desafios e nas ações que perpassam a gestão escolar de uma Unidade Escolar que oferta essa modalidade de ensino, na próxima seção desenvolve-se a pesquisa de campo envolvendo os gestores e os professores do Colégio Estadual Amélia Amado, no município de Jussari – Bahia.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa da pesquisa, por meio do instrumento questionário, obtivemos informações, inicialmente, acerca do perfil dos participantes, e na sequência, sobre perguntas relacionadas a duas categorias: 1) Categorias de Análise, que tiveram suas perguntas direcionadas aos docentes do Colégio Estadual Amélia Amado (CEAA), quais sejam: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação e; 2) Categorias Conceituais, relativas às dimensões de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil, que foram destinadas aos gestores do CEAA.

### 5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os dados seguintes revelam um breve perfil dos participantes da pesquisa, no intuito de que sejam conhecidas pelo pesquisador características específicas (idade, gênero, escolaridade, renda, localização geográfica, etc.), o que será um auxílio no processo de interpretação dos dados e na análise dos resultados.

**Gráfico 1** – Faixa etária dos/as participantes



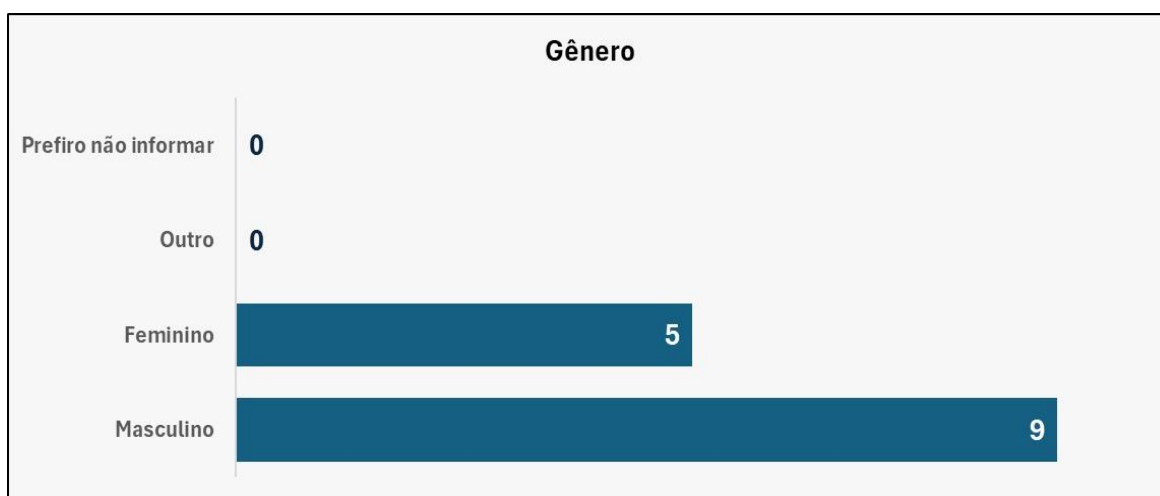
Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025)

Vale destacar, no Gráfico 1, a presença majoritária de docentes com idade entre 40 e 50 anos, evidenciando um retrato do perfil profissional com maturidade para

desenvolver um trabalho dessa natureza. A Educação de Jovens e Adultos precisa ter no professor a figura de um profissional que acredita nessa proposta educacional, indo além da exposição de conteúdos, para valorizar a história de vida desse sujeito aprendiz, tratando-se muito mais de um resgate de dignidade da pessoa humana.

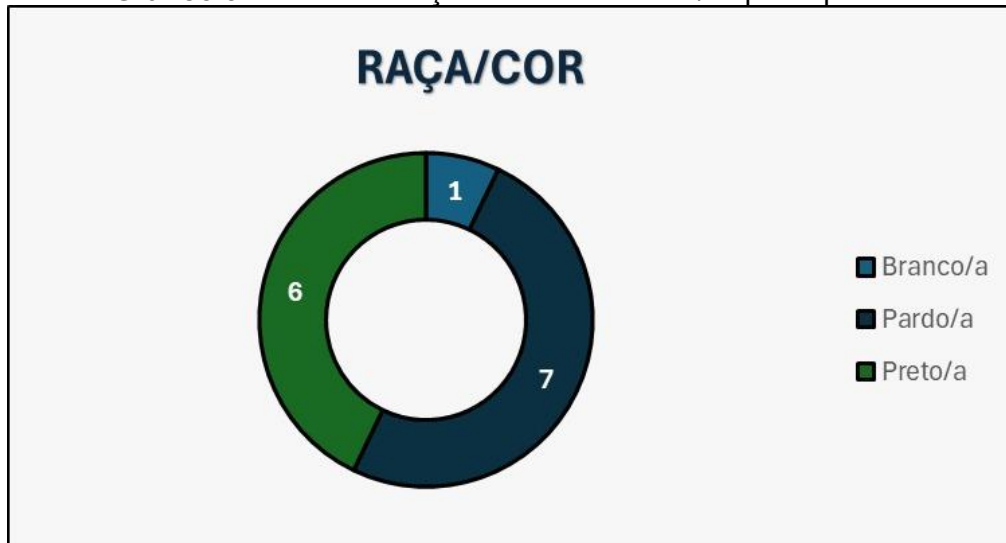
O educador da Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo afirmação de Miguel Arroyo, deve compreender que está diante de sujeitos com histórias de vida marcadas por exclusão, resistência e saberes construídos fora da escola. Para ele, a atuação docente na EJA vai além da simples transmissão de conteúdos: requer sensibilidade, escuta ativa e compromisso com a justiça social. Arroyo (2005) destaca que “os educadores e educadoras da EJA não ensinam a quem nada sabe, mas a sujeitos que têm o direito de serem reconhecidos como portadores de saberes e de trajetórias” (p. 34).

**Gráfico 2** – Autoidentificação de gênero informado pelos/as participantes



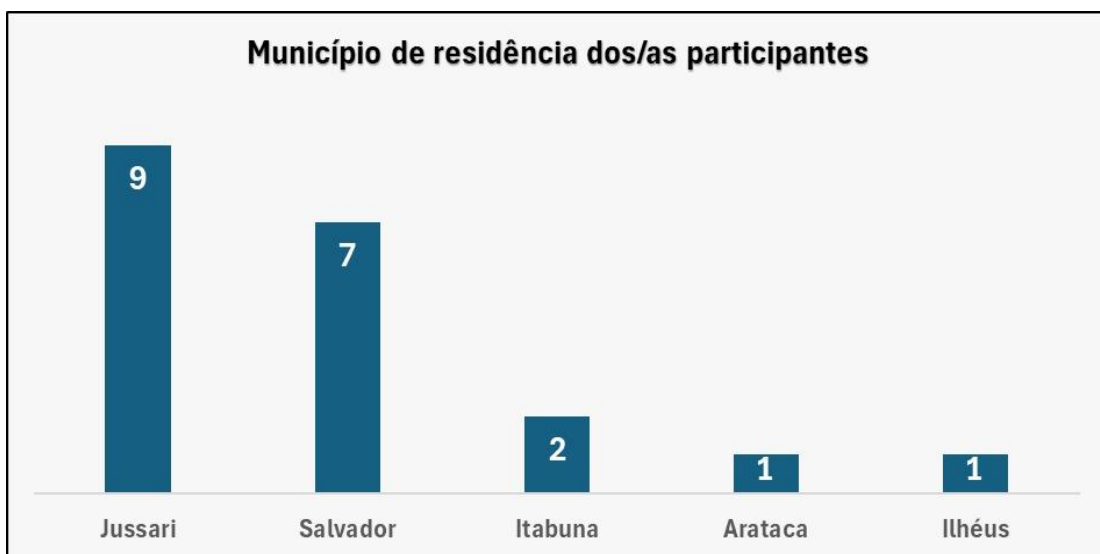
**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Muito embora o ambiente da gestão educacional tenha predominância de pessoas do sexo feminino, nesta pesquisa, conforme demonstrado no Gráfico 2, a participação foi, em sua maioria, composta por homens, também levando-se em consideração que o quadro de docentes da EJA nesta Unidade Escolar é formado por um número maior de docentes do sexo masculino.

**Gráfico 3 – Autodeclaração étnico-racial dos/as participantes**

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025)

Como era de se esperar, no quesito relativo a raça e etnia (Gráfico 3), a maioria dos participantes se declarou de raça/cor pardo (50%) e preto (42,9%), decorrente do processo de colonização em Jussari e nas cidades vizinhas, quando foi dizimada grande parte dos povos originários, o que justifica essa população miscigenada e de povos negros que chegaram a essas localidades. Por outro lado, um pequeno percentual dos entrevistados se reconhece como pessoa de cor/raça branca.

**Gráfico 4 – Município de residência dos/as participantes**

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025)

De acordo com os percentuais apresentados no Gráfico 4, confirmamos que os/as participantes, em sua maior parte, residem no município *locus* da pesquisa. É um dado que imprime significado ao estudo, pressupondo-se que os/as 9 (nove) domiciliados/as em Jussari têm ou adquiriram maior conhecimento sobre a dinâmica educacional do Colégio Estadual Amélia Amado.

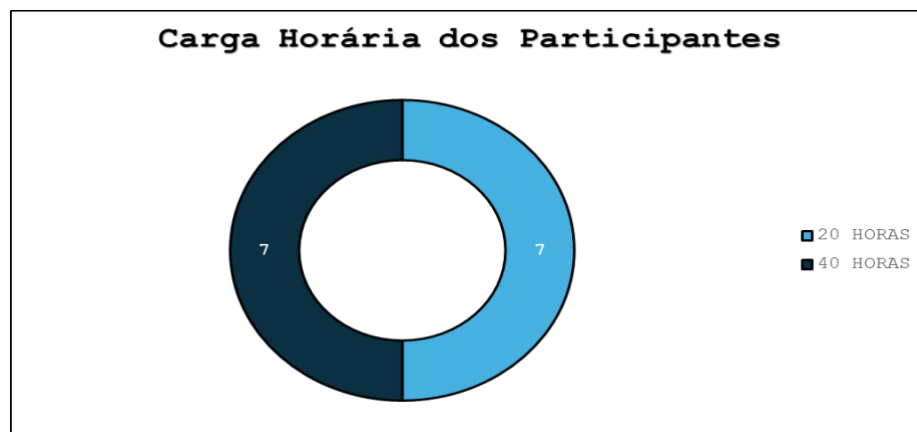
**Gráfico 5 – Tempo de atuação na escola pesquisada**



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025)

Quando questionados sobre o tempo de atuação na Unidade Escolar pesquisada (Gráfico 5), aproximadamente seis participantes (42,9%) informaram ter entre 02 e 05 anos de vivência profissional no *locus* da pesquisa. A permanência por maior tempo em uma instituição escolar traz um sentimento de pertença, de modo que o indivíduo que ali atua se familiariza com a rotina e a cultura organizacional.

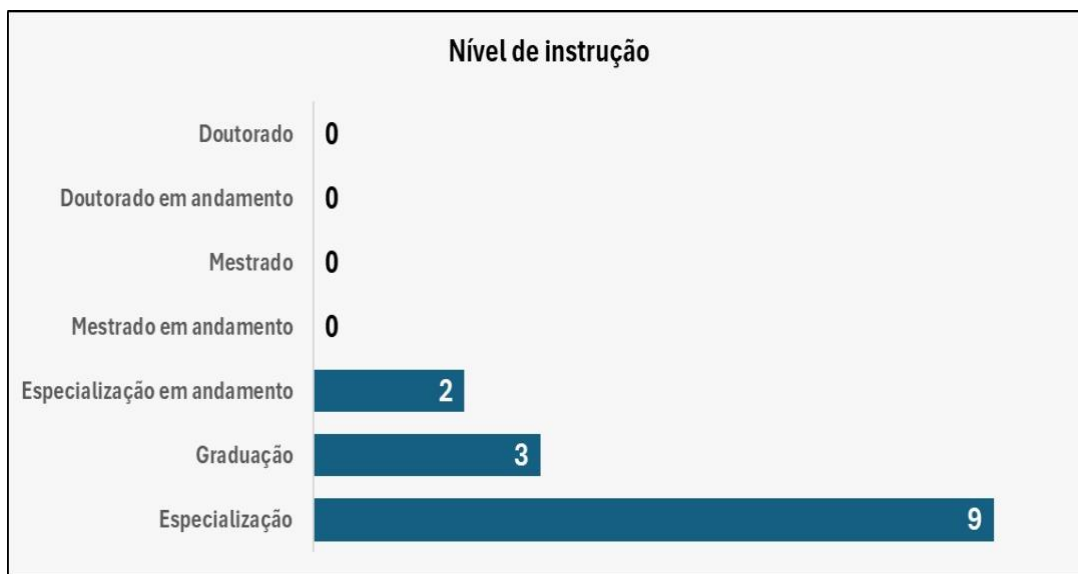
**Gráfico 6 – Carga horária dos/as participantes**



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025)

A respeito da carga horária de atividades dos quatorze participantes (Gráfico 6), sete deles atuam durante 20 horas, enquanto que a outra metade desempenha suas atividades por 40 horas. Sabe-se que, quando o professor mais tempo à escola, a tendência é que ele se envolva com as rotinas do ambiente escolar e passe a conhecer melhor os processos.

**Gráfico 7 – Nível de instrução dos/as participantes**



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

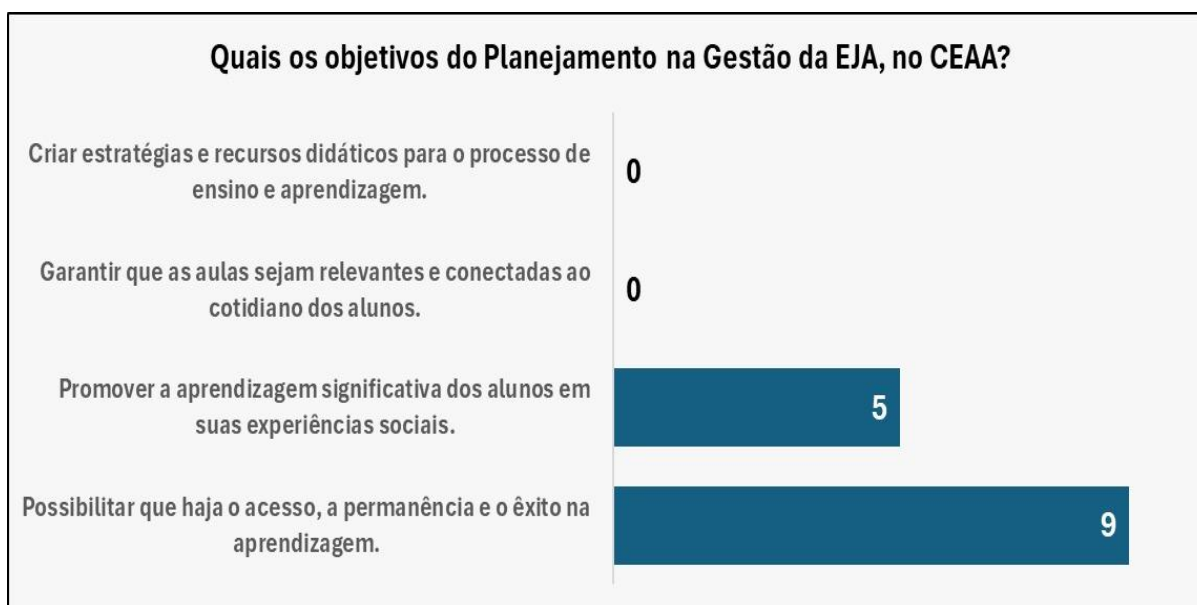
No que se refere ao nível de instrução, as respostas apontadas no gráfico 6 demonstram que três participantes são graduados, ao passo que dois estão cursando a especialização e nove participantes já são especialistas, equivalendo a 64,3% dos pesquisados. Vale dizer que a formação continuada é sempre um aspecto importante no âmbito profissional, e, quando se trata da escola, esse percurso ganha maior dimensão, sobretudo porque enriquece as práticas desenvolvidas.

## 5.2 DESAFIOS, ENTRAVES E AVANÇOS DA GESTÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO À EJA: PERCEPÇÃO DOCENTE

Os questionamentos aqui apresentados aos gestores educacionais do Colégio Estadual Amélia Amado dizem respeito essencialmente ao nosso objeto de pesquisa, haja vista que contempla os quatro elementos fundamentais para garantir

uma gestão escolar qualificada, quais sejam: Planejamento; Execução; Monitoramento e; Avaliação. Participaram desse bloco de questões três membros da Unidade Escolar, a saber: 01 diretora; 01 vice-diretor e 01 coordenadora.

**Gráfico 8** – Categoria de Análise: Planejamento (A)



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Sobre os objetivos do planejamento (questão “a”), conforme apontou a maioria dos entrevistados (66,7%), as condições de acesso, permanência e êxito na aprendizagem no contexto da EJA dependem, em grande parte, do planejamento. No caso da EJA, o planejamento deve levar em conta o caráter específico dessa modalidade, para estabelecer um plano de trabalho que atenda às demandas que surgem nesse processo, conforme pontua Di Pierro (2014):

A primeira característica comum a essas iniciativas é o reconhecimento, o acolhimento e a valorização da diversidade dos educandos da EJA, pois antes de serem alunos, esses jovens e adultos são portadores de identidades de classe, gênero, raça e geração. Suas trajetórias de vida são marcadas pela região de origem, pela vivência rural ou urbana, pela migração, pelo trabalho, pela família, pela religião e, em alguns casos, pela condição de portadores de necessidades especiais (Di Pierro, 2014).

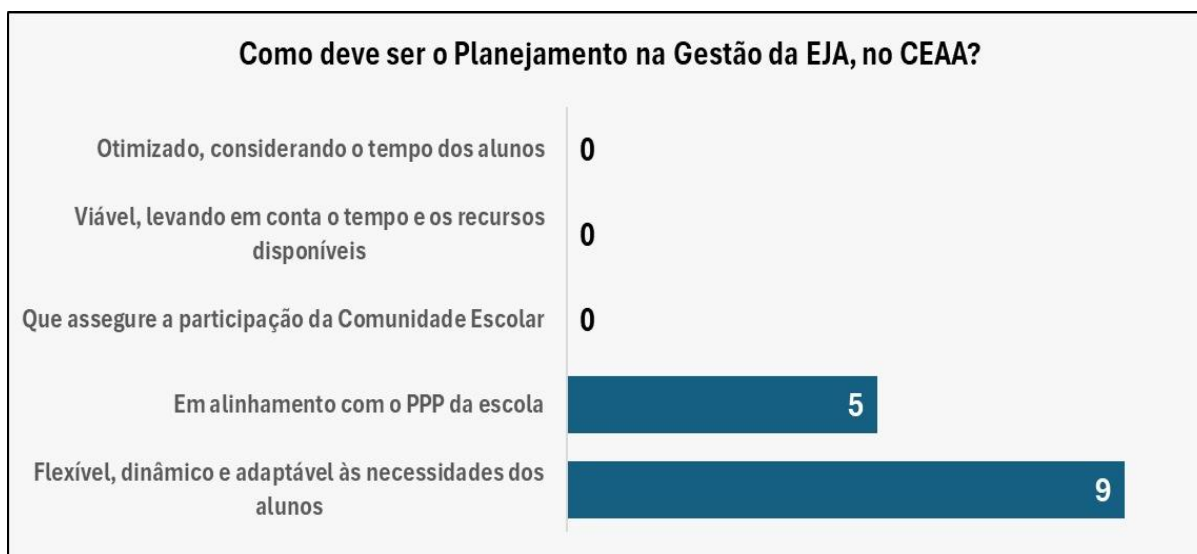
Por outro lado, 33,3% dos participantes defendem que a gestão tem o objetivo de promover ao aluno a aprendizagem significativa, que ocorre na interação social, em suas vivências. De modo contrário, parece-nos que, quando essa aprendizagem não é colocada a serviço, na prática social, a EJA não encontra a validação da qual

necessita para se consolidar no seu propósito de educar para a autonomia do educando, o que, de certo modo, explica a evasão escolar.

Em outras palavras, os jovens e adultos das camadas populares não acorrem com mais frequência às aulas porque a busca dos meios de subsistência absorve todo seu tempo, seus arranjos de vida não se harmonizam com a frequência contínua da escola e os conteúdos veiculados são pouco relevantes para pessoas cuja vida está preenchida por múltiplas exigências (Di Pierro, 2014).

Daí a importância do planejamento, o qual deve atentar, entre outras ações, para as condições em que o trabalho pedagógico está sendo desenvolvido, por exemplo, direcionando o cuidado para “instalações físicas e financiamento adequados, valorização dos profissionais e assistência aos estudantes com alimentação, transporte e material são pré-requisitos para uma EJA mais relevante (Di Pierro, 2014).

**Gráfico 9** – Categoria de Análise: Planejamento (B)



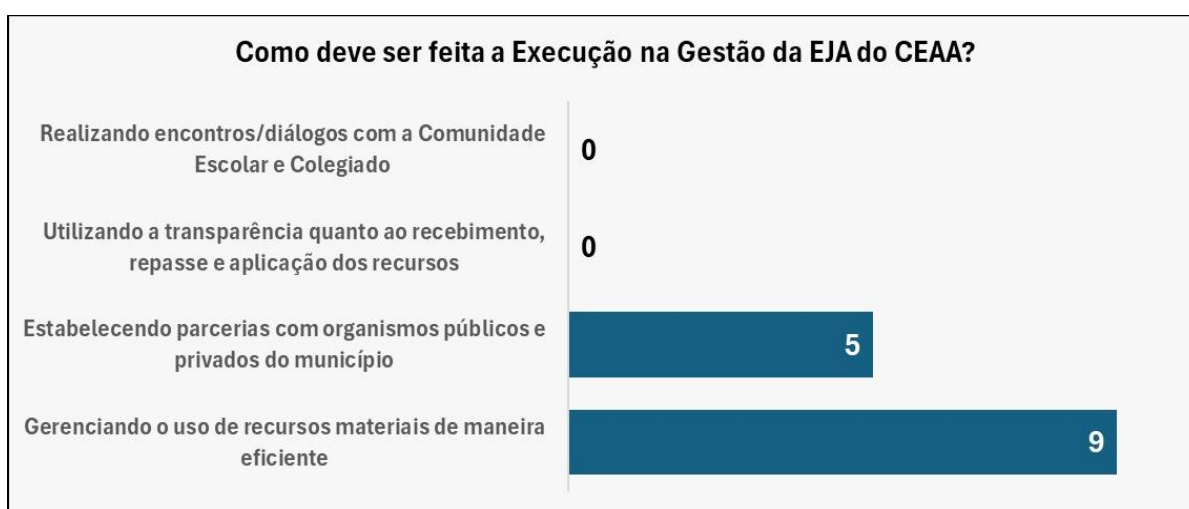
**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Ao serem questionados como deve ocorrer o processo de planejamento na escola pesquisada (questão “b”), 66,7% afirmaram que deve ser flexível, dinâmico e adaptável às demandas dos alunos, enquanto que 33,3% observam que a escola não pode perder de vista o alinhamento com o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Na EJA, o PPP deve assumir uma perspectiva crítica e emancipadora, promovendo a articulação entre os saberes escolares e os saberes construídos ao

longo da vida pelos sujeitos que retornam à escola. Conforme Freire (1996), educar é um ato político, e, nesse sentido, o PPP precisa contemplar práticas pedagógicas que respeitem a identidade, a história e os projetos de vida dos educandos, reconhecendo-os como protagonistas do processo educativo. Em suma, o PPP dá suporte ao planejamento das ações em prol das melhorias na EJA.

**Gráfico 10** – Categoria de Análise: Execução



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Na categoria de análise Execução, ao serem questionados sobre como deve ser realizada a gestão da EJA no colégio pesquisado, a execução eficiente das ações de uso dos recursos materiais, pela equipe gestora, foi a resposta apontada por 66,7% dos participantes. Por sua vez, a necessidade de se firmar parcerias com instâncias públicas e privadas no município obteve a indicação de 33,3% dos entrevistados.

Como se percebe, o olhar da maioria dos gestores participantes da pesquisa está voltado para uma gestão eficiente – pautada na justiça e na transparência –, aquela que, de certo modo, imprime maior grau de confiabilidade dentro da comunidade escolar e na população do município pesquisado. É um dado relevante, haja vista que traduz um desejo de se realizarem ações que dialoguem com as demandas locais, sobretudo visando ao crescimento pessoal dos estudantes da EJA matriculados no Colégio Estadual Amélia Amado.

Não menos importante é a união de forças, representada por parceiros públicos ou privados, conforme respondeu 1/3 dos entrevistados, o que contribui para o bom desenvolvimento das ações educacionais na referida Unidade Escolar. É importante

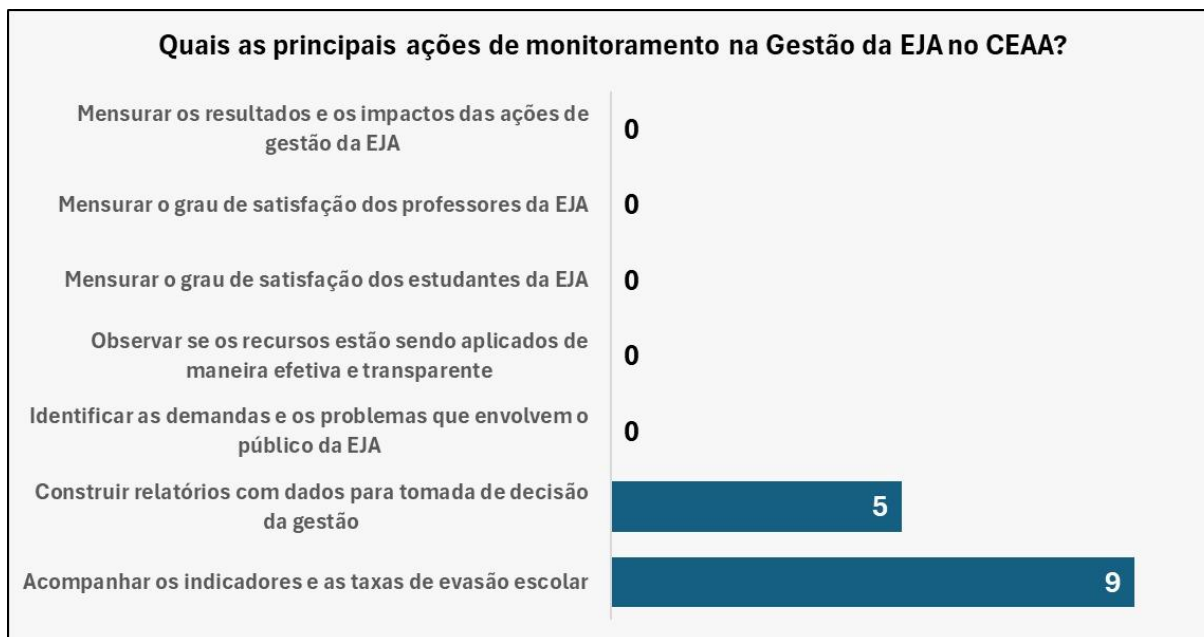
pensar nas diversas parcerias que podem ser implementadas para atuação direta na gestão escolar, fazendo com que os processos administrativos e burocráticos existentes no dia a dia da instituição educacional se tornem mais práticos. É o que afirmam Freitas *et al.* (2018), em artigo sobre a prática da gestão da Educação de Jovens e Adultos:

A participação efetiva de todos os segmentos das comunidades escolar e local, o respeito às normas coletivamente construídas para apoiar a tomada de decisões e a garantia de acesso às informações são basilares para os procedimentos gestores. Essa postura requer transparência, ética e a responsabilidade de cada um dos cidadãos, pois a escola é de todos e para todos, uma vez que a educação eleva tanto a qualidade de vida do ser humano, quanto à possibilidade de engajamento no mundo laboral, possibilitando melhoria da qualidade de vida em sociedade (Freitas et al., 2018, n/p).

Esse acordo de cooperação está respaldado na Lei nº 13.204/2015 (Brasil, 2015b, p. 2), que atribui a seguinte definição: “[...] instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros”.

Essa participação de terceiros é ratificado no texto constitucional, ao asseverar, no seu art. 6, sobre a importância do “[...] o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...]”, na perspectiva de se garantir a “[...] gestão democrática do ensino público” [...].

A execução do planejamento é essencial para transformar intenções em ações concretas, garantindo que os objetivos traçados sejam alcançados de forma eficiente e organizada. No contexto educacional, uma boa execução permite o acompanhamento das metas, a identificação de ajustes necessários e a promoção de resultados significativos. Sem a efetivação do que foi planejado, o processo perde consistência e impacto. Portanto, planejar e executar são etapas indissociáveis para uma gestão eficaz.

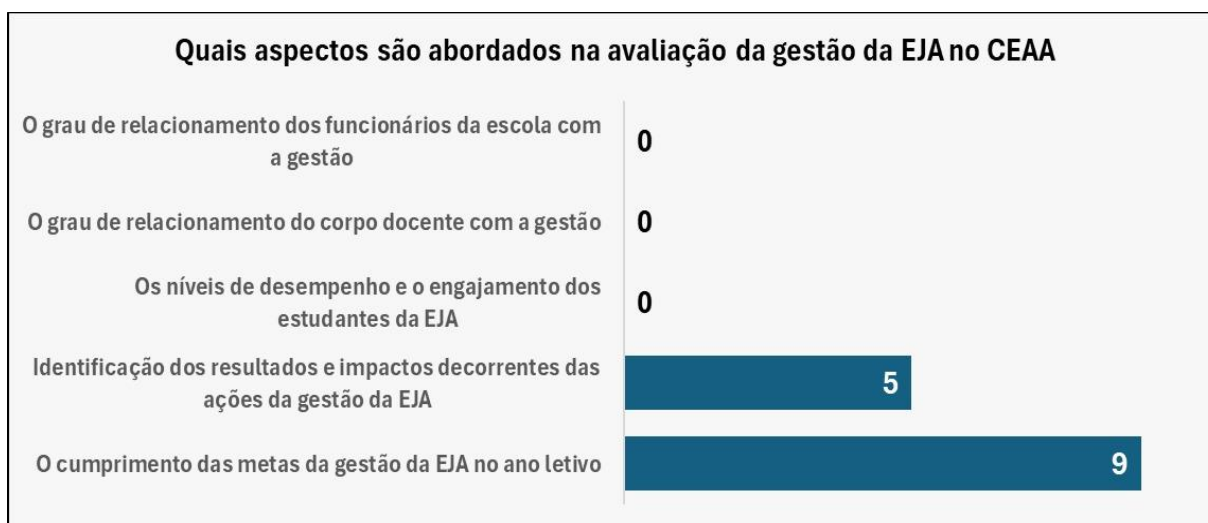
**Gráfico 11** – Categoria de Análise: Monitoramento

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Na categoria Monitoramento, a maioria dos informantes da pesquisa elegeu o acompanhamento dos indicadores educacionais e das taxas de evasão como uma ação necessária para se identificarem o que leva ao abandono escolar na EJA, para além dos motivos já conhecidos, geralmente relacionados à priorização pelo trabalho em detrimento da escola.

Para 33,3% dos entrevistados, a principal ação de monitoramento da equipe gestora é construir relatórios com dados sobre o cenário da EJA, a fim de subsidiar as tomadas de decisões, de maneira assertiva, para a manutenção e crescimento dessa modalidade de ensino no Colégio Estadual Amélia Amado. Tal percepção leva-nos a inferir sobre a importância que tem o acompanhamento diante do trabalho pedagógico realizado em uma modalidade como a EJA, para a qual os governos – em todas as esferas – nunca dedicaram a atenção merecida.

O monitoramento é, portanto, essencial para subsidiar o planejamento com dados concretos e informações atualizadas sobre a realidade educacional. Ele permite identificar avanços, desafios e necessidades, orientando a tomada de decisões mais assertivas. No contexto da EJA, o monitoramento contínuo contribui para ajustes nas estratégias, garantindo maior eficácia na promoção do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

**Gráfico 12** – Categoria de Análise: Avaliação

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Diante do questionamento sobre os aspectos a serem abordados na Avaliação pelo CEAA, a resposta de 33% dos participantes referiu-se à identificação dos resultados e impactos da gestão. Por sua vez, a maioria dos entrevistados (66,7%) optou por avaliar se está havendo o cumprimento das metas pela equipe gestora da EJA na Unidade Escolar.

Evidente que, no rol de critérios avaliativos da modalidade EJA, é necessário estar atento aos resultados, o que inclui verificar o número de acessos, a permanência – nesse quesito, é importante discutir sobre possíveis causas de abandono e de evasão – e a aprendizagem dos estudantes. De modo igual, o cumprimento das metas precisa ser constantemente observado, considerando-se que o alcance dos objetivos depende de ações compartilhadas, logo, estas precisam envolver tanto a equipe gestora quanto o corpo docente.

Sabe-se que a gestão de uma Unidade Escolar compreende todos os segmentos de ensino, e, nesse sentido, é possível que a atenção maior seja dispensada aos demais segmentos (Ensinos Fundamental e Médio regulares), em detrimento da Educação de Jovens e Adultos, ficando muito sob a responsabilidade do coordenador pedagógico as ações dessa modalidade.

No universo da EJA, a avaliação é vista um componente essencial do planejamento, pois fornece subsídios para analisar o que foi efetivamente alcançado em relação aos objetivos propostos. No ato de avaliar, são identificados acertos, falhas e necessidades de reorientação das ações, promovendo uma tomada de decisão mais

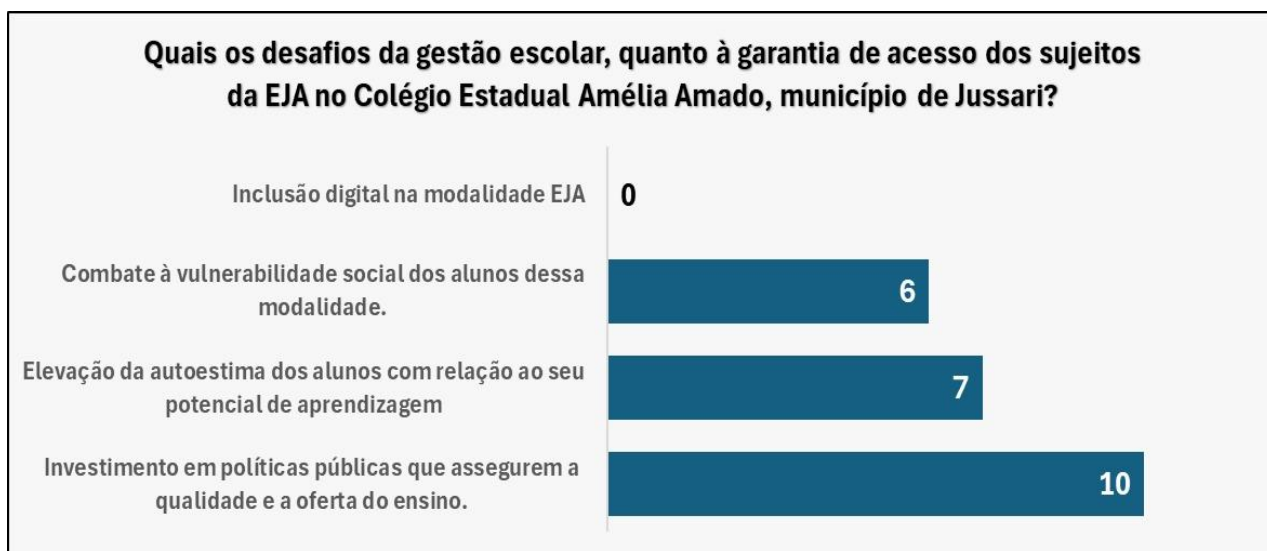
consciente e estratégica e, especialmente na EJA, a avaliação permanente norteia ajustes pedagógicos e de gestão, contribuindo para a melhoria dos processos e resultados.

### 5.3 DESAFIOS DA GESTÃO DO CEAA, NAS DIMENSÕES RELATIVAS A ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DA EJA

Os gestores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam inúmeros desafios para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, considerando as especificidades desse público, marcado por trajetórias escolares interrompidas e múltiplas vulnerabilidades sociais.

A gestão precisa articular políticas de inclusão, flexibilização curricular, atendimento às demandas locais e valorização dos saberes dos educandos. Criar ambientes acolhedores e práticas pedagógicas significativas é essencial para combater a evasão e assegurar uma educação de qualidade. Os dados a seguir trazem a percepção dos gestores do Colégio Estadual Amélia Amado sobre essa temática.

**Gráfico 13** – Desafios da Gestão do CEAA quanto à garantia do acesso na EJA



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Quando questionados sobre os desafios da gestão do CEAA para garantir o acesso dos estudantes à modalidade EJA, foram obtidas dos entrevistados as seguintes respostas: 71,4% veem como maior desafio a implementação de políticas

públicas, visando oferecer um ensino de qualidade. Para 50% dos participantes, é necessário ajudar os alunos a ampliar a autoestima, no que tange às potencialidades para o aprender. Por fim, 42,9% acreditam que é desafiador para a gestão da Unidade Escolar combater a vulnerabilidade social desses sujeitos que precisam acessar a EJA como um espaço de aprendizagem.

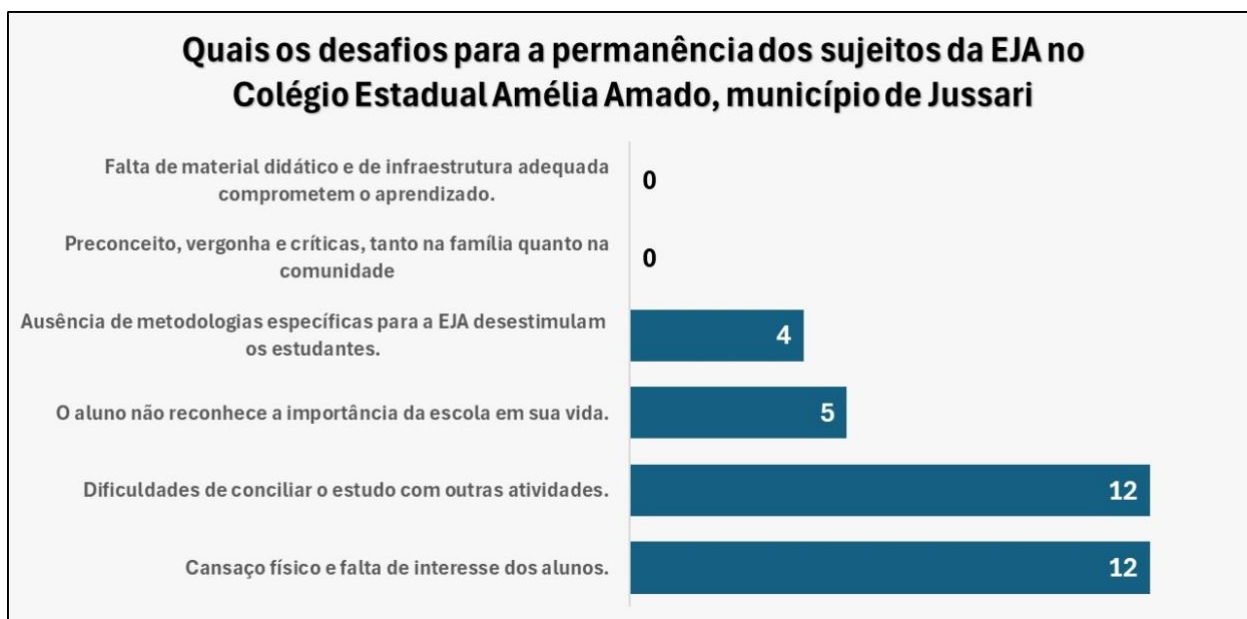
Di Pierro (2005) observa que é necessário um olhar de otimismo, de projeção, não mais questionando as causas do passado, mas apontando para um futuro, no qual o acesso à educação fará diferença na vida desses sujeitos.

[...] a educação capaz de responder a esse desafio não é aquela voltada para as carências e o passado [...], mas aquela que, reconhecendo nos jovens e adultos sujeitos plenos de direito e de cultura, perguntando quais são suas necessidades de aprendizagem no presente, para que possam transformá-lo coletivamente (Di Pierro, 2005, p. 1120).

Conforme demonstrado no gráfico, as três escolhas têm muita relevância, tendo em vista que a EJA não está assentada em nenhuma política educacional, ficando relegada a um trabalho secundário na Unidade Escolar, com gestores e professores reproduzindo, em menor escala, o que é feito nas turmas regulares, com atividades mais simplificadas, sem a intensidade necessária para as aprendizagens.

Inegável que a gestão deve trabalhar a autoestima dos sujeitos da EJA, por se tratar de uma população que traz em suas histórias de vida as marcas da rejeição e da negação de direitos sociais. E isso encontra eco no cenário das vulnerabilidades sociais a que estão submetidos esses alunos, perpassando pelas questões de renda, moradia, alimentação, que colocam em segundo plano o desejo da escolarização.

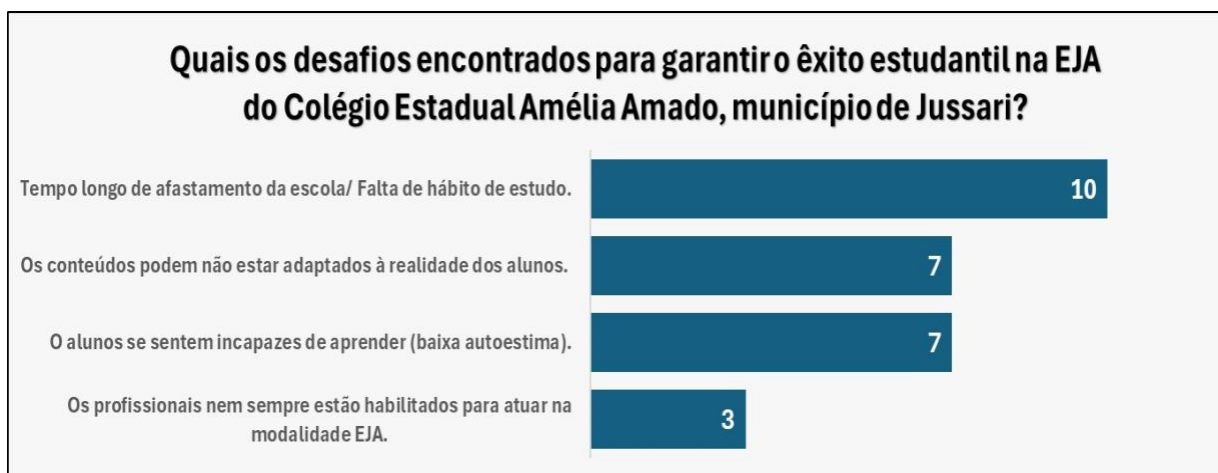
Garantir o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um dos principais desafios enfrentados pelos gestores educacionais. Muitos estudantes potenciais enfrentam condições socioeconômicas adversas, horários de trabalho incompatíveis, responsabilidades familiares e falta de incentivo para retornar à escola. Cabe aos gestores desenvolver estratégias articuladas com outras políticas sociais, criar alternativas flexíveis de oferta e promover ações de busca ativa para assegurar, indistintamente, o direito à educação.

**Gráfico 14** – Desafios encontrados pela Gestão do CEAA para a permanência na EJA

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Na percepção dos participantes sobre a permanência dos sujeitos da EJA no CEAA a maioria (85,7%) pontuou o desafio de lidar com a desmotivação e o cansaço físico dos alunos, bem como as dificuldades de conciliação entre estudo e outras demandas. Em menores percentuais (35,7%) e (28,6%), os pesquisados optaram, respectivamente, para a falta de reconhecimento do aluno diante da escola e a ausência de metodologias motivacionais que ajudem a combater o abandono e a evasão escolar na EJA.

Tem sido bastante desafiador aos gestores da EJA garantir que os estudantes deem continuidade aos estudos após a sua matrícula. Muitos educandos enfrentam jornadas de trabalho extensas, responsabilidades familiares e dificuldades financeiras, fatores que contribuem para a evasão escolar, e nem sempre as propostas pedagógicas são contextualizadas e acolhedoras, podendo gerar desmotivação. Os gestores precisam promover ambientes escolares inclusivos, investir na formação dos docentes, flexibilizar horários e articular apoios intersetoriais que atendam às necessidades reais dos estudantes, fortalecendo seu vínculo com a escola.

**Gráfico 15** – Dificuldades encontradas pelo CEAA para garantir o êxito estudantil na EJA

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Sobre as dificuldades encontradas – desse modo, um desafio à gestão – para garantir o êxito do estudante, encontra-se com maior percentual (71,4%) o tempo longo de afastamento da escola, e em menor proporção (21,4%) está a ausência de profissionais habilitados para atuar na modalidade EJA. Ainda nesse tópico, houve participantes que apontaram como dificuldades a baixa autoestima dos estudantes (50%) e, igualmente, 50% dos pesquisados elegeram a falta de adaptação dos materiais didáticos para acompanhar as dinâmicas de aprendizagem dos estudantes.

Os entrevistados (21,4%) apontaram também como dificuldade para a gestão da EJA no CEAA a presença de profissionais sem a devida habilitação para atender estudantes que apresentam demandas bem específicas, como se pode observar na realidade que envolve a Educação de Jovens e Adultos, e isso pode comprometer o êxito esperado desses estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

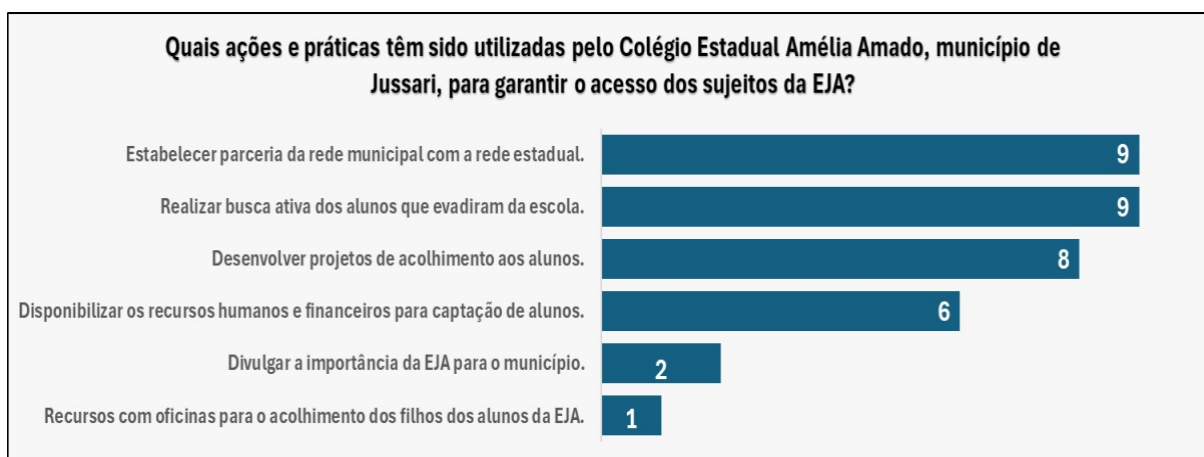
Daí a importância da formação e capacitação de professores como elemento fundamental para a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois esse público possui características, trajetórias e necessidades específicas que exigem abordagens pedagógicas diferenciadas. Professores bem preparados compreendem a importância de valorizar os saberes prévios dos educandos, adotando metodologias inclusivas, dialógicas e contextualizadas.

#### 5.4 AÇÕES GESTORAS ADOTADAS E DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO ÀS DIMENSÕES PECULIARES AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES

Para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes da EJA, os gestores escolares podem implementar ações que envolvam o acolhimento dos educandos, a escuta ativa de suas necessidades e a construção de um currículo flexível e contextualizado. É essencial promover parcerias com serviços de assistência social, saúde e cultura, ampliando o suporte à permanência. A oferta de horários alternativos, alimentação escolar e transporte também contribui significativamente.

Além disso, investir na formação continuada dos professores e no fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade favorece o engajamento e o sucesso dos estudantes. As proposições apontadas a seguir, pelos participantes da pesquisa, demonstram essa real necessidade no contexto da escolarização de pessoas jovens e adultas.

**Gráfico 16** – Ações da Gestão do CEEA para garantia do acesso na EJA



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

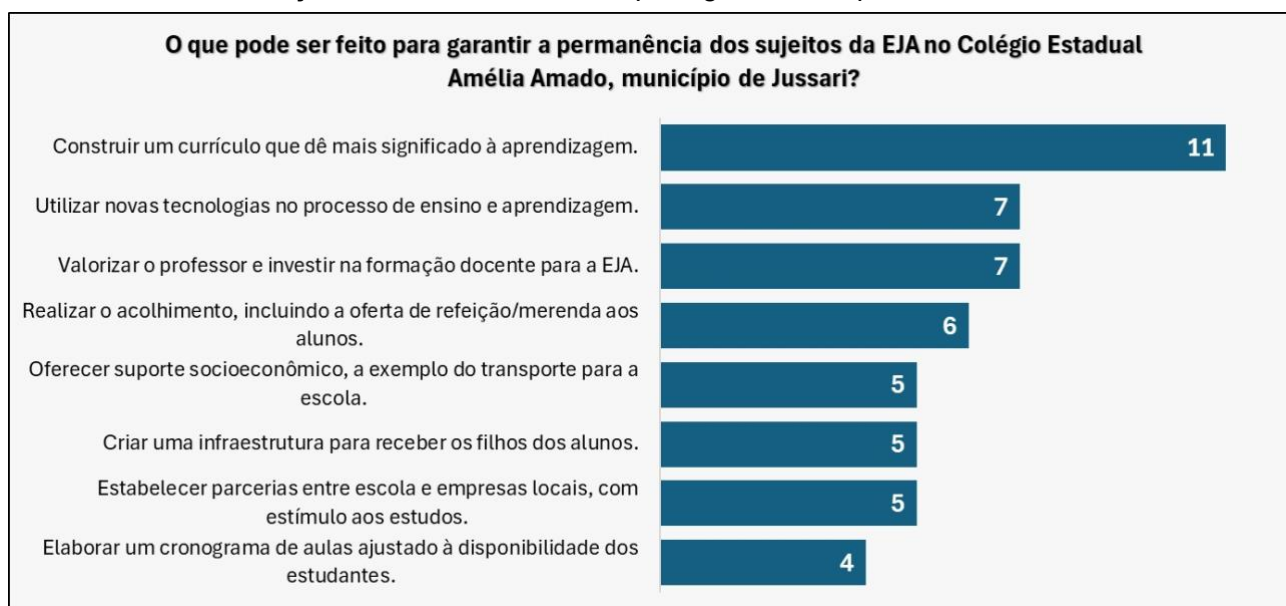
Com relação às estratégias e práticas visando garantir o acesso dos estudantes à modalidade EJA no CEEA, as respostas obtidas foram diversas, destacando-se um maior percentual (64,3%) para o trabalho de busca ativa dos alunos e a criação de parcerias entre as redes estadual e municipal. As ações de acolhimento aos alunos (57,1%) e a disponibilização de recursos humanos e financeiros (42,9%) também foram bem representadas. E em menor percentual (7,1%), os entrevistados

escolheram as oficinas para o acolhimento dos filhos de alunas da EJA, como um importante motivador para a matrícula desses sujeitos.

Inferimos que a busca ativa – resposta apontada pela maioria – não mais se constitui em estratégia eficaz para despertar o interesse por matrículas na EJA, na medida em que já existem elementos motivadores, viabilizados em programas sociais do governo federal, a exemplo do “Cartão Alelo” e “Pé de Meia”, criados para incentivar a permanência, mas que termina influenciando no acesso.

Verificou-se, também, uma proporção baixa no item relativo ao acolhimento aos filhos dos estudantes, o que seria uma excelente estratégia, já que os menores poderiam ficar na escola sob os cuidados de psicopedagogos, realizando atividades e com direito à alimentação, nos moldes de uma creche.

**Gráfico 17 – Ações da Gestão do CEEA para garantia da permanência na EJA**

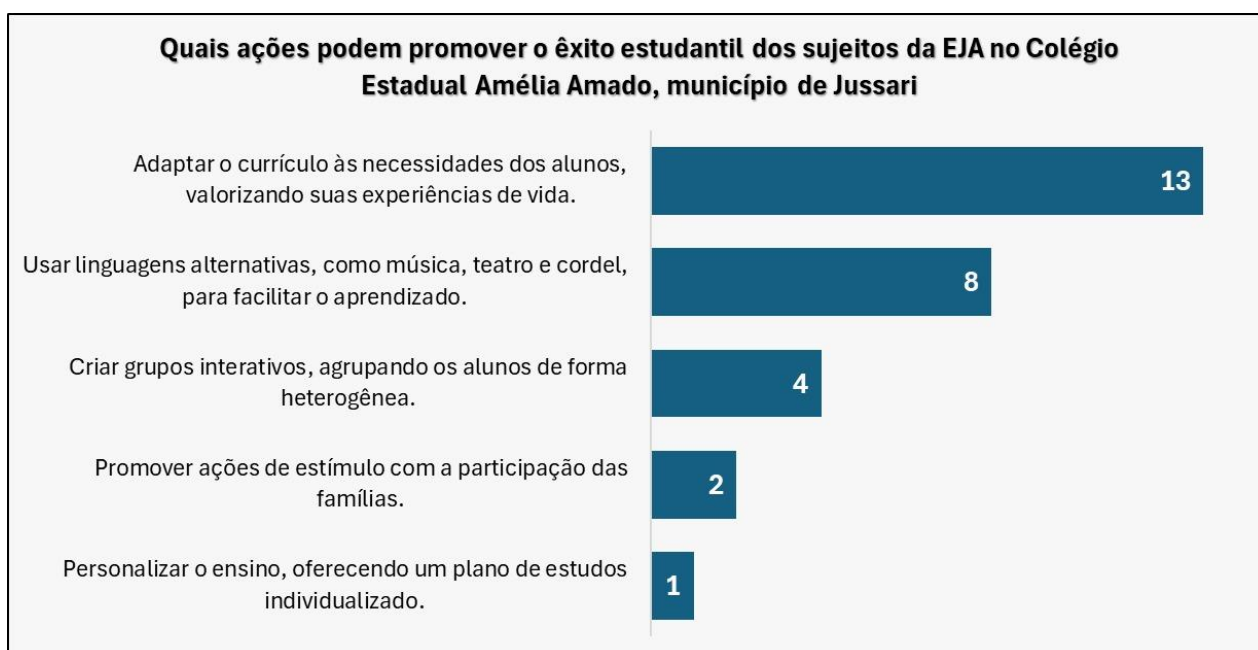


**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

Para responder sobre ações de garantia de permanência na EJA pela equipe gestora do CEEA, em maiores percentuais, 78,6% dos participantes apontaram a concepção de um currículo que dialogue com as especificidades dos sujeitos da EJA e 50% direcionaram para as estratégias de valorização do professor e de utilização de novas tecnologias no âmbito do ensino e da aprendizagem. Em números menores (28,6%), os entrevistados indicaram a elaboração de um cronograma de aulas que flexibilize a participação dos estudantes.

Para tratarmos da permanência, o currículo é de suma importância, e tem relação direta com as políticas públicas – do mesmo que ocorre para o acesso –, com o investimento da formação docente continuada, visando ao aprimoramento de um trabalho direcionado à modalidade EJA. Esta é uma grande lacuna, haja vista que os cursos de graduação, especialização e mestrado são voltados à pesquisa, para fomento das discussões sobre a EJA, restando necessário o percurso formativo, pensando em práticas inovadoras mediadas pelas tecnologias digitais, segundo apontou metade dos participantes.

**Gráfico 18** – Ações da Gestão do CEAA para promover o êxito estudantil na EJA



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

No questionamento acerca das ações estratégicas da gestão do CEAA com vistas à promoção do êxito nas aprendizagens, a maioria dos participantes da pesquisa (92,9%) seguiu a linha das categorias anteriores (acesso e permanência), ao apontar a necessidade de adaptação do desenho curricular para a modalidade EJA. De outro modo e em menor proporção, 1 participante, equivalendo ao percentual de 7,1%, traz como indicativo de ação a personalização do ensino, visando às particulares existentes na Educação de Jovens e Adultos.

Um dado curioso na escolha de 57,1% dos participantes, ao se referirem à utilização de linguagens alternativas no campo da didática, para promover resultados

exitosos nas aprendizagens. Não nos parece um recurso pertinente, por entender que a ênfase do ensino da EJA é atender às demandas de alfabetização, como uma meta dos planos de educação nas três esferas. Tal estratégia pode ser aplicada como um estímulo à permanência, o que se torna um estímulo à busca pela aprendizagem por parte dos educandos.

De acordo com Sampaio e Hizim (2022), para que esse cenário de analfabetismo, continuam sendo necessárias ações permanentes e em articulação com um projeto pedagógico na estrutura do sistema educacional.

É perceptível que qualquer política educacional para o público de jovens e adultos deve ser pensada com o objetivo de possibilitar a conclusão da educação básica. Se possível, ofertada de modo articulado à educação profissional, integrando-a ao mundo do trabalho (Sampaio; Hizim, 2022, p. 288).

Os autores apontam, ainda que, nessa mesma perspectiva, é válido observar a realização de avaliações frequentes, bem como de exames para mensurar as “competências e habilidades para jovens e adultos, de modo a viabilizar a progressão de etapas e a conclusão dos ensinamentos fundamental e médio, conforme determina o art. 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Sampaio; Hizim, 2022, p. 288).

O quadro seguinte traz o resultado-síntese da pesquisa, no que se refere ao seu objetivo central, qual seja: Investigar ações adotadas e desenvolvidas pela gestão escolar, no sentido de promover acesso, permanência e êxito na trajetória dos educandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), do Colégio Estadual Amélia Amado, no município de Jussari, estado da Bahia.

**Quadro 04 – Resultado e Análise acerca do Objetivo Geral da Pesquisa.**

Quais ações podem ser adotadas e desenvolvidas pela gestão escolar, no sentido de promover acesso, permanência e êxito na trajetória dos educandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), do Colégio Estadual Amélia Amado, no município de Jussari, estado da Bahia?	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estabelecer parceria da rede municipal com a rede estadual.</li> <li>✓ Realizar busca ativa dos alunos que evadiram da escola.</li> </ul>

<p><b>Ações da Gestão do CEAA para garantia do acesso na EJA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver projetos de acolhimento aos alunos.</li> <li>✓ Disponibilizar os recursos humanos e financeiros para captação de alunos.</li> <li>✓ Divulgar a importância da EJA para o município.</li> <li>✓ Recursos com oficinas para acolhimento dos filhos dos alunos da EJA.</li> </ul>
<p><b>Análise do Resultado</b></p>	<p>As respostas escolhidas pelos participantes deixam evidente a preocupação da gestão escolar do Colégio Estadual Amélia Amado, com relação aos sujeitos da EJA para acessarem a escolarização por essa modalidade.</p> <p>Evidentemente que nem todas essas proposições encontram total viabilidade de realização, a exemplo da “parceria da rede municipal com a rede estadual”, haja vista que nem sempre os interesses são convergentes nessas duas instâncias. Assim como a dificuldade para disponibilização de “recursos humanos e financeiros para captação de alunos”, tendo em vista que já existem programas sociais – com auxílio financeiro – que estimulam essas pessoas a se matricularem na EJA.</p>
<p><b>Ações da Gestão do CEAA para garantia da permanência na EJA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Construir um currículo que dê mais significado à aprendizagem.</li> <li>✓ Utilizar novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.</li> <li>✓ Valorizar o professor e investir na formação docente para a EJA.</li> <li>✓ Realizar o acolhimento, incluindo a oferta de refeição/merenda aos alunos.</li> <li>✓ Oferecer suporte socioeconômico, a exemplo do transporte para a escola.</li> <li>✓ Criar uma infraestrutura para receber os filhos dos alunos.</li> <li>✓ Estabelecer parcerias entre escola e empresas locais, com estímulo aos estudos.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaborar um cronograma de aulas ajustado à disponibilidade dos estudantes.</li> </ul>
<b>Análise do Resultado</b>	<p>A permanência dos sujeitos da EJA na escola parece ser a dimensão que mais carece de ações dos gestores, na medida em que o acesso já tem sido garantido, entretanto, muitos estudantes não dão continuidade aos estudos, mesmo quando recebem algum auxílio do governo, criando-se um retrocesso no percurso de escolarização. Logo, para que a permanência seja um fato concreto, é preciso ir além do que aponta a maioria dessas proposições.</p> <p>A utilização de “novas tecnologias para o processo de ensino e aprendizagem”, por exemplo, não é mais atraente aos sujeitos da EJA, pois a maioria já usa dispositivos digitais no seu cotidiano. O que podemos considerar relevante nas escolhas dos participantes é a valorização do professor, pensando “na formação docente para a EJA”, visto que o professor bem capacitado pode encontrar mecanismos para combater a evasão nessa modalidade.</p>
<b>Ações da Gestão do CEEA para promover o êxito estudantil na EJA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adaptar o currículo às necessidades dos alunos, valorizando suas experiências de vida.</li> <li>✓ Usar linguagens alternativas, como música, teatro e cordel, para facilitar o aprendizado.</li> <li>✓ Criar grupos interativos, agrupando os alunos de forma heterogênea.</li> <li>✓ Promover ações de estímulo com a participação das famílias.</li> <li>✓ Personalizar o ensino, oferecendo um plano de estudos individualizado.</li> </ul>
<b>Análise do Resultado</b>	<p>A respeito da dimensão êxito estudantil, embora os participantes tenham elencado propostas de ações para</p>

	<p>garantir uma aprendizagem significativa, tem sido o principal gargalo dos gestores. Quando se deparam com a realidade dos alunos da EJA – especialmente aqueles matriculados do turno noturno –, os professores veem a necessidade de ações com estratégias bem específicas para que esses estudantes detenham, minimamente, as habilidades de leitura e escrita.</p> <p>Fica, portanto, cada vez mais remota a possibilidade da inserção no mercado de trabalho formal e do seu ingresso numa faculdade, por exemplo. A ação de “personalizar o ensino, oferecendo um plano de estudos individualizado” é, de fato, uma maneira de administrar as dificuldades do sujeito da EJA, contudo, isso requer uma disponibilidade do docente, em meio a um grupo de alunos com outras demandas.</p>
--	--

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador (2025)

## 5.5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DE PESQUISA

A partir do levantamento e da identificação de ações gestoras específicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como com base nos resultados da avaliação das percepções docentes sobre as ações de acesso, permanência e êxito discente, delineou-se a concepção do produto final desta pesquisa: uma proposta de criação e implementação da Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia.

Essa rede será articulada, inicialmente, entre cinco municípios vizinhos – Jussari, Itaju do Colônia, São José da Vitória, Buerarema e Santa Cruz da Vitória – e tem como objetivo, a partir da socialização dos dados e informações geradas pelo estudo, subsidiar o enfrentamento dos desafios relacionados à manutenção da modalidade EJA, sobretudo no que se refere à garantia do acesso, à permanência e ao êxito na aprendizagem dos estudantes.

Tendo em vista um plano coletivo de ações em torno da temática, a partir da socialização dos resultados e subsídios gerados por esta pesquisa, as equipes gestoras dos referidos municípios podem enfrentar os desafios que surgem para a

manutenção dessa modalidade de ensino, especialmente no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito dos estudantes, sendo um contributo para as práticas gestoras diante das necessidades educativas emergentes no contexto da EJA.

Conceitualmente, as redes colaborativas configuram-se como arranjos organizacionais formados por distintos atores – indivíduos, instituições ou grupos – que se articulam com o propósito de compartilhar conhecimentos, experiências e recursos, desenvolvendo ações conjuntas voltadas para a consecução de objetivos comuns. Tais redes fundamentam-se na cooperação mútua, na horizontalidade das relações e na corresponsabilidade entre os envolvidos (Takahashi, 2000).

No âmbito desta pesquisa, a troca de experiências entre gestores escolares contribui fundamentalmente para a melhoria da gestão da EJA, promovendo a participação da comunidade escolar e a construção de um projeto pedagógico mais eficaz. Além disso, constitui-se em um espaço de promoção de debates e seminários sobre temas relacionados à EJA, envolvendo a participação de gestores, especialistas, alunos e membros da comunidade escolar.

Os municípios participantes da Rede InterEJA Litoral Sul da Bahia estão circunscritos no Território de Identidade Litoral Sul – Núcleo Territorial de Educação – NTE 05, cujas principais características estão descritas no quadro seguinte:

**Quadro 05** – Características dos Municípios que compõem a Rede Colaborativa InterEJA

<b>Município de Jussari</b>	
<b>População</b>	5.888 habitantes
<b>Emancipação</b>	40 anos
<b>Extensão territorial</b>	329,190 km <sup>2</sup>
<b>Economia</b>	Está baseada principalmente na agricultura, com destaque para a produção de cacau, café e banana. O PIB per capita foi estimado em R\$ 11.029,80 em 2020, e o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários mínimos em 2019. O município possui receita própria de R\$ 955,8 mil e recebeu R\$ 23,7 milhões em transferências de recursos em 2020, de acordo com a Wikipédia. Em 2025, de janeiro a maio, houve um saldo negativo de 15 novos trabalhadores no mercado formal, com mais desligamentos do que admissões.
<b>Matrícula geral nas escolas (2024)</b>	1.984
<b>Matrícula na EJA</b>	901

<b>Município de Itaju do Colônia</b>	
<b>População</b>	6.037 habitantes
<b>Emancipação</b>	63 anos
<b>Extensão territorial</b>	1. 225,287 km <sup>2</sup>
<b>Economia</b>	O PIB da cidade é de cerca de R\$ 89,5 milhões de reais, sendo que 40,6% do valor adicionado advém da agropecuária, na sequência aparecem as participações da administração pública (36,7%), dos serviços (17,7%) e da indústria (5%).
<b>Matrícula geral nas escolas (2024)</b>	1.479 estudantes
<b>Matrícula na EJA</b>	265 estudantes
<b>Município de Buerarema</b>	
<b>População</b>	14.804 habitantes
<b>Emancipação</b>	65 anos
<b>Extensão territorial</b>	219.486 km <sup>2</sup>
<b>Economia</b>	Tem como base principalmente a agricultura, com destaque para a produção de cacau, mandioca e outros produtos agrícolas. O município também possui um setor de serviços relevante e uma administração pública com participação significativa na economia. Buerarema é conhecida como a "Terra da Farinha", devido à sua produção de farinha de mandioca.
<b>Matrícula geral nas escolas (2024)</b>	2.342 estudantes
<b>Matrícula na EJA</b>	328 estudantes
<b>Município de São José da Vitória</b>	
<b>População</b>	5.315 habitantes
<b>Emancipação</b>	36 anos
<b>Extensão territorial</b>	127.925 km <sup>2</sup>
<b>Economia</b>	É sustentada, de modo especial, pela agricultura, com destaque para a produção de cacau, café, mandioca e frutas. A pecuária também desempenha um papel importante na região. O município possui uma economia modesta, com um PIB de R\$ 57 milhões em 2020, sendo um dos menores do sul da Bahia. A administração pública é o setor que mais emprega, seguido pelo cultivo de cacau e o comércio varejista.
<b>Matrícula geral nas escolas (2024)</b>	1.027 estudantes
<b>Matrícula na EJA</b>	133 estudantes
<b>Município de Santa Cruz da Vitória</b>	
<b>População</b>	4.681 habitantes
<b>Emancipação</b>	63 anos
<b>Extensão territorial</b>	284.083 km <sup>2</sup>
<b>Economia</b>	Caracteriza-se pela predominância do setor de serviços, seguida pela agropecuária, indústria e administração pública. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do município

	foi de R\$ 71,1 milhões, com um PIB per capita de R\$ 11.405,46. A administração pública contribui com a maior parte do valor adicionado (46,4%), enquanto a agropecuária (24,2%), os serviços (24,1%) e a indústria (5,3%) também têm participação significativa.
<b>Matrícula geral nas escolas (2024)</b>	1.370
<b>Matrícula na EJA</b>	326 estudantes

**Fonte:** Elaboração própria (2025), a partir de dados disponíveis em: <https://www.ba.gov.br/sei> e no Censo Escolar 2024.

### 5.5.1 Estruturação da Rede Colaborativa InterEJA

A Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia será fundamental para fortalecer o trabalho coletivo entre diferentes instâncias, promovendo a troca de experiências, saberes e recursos em realidades educacionais muito similares, haja vista que os municípios que a compõem vivenciam desafios parecidos para garantir o acesso, a permanência e o êxito estudantil dos sujeitos da EJA.

No contexto educacional, especialmente na EJA, essa articulação favorece a construção de soluções conjuntas para desafios comuns. A rede potencializa a integração entre municípios, escolas e comunidades, ampliando o alcance e a eficácia das ações. Além disso, promove a corresponsabilidade e o engajamento dos envolvidos, contribuindo para uma gestão mais democrática, eficiente e comprometida com a inclusão socioeducacional.

#### a) Diagnóstico Conjunto dos Desafios da EJA

- Realizar um levantamento participativo em cada município para identificar:
  - Dificuldades de acesso (horários incompatíveis, falta de transporte, falta de divulgação).
  - Razões da evasão (falta de motivação, questões econômicas, metodologia inadequada).
  - Fatores que impactam o êxito (qualidade docente, infraestrutura, currículo desconectado da realidade).
- Compartilhar dados entre os municípios para identificar padrões e soluções em comum.

## **b) Estabelecer Objetivos Comuns**

Definir prioridades coletivas, como:

- Garantir a matrícula (ex.: campanhas locais/ regionais de sensibilização).
- Reduzir a evasão (ex.: políticas de assistência estudantil, flexibilização de horários, atenção com os trabalhadores sazonais, adequação do currículo).
- Melhorar a aprendizagem (ex.: formação docente integrada, uso de tecnologias).

## **c) Estrutura de Governança da Rede**

- Criação de Termo de Cooperação Intermunicipal para formalizar compromissos.
- Criação de um comitê gestor com representantes de cada município (secretarias de educação, coordenadores da EJA, professores, estudantes e sociedade civil).
- Definição de uma agenda regular de reuniões (presenciais ou virtuais) para monitoramento.
- Designação de um grupo técnico para elaboração de projetos e captação de recursos.

## **d) Ações Colaborativas**

### Acesso

- Campanhas regionais de mobilização: usar rádios comunitárias, redes sociais e parcerias com sindicatos/ONGs para atrair estudantes.
- Oferta territorializada: criar polos EJA em locais estratégicos (ex.: um município oferece aulas noturnas para trabalhadores de cidades vizinhas).

### Permanência

- Programa de assistência estudantil: auxílio-transporte, alimentação ou bolsas (via parceria com empresas locais, parceria com o município para estágio).
- Acompanhamento pedagógico: tutoria entre pares (estudantes que já concluíram a EJA apoiam novos alunos).

## Êxito

- Formação docente conjunta: cursos sobre metodologias ativas (como pedagogia da alternância) e EJA digital.
- Certificação profissionalizante: parceria com SENAI, IFs ou empresas para cursos técnicos integrados à EJA.
- Fomentação nível superior x mercado do trabalho – Parceria entre empresas privadas e poder público para fomentação de ingresso no nível superior e no 1º estágio.

### **e) Recursos e Financiamento**

- Buscar editais nacionais/internacionais (MEC, UNESCO, Banco do Brasil).
- Propor emendas parlamentares regionais para financiar a rede.
- Parcerias com universidades para pesquisa e avaliação de resultados.

### **f) Monitoramento e Avaliação**

- Criar indicadores comuns (ex.: taxa de conclusão, índice de satisfação).
- Realizar seminários semestrais com resultados e ajustes de estratégias.

### **g) Exemplo Prático de Ação Colaborativa**

- **Município A**: Sedia a secretaria executiva da rede.
- **Município B**: Oferece transporte gratuito para estudantes de outras cidades.
- **Município C**: Desenvolve um projeto de alfabetização digital compartilhado.

### **h) Benefícios da Rede**

- Sinergia de recursos (humanos, financeiros, infraestrutura).
- Troca de experiências (boas práticas evitam repetição de erros).
- Fortalecimento político (maior poder de negociação com governos estaduais/federais).

### **i) Acesso às Informações da Rede**

- Meio Físico / Presencial (encontros formativos; Informes)
- Meio Digital (grupos em aplicativos; encontros via meet; vídeos)

### 5.5.2 *Layout* da Homepage – Rede Colaborativa InterEJA

Para reafirmar a necessidade do compartilhamento de ações gestoras em torno da modalidade Educação de Jovens e Adultos, tornou-se necessária a criação de um *layout* da Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia – ainda um prospecto, visto que não há funcionamento, mas apenas uma simulação para este produto de pesquisa. Esta proposição é fundamental para se entender como estarão visualmente organizadas as informações, visando facilitar a comunicação entre os participantes e tornar as ações mais acessíveis e compreensíveis.

A criação de um *layout* para a homepage de uma rede colaborativa entre municípios direcionada às ações gestoras na EJA é de grande relevância, pois constitui um espaço estratégico de comunicação, integração e visibilidade das políticas educacionais. Um *layout* bem estruturado e acessível facilita o compartilhamento de informações sobre programas, formações, dados estatísticos e boas práticas, fortalecendo o trabalho conjunto entre gestores, professores e demais profissionais da educação. Além disso, o design visual deve refletir os princípios da inclusão, da diversidade e da participação – valores centrais da EJA –, tornando o ambiente digital acolhedor e representativo dos sujeitos dessa modalidade.

Outra relevância está na gestão democrática da informação. A homepage pode funcionar como um portal de transparência, permitindo o acompanhamento das ações e dos resultados das políticas públicas intermunicipais voltadas à EJA. Isso estimula a participação social, o controle público e o diálogo entre os diferentes níveis de gestão. Conforme afirma Kenski (2012), as tecnologias digitais, quando integradas à educação, fortalecem os modos de interação e a construção do conhecimento coletivamente pensada, promovendo novas possibilidades de organização e inovação nas práticas educativas.

Assim, um *layout* funcional e colaborativo não é apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político e pedagógico que expressa o compromisso dos municípios com a garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes da EJA. Ele materializa, no ambiente virtual, o princípio da rede como espaço vivo de aprendizagem, gestão e transformação social.

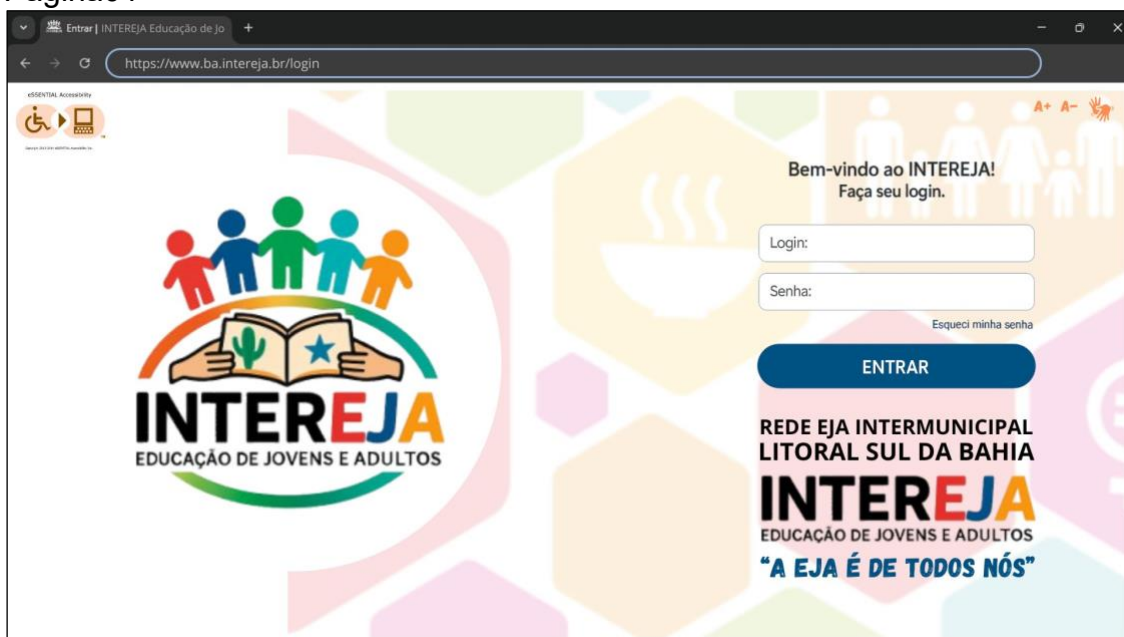
Ao acessar a Homepage, o usuário terá acesso à sistematização dos objetivos, fluxos de trabalho e responsabilidades dos municípios envolvidos. Além disso, favorecerá a integração entre essas instâncias, com propostas de ações

advindas das gestões educacionais em torno da modalidade EJA, na busca por fortalecer a identidade visual da rede, promovendo maior engajamento dos seus participantes.

A Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia resultará em grande importância para a comunidade escolar, pois promoverá a articulação entre gestores, professores, estudantes e instituições parceiras, fortalecendo o compromisso coletivo com a educação de jovens e adultos. O compartilhamento de experiências e boas práticas trará subsídios para o desenvolvimento de estratégias e ações conjuntas para enfrentar os desafios da modalidade, ampliando o suporte pedagógico e social aos educandos, contribuindo para o acesso, permanência e êxito escolar.

Na sequência, apresentam-se os componentes do layout da Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia, em uma forma de simulação, permitindo visualizar, testar e ajustar previamente a estrutura e a usabilidade do ambiente digital, antes da sua implementação definitiva. Essa etapa possibilita que gestores, técnicos e demais participantes da rede avaliem se o design atende às necessidades comunicacionais e funcionais do projeto, a saber: facilidade de navegação, clareza das informações, acessibilidade e integração entre os município

## Página01



## Página02

Entrar | INTEREJA Educação de Jo

https://www.ba.intereja.br/recuperarsenha

ESSENCIAL accessibility

**INTEREJA**  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Solicitar Recuperação da Senha**  
Senha será automaticamente enviada para o seu e-mail

CPF:

E-mail:

**ENVIAR**

## Página03

Entrar | INTEREJA Educação de Jo

https://www.ba.intereja.br/noticias

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links importantes
- Sair

**Bem-vinda à InterEJA, Lanara Guimarães de Souza,** Sair

**Educação Integral em Tempo Integral**

**Educação de Jovens e Adultos**

**Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais**

## Página04

**Bem-vinda à InterEJA, Lanara Guimarães de Souza,** Sair

## Quem somos:

Somos uma Rede Colaborativa representada por cinco municípios do Extremo Sul da Bahia, unidos para compartilhar experiências e diagnosticar os desafios a serem enfrentados para atingir os seguintes objetivos comuns no contexto da EJA: garantir a matrícula, reduzir a evasão e qualificar a aprendizagem dos estudantes.

As nossas metas serão alcançadas por meio de uma estrutura de governança, ações colaborativas, recursos e financiamentos, bem como pelo monitoramento e avaliação.

## Página05

**Bem-vinda à InterEJA, Lanara Guimarães de Souza,** Sair

## Perfil geral dos municípios:

<p><b>JUSSARI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5.888 habitantes</li> <li>• 40 anos de emancipação</li> <li>• Economia baseada na agricultura (produção de cacau, café e banana).</li> <li>• 1.984 estudantes na rede de ensino.</li> <li>• 901 estudantes da EJA</li> </ul>	<p><b>SANTA CRUZ DA VITÓRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4.681 habitantes</li> <li>• 63 anos de emancipação</li> <li>• Economia com predominância do setor de serviços, seguida pela agro-pecuária, indústria e administração pública.</li> <li>• 1.370 estudantes na rede de ensino.</li> <li>• 326 estudantes da EJA</li> </ul>
<p><b>ITAJU DO COLÔNIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6.037 habitantes</li> <li>• 63 anos de emancipação</li> <li>• Economia com predominância do setor de serviços, seguida pela agropecuária, indústria e administração pública.</li> <li>• 1.479 estudantes na rede de ensino.</li> <li>• 265 estudantes da EJA</li> </ul>	<p><b>BUERAREMA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 14.804 habitantes</li> <li>• 65 anos de emancipação</li> <li>• Economia representada pela agricultura, com destaque para a produção de cacau e mandioca, além do serviço público.</li> <li>• 2.342 estudantes na rede de ensino.</li> <li>• 328 estudantes da EJA</li> </ul>
<p><b>SÃO JOSÉ DA VITÓRIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5.315 habitantes</li> <li>• 36 anos de emancipação</li> <li>• Economia destaca-se pela agricultura, na produção de cacau, café, mandioca e frutas. A pecuária também desempenha um papel importante na região, além do serviço público.</li> <li>• 1.027 estudantes na rede de ensino.</li> <li>• 133 estudantes da EJA</li> </ul>	

INTEREJA

## Página06

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.intereja.br/acoes

Bem vinda a InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, [Sair](#)

## Ações Colaborativas

- **Acesso**
  - Campanhas regionais de mobilização: rádios comunitárias, redes sociais e parcerias com sindicatos/ONGs para atrair estudantes.
  - Oferta territorializada: polos EJA em locais estratégicos
- **Permanência**
  - Programa de assistência estudantil: auxílio-transporte, alimentação ou bolsas (via parceria com empresas locais, parceria com o município para estágio).
  - Acompanhamento pedagógico: tutoria entre pares
- **Êxito**
  - Formação docente conjunta
  - Certificação profissionalizante: parceria com SENAI, IFs ou empresas para cursos técnicos integrados à EJA.
  - Fomentação nível superior x mercado do trabalho – Parceria entre empresas privadas e poder público para fomentação de ingresso ao nível superior e o 1º estágio.

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

## Página07

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.intereja.br/login

Bem vinda a InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, [Sair](#)

## Transparência

- **Planejamento** → Processo que envolve a definição de metas e estratégias para que a escola possa alcançar os seus objetivos.
- **Execução** → Processo sistemático, que envolve a organização e a coordenação de todas as práticas desenvolvidos no contexto escolar.
- **Monitoramento** → Acompanhamento sistemático de informações úteis para a gestão e a formulação de políticas educacionais.
- **Avaliação** → Revisão das estratégias traçadas durante o percurso, visando readequações e adaptações.

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

## Página08

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.interreja.br/docs

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

Bem-vinda a InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, [Sair](#)

## Legislação, Manuais e Documentos

- LEIS E DECRETOS
- PORTARIAS
- RESOLUÇÕES
- ATOS ADMINISTRATIVOS
- TUTORIAL
- GLOSSÁRIO

## Página09

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.interreja.br/relatorios

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

Bem-vinda à InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, [Sair](#)

## Relatórios

### RELATÓRIO SIMPLIFICADO

Nesta opção, o usuário terá acesso, de acordo com o seu perfil, a uma variedade de relatórios e gráficos gerados a partir das informações cadastradas na base de dados da InterEJA.

O usuário tem acesso a relatórios que são gerados a partir de filtros pré-determinados considerando as informações cadastradas na base de dados da InterEJA

### GRÁFICOS

O usuário tem acesso a gráficos gerados no formato excel e pdf

## Página10

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.intereja.br/ajuda

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

Bem vinda a InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, Sair

## COMO PODEMOS AJUDAR?

?

Descreva o problema

Dúvidas frequentes

## Página11

Entrar | INTEREJA Educação de Jovens e Adultos

https://www.ba.intereja.br/links

**MENU**

- Quem somos
- Perfil dos municípios
- Indicadores municipais
- Comitê Gestor
- Termos Cooperação Intermunicipal
- Ações Colaborativas
  - Acesso
  - Permanência
  - Êxito
- Transparência
  - Planejamento
  - Execução
  - Monitoramento
  - Avaliação
- Legislação
  - Manuais e Documentos
- Relatórios
- Fale conosco
- Links Importantes
- Sair

Bem vinda a InterEJA, Lanara Guimarães de Souza, Sair

## Links importantes:

- <https://www.jussari.ba.gov.br/>
- <https://www.educacao.ba.gov.br/>
- <https://www.mpeja.uneb.br/>

Evidente que uma rede colaborativa entre municípios pode fortalecer de maneira significativa as políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao promover a integração de esforços, recursos e experiências pedagógicas. Por meio de pactos intermunicipais, é possível mapear as demandas locais e desenvolver

estratégias conjuntas de busca ativa, ampliando o acesso de sujeitos historicamente excluídos da escola. Essa articulação favorece a oferta de turmas em diferentes territórios, reduzindo a evasão causada pela distância ou pela falta de opções educacionais compatíveis com a rotina dos trabalhadores.

Além do acesso, a permanência dos educandos pode ser assegurada com a criação de políticas comuns de acolhimento e apoio, como transporte escolar, alimentação adequada, material didático adaptado e formação continuada para professores. A troca de experiências entre as redes municipais permite aperfeiçoar práticas pedagógicas e construir currículos que dialoguem com as realidades locais e culturais dos estudantes da EJA, promovendo o sentimento de pertencimento e valorização de suas trajetórias de vida.

Por fim, o êxito educacional pode ser alcançado quando a rede colaborativa estabelece metas conjuntas de acompanhamento e avaliação, buscando não apenas indicadores de aprovação, mas também o desenvolvimento integral dos educandos. Conforme destaca Arroyo (2017), a EJA deve ser entendida como um espaço de “reconstrução de identidades e de reconhecimento de saberes”, em uma perspectiva que somente se concretiza quando municípios atuam de forma solidária e comprometida com o direito à educação como bem público e social.

Isso posto, entendemos essa rede como uma iniciativa estratégica e transformadora, na medida em que pode se tornar referência na garantia do direito à educação para jovens e adultos das referidas localidades, visto que há necessidade de fomento de políticas públicas e continuadas, além de debates que levem a estratégias de fortalecimento da EJA, ressaltando a necessidade de um comprometimento coletivo dessa região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, intitulada **Ações Gestoras para Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos** empreendeu uma análise aprofundada das dinâmicas que permeiam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto específico do Colégio Estadual Amélia Amado (CEAA), no referido município. A investigação buscou desvelar os desafios e as potencialidades inerentes à gestão escolar na promoção do acesso, da permanência e, sobretudo, do êxito dos estudantes dessa modalidade de ensino, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais da região de Jussari.

Por meio de uma abordagem metodológica mista e de caráter exploratório, com a aplicação de questionários e entrevistas, foi possível coletar dados que ilustram a complexidade do fenômeno estudado, oferecendo subsídios para a compreensão das práticas e ações adotadas.

Ademais, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica, com foco na análise da produção do conhecimento oriunda do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional – da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), no período de 2014 a 2025. As produções selecionadas abordam temáticas centrais à modalidade da EJA, com ênfase nos aspectos relacionados ao acesso, à permanência e ao êxito educacional dos estudantes que integram esse segmento da Educação Básica.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, constatou-se que o acesso à EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, embora facilitado pela oferta do serviço educacional, enfrenta barreiras significativas que extrapolam a mera disponibilidade de vagas. Fatores como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a distância da residência até a escola, a falta de transporte adequado e a própria desvalorização da educação formal por parte de alguns segmentos da população adulta figuram como entraves persistentes. Tais obstáculos, muitas vezes, são agravados pela ausência de políticas públicas mais eficazes e de programas de incentivo que considerem a realidade multifacetada dos estudantes da EJA, impactando diretamente o ingresso e a manutenção desses indivíduos no ambiente escolar.

No que tange à permanência dos estudantes na EJA, os resultados da pesquisa apontam para a relevância de um ambiente escolar acolhedor e de práticas

pedagógicas que reconheçam e valorizem as experiências de vida dos alunos. A evasão escolar, um desafio crônico da modalidade, emerge não apenas como consequência de fatores externos à escola, mas também da percepção dos estudantes de que os conteúdos e as metodologias aplicadas nem sempre se coadunam com suas necessidades e interesses. A inadequação curricular, a falta de professores capacitados para a especificidade da EJA e a ausência de um acompanhamento psicopedagógico individualizado contribuem para o desengajamento e, conseqüentemente, para o abandono dos estudos.

O êxito estudantil na EJA, por sua vez, revelou-se um construto multifacetado, que transcende a simples conclusão de um ciclo educacional. Engloba a capacidade do estudante de aplicar os conhecimentos adquiridos em sua vida cotidiana, de desenvolver o pensamento crítico, de fortalecer sua autoestima e de vislumbrar novas perspectivas de futuro. A pesquisa evidenciou que a promoção do êxito demanda uma gestão escolar engajada, que estimule a participação dos estudantes nas decisões pedagógicas e administrativas, que fomente a criação de laços de pertencimento e que estabeleça parcerias com a comunidade local para oferecer suporte integral aos alunos.

As ações gestoras analisadas no Colégio Estadual Amélia Amado demonstram um esforço contínuo em adaptar-se às demandas da EJA, embora ainda haja um vasto campo para aprimoramento. A equipe gestora, apesar das limitações de recursos e da complexidade do contexto, busca implementar ações que visam mitigar os desafios enfrentados pelos estudantes, como a flexibilização de horários e a busca por metodologias diferenciadas. Contudo, a ausência de formação continuada específica para os gestores e professores da EJA e a sobrecarga de trabalho frequentemente dificultam a implementação de estratégias mais inovadoras e eficazes.

A valorização das experiências prévias dos estudantes da EJA desponta como um pilar fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Ao reconhecer o saber trazido pelos alunos, oriundo de suas vivências pessoais e profissionais, a escola não apenas legitima suas histórias, mas também potencializa o engajamento e a motivação para o aprendizado. A integração desse conhecimento prévio com os conteúdos curriculares, por meio de abordagens pedagógicas dialógicas e participativas, promove uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, essencial para a modalidade da EJA.

A participação da família e da comunidade no processo educacional dos estudantes da EJA emergiu como um fator de grande impacto para o acesso, permanência e êxito. O envolvimento dos familiares e o estabelecimento de parcerias com associações locais, empresas e outras instituições podem proporcionar um suporte social e material fundamental para os alunos, minimizando os efeitos das vulnerabilidades socioeconômicas. A construção de uma rede de apoio que extrapole os muros da escola fortalece o sentimento de pertencimento e a percepção da importância da educação para o desenvolvimento individual e coletivo.

A presente pesquisa reafirma a urgência de políticas públicas mais robustas e abrangentes para a EJA, que contemplem não apenas o financiamento adequado, mas também a formação inicial e continuada de professores e gestores, a produção de material didático específico e a criação de programas de apoio social aos estudantes. A EJA não pode ser vista como uma modalidade de ensino secundária, mas sim como um direito fundamental que exige investimentos e atenção prioritária por parte do Estado, a fim de garantir a equidade educacional e a inclusão social.

Urge, portanto, a concepção de um currículo adequado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), dotado de mecanismos operacionais flexíveis e contextualizados, capazes de responder às especificidades socioculturais e cognitivas dos educandos. É fundamental que esse desenho curricular valorize os saberes prévios, as experiências de vida e o repertório linguístico dos estudantes, reconhecendo que o letramento na EJA ultrapassa a simples decodificação da escrita. Se na visão de Freire (1987), alfabetizar é um ato de libertação, no qual o sujeito se reconhece como protagonista de sua história e transforma o mundo por meio da palavra, os mecanismos curriculares devem articular práticas pedagógicas significativas que promovam o acesso e o envolvimento contínuo dos estudantes.

Além disso, é necessário que as redes de ensino estabeleçam estruturas operacionais integradas – como formação continuada de professores, produção de materiais contextualizados e acompanhamento pedagógico sistemático – para garantir a permanência e o êxito dos alunos. O currículo da EJA precisa dialogar com as demandas do mundo do trabalho, da cidadania e da cultura, de modo a tornar o processo educativo atrativo e relevante. Segundo a visão de Arroyo (2005), a escola deve ser um espaço de reconstrução de identidades e de reconhecimento de saberes, o que requer metodologias que partam da realidade concreta dos educandos e respeitem seus ritmos de aprendizagem. Dessa forma, mecanismos operacionais bem

estruturados possibilitam uma alfabetização emancipadora, fortalecendo o direito à educação ao longo da vida.

Em síntese, os dados coletados e analisados revelam que o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado são resultados de uma intrincada teia de fatores, que englobam desde as condições socioeconômicas dos alunos até as práticas pedagógicas e gestoras adotadas pela escola. Superar os desafios exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educativo, com o apoio indispensável das esferas governamentais.

Ao destacar as principais dificuldades e as ações bem-sucedidas na promoção do acesso, permanência e êxito na EJA, o estudo oferece um panorama valioso para gestores escolares, formuladores de políticas públicas e pesquisadores interessados na temática. As reflexões apresentadas podem servir de subsídio para a elaboração de estratégias mais eficazes e para a implementação de intervenções que visem aprimorar a qualidade da Educação de Jovens e Adultos no município de Jussari e em contextos semelhantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Quanto ao papel da Gestão Escolar do Colégio Estadual Amélia Amado, os dados revelam que tem sido realizado um trabalho a contento, cumprindo os ritos e estabelecendo parcerias com a gestão municipal. Ademais, o contato de proximidade com a população é um elemento importante na etapa das matrículas, quando é preciso convencer os sujeitos de que a escolarização é fundamental em suas vidas e que as esferas governamentais estão prontas para realizar esse trabalho. Um exemplo, no município de Jussari, é a contratação de estagiários pedagogos para cuidar dos filhos das alunas durante o período das aulas. Além disso, existe um projeto de aulas de reforço, realizado por estagiários contratados pela prefeitura, para que o estudante da EJA possa acompanhar os conteúdos curriculares, e assim não abandonarem a escola. Outro exemplo é a oferta da alimentação, considerada pelos estudantes como uma ação necessária e que, de fato, estimula a permanência na escola.

Entendemos que uma pesquisa dessa natureza, voltada para o acesso, a permanência e o êxito estudantil na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deixa uma importante contribuição para a sociedade, na medida em que evidencia as barreiras históricas e estruturais enfrentadas por esse público no exercício do direito à educação. Isso porque, ao trazer para o debate a função social da escola e fornecer dados, análises e proposições por parte da gestão escolar da EJA, emerge daí um

contributo para a revisão das políticas públicas, buscando torna-las mais justas, inclusivas e sensíveis às especificidades desses sujeitos de direito. Além disso, fortalece a luta por uma educação democrática, capaz de transformar vidas e promover cidadania.

Para a academia, a pesquisa representa mais uma significativa contribuição teórica e metodológica, pois amplia o campo de estudos sobre a EJA, fomentando uma discussão mais crítica e aprofundada sobre as dinâmicas, os desafios e as potencialidades circunscrita nessa modalidade de ensino. Ao dialogar com a prática educacional e com a realidade dos sujeitos envolvidos, a pesquisa reafirma o papel social da universidade na promoção da justiça educacional, de modo que seu legado ultrapassa os limites institucionais, alcançando tanto a comunidade científica quanto os espaços escolares e sociais.

O estudo traz, portanto, subsídios para futuras investigações, vez que inspira a formação de novos pesquisadores e incentiva a produção de conhecimento comprometido com a transformação social pelo viés da educação. A continuidade da pesquisa sobre a EJA é fundamental para aprofundar a compreensão das suas complexidades e para subsidiar a construção de soluções inovadoras. Sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem o percurso dos estudantes após a conclusão da EJA, investigando o impacto da educação em suas vidas e as oportunidades que se abrem. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes instituições e regiões podem enriquecer o debate e gerar novas perspectivas para o aprimoramento da modalidade.

Quanto ao produto desenvolvido – Rede Colaborativa InterEJA Litoral Sul da Bahia –, ao ser concretizado na sua utilização, seguramente resultará na disseminação de conhecimentos acerca da gestão da EJA, promovendo a articulação entre diferentes atores e instituições, potencializando o trabalho conjunto em prol da inclusão, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. O compartilhamento de experiências, recursos e estratégias favorecerá a construção de soluções integradas para os desafios comuns entre os municípios, culminando em uma gestão mais participativa, mais eficiente, com vistas a garantir uma educação mais equitativa.

As ações da gestão escolar no município de Jussari-Bahia têm papel essencial na consolidação do direito à educação para jovens e adultos, contribuindo diretamente para o acesso, a permanência e o êxito dos educandos na EJA. No campo do acesso,

a gestão pode atuar na articulação com as secretarias municipais, conselhos e lideranças comunitárias para identificar e mobilizar potenciais estudantes, ampliando a oferta de turmas e horários flexíveis que atendam às necessidades locais. A busca ativa, o diálogo com os territórios e a divulgação de oportunidades educacionais são estratégias que tornam a escola mais próxima da comunidade e reforçam o caráter inclusivo da EJA.

No que se refere à permanência, a gestão escolar exerce um papel de mediação entre as políticas públicas e as condições reais de aprendizagem dos estudantes. Ao investir em um ambiente acolhedor, em ações de escuta e no fortalecimento do vínculo escola-comunidade, a gestão contribui para reduzir a evasão e garantir o apoio pedagógico e emocional dos educandos. Políticas como oferta de alimentação escolar, transporte e materiais didáticos adequados são fundamentais para manter o aluno na escola, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, como o de muitos municípios do interior baiano.

Por fim, o êxito dos educandos na EJA depende da capacidade da gestão em promover práticas pedagógicas inovadoras, formação continuada dos docentes e avaliação contínua dos processos de ensino e aprendizagem. Como afirma Gadotti (2009), a EJA deve ser entendida como um espaço de emancipação e de exercício da cidadania, no qual a gestão atua como articuladora de saberes e oportunidades. Em Jussari, uma gestão comprometida, participativa e sensível às particularidades locais pode transformar a EJA em um instrumento de desenvolvimento humano e social, fortalecendo o direito à educação ao longo da vida.

Por fim, reitera-se que a Educação de Jovens e Adultos é um instrumento poderoso de transformação social, capaz de resgatar dignidades, empoderar indivíduos e construir pontes para um futuro mais promissor. A dedicação e o compromisso dos profissionais envolvidos na EJA, aliados a um arcabouço político-institucional favorável, são elementos cruciais para que essa modalidade de ensino cumpra seu papel fundamental na promoção da cidadania plena e no desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. S. de. **Educação de Jovens e Adultos**: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/ UAB CEAD, 2014.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Constitucional Descomplicado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

ALMEIDA, C. A. de. **Práticas Integradoras para o Ensino de Biologia na Educação Profissional de Jovens e Adultos Integrada ao Ensino Médio**. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória – ES.

ALMEIDA, M. S. Gestão escolar na Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 13, n. 1, p. 58-72, 2019.

ALVES, A. **Práticas Pedagógicas na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos**. 2014. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade Doctum, Serra – ES.

ANJOS, Fernanda. **Pesquisa de levantamento propositiva sobre permanência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Cruz das Almas, Bahia**: uma reflexão a partir do olhar das coordenadoras pedagógicas. 192 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - EJA, do Departamento de Educação, do Campus I da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2024.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de; SOUZA, Lanara Guimarães; CORDEIRO, Márcia de Freitas. (Orgs). **Entre reflexões e relatos**: vozes de sujeit@s implicad@s com a gestão educacional. Salvador: EDUFBA, 2016.

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AZEVEDO, Sergio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. Artigo publicado em coletânea preparada pela FASE para cursos de gestores municipais direcionados para lideranças populares das metrópoles brasileiras. 2003. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/>. Acesso em: 11 out. 2025.

BARBOSA, E. F. **Implantação da Qualidade Total na Educação**. Minas Gerais: Littera Maciel, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, J. **O Estudo da Autonomia da Escola**. Portugal: Porto Editora, 2012.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar. *In*: FERREIRA, N. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEGOT, M. G. S; MARLENE, M. J. C. **Gestão Escolar: numa perspectiva democrática**. 2002. 36 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Centro de Ciências Humanas, Universidade da Amazônia. Belém.

BEZERRA J. S. **Educação de Jovens e Adultos: a importância e a contribuição da afetividade na relação professor-aluno**. 2013. 42 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BOBBIO, N. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 8ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

BORGES, K. J. S. **Sobre a Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e vivências**. Rio de Janeiro: Eulim, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. Segundo Trimestre de 2023 ABR.-JUN. 2023**. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): documentos de referência**. Brasília, DF: INEP, 2019.

BRASIL. Legislação citada anexada pela Coordenação de Estudos Legislativos - CEDI - **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB [...] e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha - Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/>. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/>. Acesso em: 18 maio 2024.

CANÁRIO, R. **A Escola tem Futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CARVALHO, José Hélio de. **O Ensino da Matemática a partir das Práticas Pedagógicas na EJA**: problematizando o contexto da evasão escolar. 2018. 79 páginas. Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador- BA, 2018.

CARVALHO, Rita de Cássia Chagas; AMORIM, Antonio; AQUINO, Maria Sacramento; LOPES, Mariana Moraes. Gestão escolar democrática e EJA: o ideal e o real nas escolas públicas municipais. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 3, n. 3, p. 78-90, ago./dez.2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v3i3.228>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CASSOL, Atenuza Pires. **Gestão das Políticas Públicas de Acesso e de Permanência do Aluno da EJA, nos Planos de Educação dos Municípios no Oeste Baiano**. Dissertação (Mestrado). 165 fls. Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

CORREA, S. S. **A Gestão Escolar e o Processo de Democratização da escola pública**. ANPED: Itajaí, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROTI, Adriana; IKESHOJI, Elisangela Aparecida Bulla; RUIZ, Adriano Rodrigues. Gestão escolar: reflexões e importância. **Colloquium Humanarum**, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 903-910. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.nesp.000618

DANTAS, Tânia Regina. **Paulo Freire em Diálogo com a Educação de Jovens e Adultos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Brasil: a agenda do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 227–242, 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos**: políticas e práticas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a Redefinição da Identidade das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial-Out. 2005. Disponível em: Acesso em: 8 jun. 2014.

DI PIERRO, Maria Clara. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos 01 de Maio de 2014. **Nova Escola Gestão**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DIAS, Rosanne Evangelista; BORGES, Veronica. Por uma Educação/aprendizagem ao longo da vida: traços discursivos nas políticas curriculares. *In*: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Orgs.). **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018, p. 333-360.

DOURADO, R. de C. S. **Gestão da Aprendizagem em Sala de Aula pelos Professores da Educação de Jovens e Adultos no município de Tanhaçu-Bahia**: processos de intervenção para a melhoria da qualidade do ensino. 144 páginas. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

DRABACH, N. P. **A Modernização da Gestão do Ensino Público Estadual do RS**: implicações para o processo de gestão democrática. Paraná: IFPR, 2015. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/simposio2015/cdrom2015/PDFs/trabalhosCompleto/co\\_municacoesRelatos/0420.pdf](http://www.anpae.org.br/simposio2015/cdrom2015/PDFs/trabalhosCompleto/co_municacoesRelatos/0420.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCELINO, Juliana Campos; REBOLO, Flavines. Reflexões acerca das pesquisas denominadas estado do conhecimento. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 9, 2023. DOI: 10.26568/2359-2087.2022.6470. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6470>. Acesso em: 08 jul. 2025.

FRANCO, Camila Marques; ANDRADE, Lucianne Oliveira Monteiro. Aprendizagem na EJA: uma reflexão a partir das metodologias de ensino. **Rev. do Instituto Federal Goiano**, v. 12, n. 3, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Panel discussion at the University of Zurich**. Norrag Global Education Centre of the Geneva Graduate Institute. 1988. Publicado pelo Freire Institute website. Disponível em: <https://www.freire.org/paulo-freire/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Gisele Marcia de Oliveira; CAVALCANTE, Társo Ribeiro; AMORIM, Antônio; FREITAS, Katia Siqueira De. A prática da gestão da Educação de Jovens e Adultos no Serviço Social da Indústria no Estado da Bahia. **Educação em Revista - Belo Horizonte** - n. 34 - e185697, 2018.

GADOTTI, M. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da Escola Pública**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2020.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S.S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, P. S. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GUIMARÃES, Cláudia Veloso Torres. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília: Departamento de Educação de Jovens e Adultos, 2016.

HADDAD, S. **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos - EJA**. São Paulo: Global, 2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 108-30, mai./jun./jul./ago, 2000.

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/19898/14240>. Acesso em: 10 maio 2025.

<https://www.sbemrasil.org.br/eventos/index.php/sipem/article/view/488>. Acesso em 05 dez. 2024.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: Livros MF, 2008.

LIMA, L. C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educ. Soc.**, Campinas, 35 (129), 1067-1083, out.-dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01067.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LIMA, Raimunda Vieira de; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SANTOS, Luana Samara Ramalho dos; SOUZA, Jaasias do Amaral de; SOUSA, Maria de Nazaré da Silva; LIMA Simone do Socorro. Gestão escolar e as práticas educativas na EJA: educação bancária e emancipadora. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v.4, p.197-209, 2022. Disponível em:

<https://reben.emnuvens.com.br/revista/index>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

LÜCK, Heloisa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis, RJ: 9 ed. Vozes, 2011.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MATTOS, N. P. O.; SANTOS, L. R. A. dos. Inclusão e permanência na EJA (Educação de Jovens e Adultos) sob o olhar da afetividade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.9, n. 05., mai. 2023.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. Trad: I. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA SILVA, Marta Rosa Farias de Almeida. A educação de jovens e adultos (EJA): o que dizem os números dos orçamentos do estado da Bahia. **Brazilian Journal of Development**, v.5, p. 3589-3601, 2019.

MIRANDA, Gilberto José. Elaboração e aplicação de questionários. In: NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al. (Org.). **Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MOITA, M. C. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, A. **Vidas de Professores**. Portugal: Porto Editora - LDA, 1992.

MONTEIRO, M. A. Administração escolar no Brasil: teoria e prática. **Revista de Educação**, Toledo-PR, v. 1, n.1, p. 31- 42, 2013.

MORAES, A. B. Êxito estudantil na Educação de Jovens e Adultos: fatores facilitadores e obstáculos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

MOREIRA, Valéria da Silva. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre o abandono escolar**. 2014. 68 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na Visão de Paulo Freire**. 2013. 42 f. Monografia (Especialização em educação: métodos e técnicas de ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paravaná.

NEPOMUCENO, Marcia de Souza Leite et al. Motivação e desempenho acadêmico entre alunos do primeiro ciclo de educação de jovens e adultos. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol.**, Dez 2019, vol.19, no.2, p.103-133. ISSN 1519-0307. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 10 maio 2025.

NETA VIDAL, Z.; COSTA, G. dos S.; COSTA, P. L. S. Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio da EJA: desafios curriculares. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 75, p. 136–154, 2024. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n75.p136-154. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/faeeba/article/view/19898>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NUNES, E. K. As relações de poder e saber no eixo das relações cotidianas do administrador escolar. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 2, n. 6, p. 1-98, jan-jun/2012.

OLIVEIRA, Grace Itana Cruz de. **Pedagogia da Alternância: a permanência e o desempenho escolar no curso técnico em agropecuária**, PROEJA, IF Baiano Campus Santa Inês. Salvador, 2015. 233f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

OLIVEIRA, Isaura Francisco de. **Permanência Escolar: desafios na educação de pessoas jovens e adultas**. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional da Educação de Jovens e Adultos – MPEJA. Universidade do Estado da Bahia. Uneb. Departamento de Educação - DEDC. Campus I. Salvador, 2018.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. *In: Políticas e Gestão na Educação*. Mato Grosso do Sul: Autores Associados, 2013.

OLIVEIRA, João Augusto Lima de. **Revista Digital: estudo sobre a permanência na EJA do Colégio Estadual Manoel Devoto**. 2024. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação de Jovens e Adultos) - Departamento de Ciências Humanas (DCH), Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador, 2024.

OLIVEIRA, R. A. Políticas de permanência na Educação de Jovens e Adultos: análise de experiências municipais. **Educação em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 67-82, 2018.

OLIVEIRA, V. M.; SOARES, H. C. C.; FRANCO, J. R.; CARMO, J. F. V. do. A educação de jovens e adultos (EJA) na sociedade atual. **Rev. Científica Atenas**, Minas Gerais, v. 12, n. 5, 2020.

PAIVA, J. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

PARO, V. H. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2016.

PEREIRA, A. **O Método em Questão**: reflexões sobre a prática de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2007.

PINHEIRO, C. V.; NOGUEIRA, S. M. A. **O Processo de Democratização da Gestão Escolar e a Eleição de Gestores Escolares no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES**. ANPAE, 2014. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT6/GT6\\_Comunicacao/ClaudiaAparecidaVieiraPinheiro\\_GT6\\_%20resumo.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/ClaudiaAparecidaVieiraPinheiro_GT6_%20resumo.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

QUARESMA, Rafael de Jesus Corrêa; PANTOJA, Gracilene Ferreira; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. A educação de jovens e adultos (EJA) e os sujeitos dessa modalidade de ensino. Congresso Nacional de Educação (6). **Anais**. João Pessoa, 2020.

**Rev. FAEEDBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 33, n. 75, p. 136-154, jul./set. 2024147

RIBEIRO, D. **Sobre o Óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, M. de P.; CORNELIO, A. S.; OLIVEIRA, T. R. B. de. A democratização da gestão escolar pública como ferramenta de transformação social para além do capital. **Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte**, vol. 7, n.º 1, Jan/Julho, 2014.

ROSA, I. G. G. F. da. **A Gestão Escolar Democrática**: O caso da rede municipal de Mesquita/RJ. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRJ). Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao\\_isaac\\_gabriel\\_gayer\\_fialho\\_da\\_rosa.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_isaac_gabriel_gayer_fialho_da_rosa.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educação em Revista** [online]. 2007, n.29, pp.29-45. ISSN 0104-4060.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; HIZIM, Luciano Abrão. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5135>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, F. A. Políticas e práticas de gestão na Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso em uma escola municipal. **Educação em Revista**, v. 33, n. 2, p. 45-60, 2017.

SANTOS, M. L. S. Permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos: desafios e estratégias. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 9, n. 2, p. 35-48, 2015.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual

momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez. 2018.

SAVIANI, D. **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria, prática e proposta. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHNECKENENBERG, M. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. **RBPAE**, v.25, n.1, p. 115-137, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/19330>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SERTORI, N. **Reflexões sobre a Metodologia EJA**: estratégias para a modalidade. Brasília: UNICEPLAC, 2020.

SILVA, Cristina Ferreira da. **A Permanência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos na Escola**: Um Estudo sobre as Práticas Gestoras no Município de Irará - BA – Salvador, 2018. 174fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos MPEJA, 2018.

SILVA, F.A.O.R.; SOARES, L. Educação de Jovens e Adultos na esfera municipal em Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 47, 2021. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147227768>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, G. S. da; MARTINS, M. S. A. Educação de jovens e adultos (EJA): a luta pelo desenvolvimento da cidadania. **Nucleus**, v.9, n.1, p. 231-40, 2012.

SILVA, R. C. Estratégias pedagógicas para promover o êxito estudantil na Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 4, p. 789-804, 2016.

SOARES, L. J. G.; GALVÃO, A. M. O. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: M. Stephanou; M. H. Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** (p. 257-277). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, E. O.; REIS, R. Juventudes na educação de jovens e adultos: contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares. **Holos**, v. 33, n. 3, p. 98-109, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5747>

SOUZA, Lanara Guimarães de. Gestão Escolar e Educacional: os desafios construídos no caminho entre Anansi e Nyame. In: ARAGÃO, José Wellington Marinho de; SOUZA, Lanara Guimarães de; CORDEIRO, Márcia de Freitas. (Orgs.). **Entre reflexões e relatos**: vozes de sujeit@s implicad@s com a gestão educacional. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUZA, M. L. de. **Educação de Jovens e Adultos**: linguagens, alfabetizações e afetos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

STECANELA, N. **Caderno de EJA**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
TORRES, Eliana Pinto Soares; IRMÃO Machado Ferreira Lima. Educação de Jovens e Adultos – Hoje. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**. Universidade Estadual do Ceará. 2013.

UNESCO. Marco de Ação de Belém. In: Conferência Internacional de Educação de Adultos, 6, 2010. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VICTOR, E. das F.; SANTOS, R. M. dos. **A EJA pós Pandemia**: impactos e novos desafios. Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 1-8. 2024. Disponível em:

VIEIRA, S. L. Acesso à Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 4, n.1, p. 45-58, 2010.

## APÊNDICES

**Apêndice A:** Principais acontecimentos relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

PERÍODO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	FONTE
Colonização	No Brasil desde a época de sua colonização com os jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas quanto índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da Família Real e consequente expulsão dos jesuítas no século XVIII, a educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do Império	Strelhow (2010)
Império	A realeza procurava facilitar o trabalho missionário da Igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa.	Piletti (1988)
	Em 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil, cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandindo-se muito rapidamente. Até 1874 já existiam 117 escolas, sendo que estas possuíam fins específicos, como por exemplo: no Pará para a alfabetização de indígenas; e no Maranhão para esclarecer colonos de seus direitos e deveres.	Paiva (1973)
	Em nove de janeiro de 1881 foi concebido o Decreto nº 3.029, conhecido como “Lei Saraiva” em homenagem ao Ministro do Império José Antônio Saraiva, que foi o responsável pela primeira reforma eleitoral do Brasil, instituindo pela primeira vez, o “título de eleitor”. Essa Lei proibia o voto dos analfabetos, por considerar a educação como ascensão social. O analfabetismo, então, estava associado à incapacidade e à inabilidade social. A expulsão dos jesuítas no século XVIII desestruturou o ensino de adultos neste propósito, discussão esta que foi retomada no Império.	Paiva (1973)
Império-República (1887-1897)	A educação foi considerada como redentora dos problemas da nação. Houve a expansão da rede escolar, e as “Ligas contra o analfabetismo”, surgidas em 1910, que visavam à imediata supressão do analfabetismo, vislumbraram o voto do analfabeto.	Paiva (1973)
República	As reformas da década de 1920 tratam da educação dos adultos, ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na Reforma de 28 do Distrito Federal, o tema recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 1930.	Paiva (1973)
Década de 40	Plano Nacional de Educação instituído na	Brasil (1934)

	Constituição de 1934 - o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional.	
Década de 40	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - vincula-se a educação de adultos à educação profissional. Nessa fase da história, a educação é considerada como fator de segurança nacional, tendo em vista o alto índice de analfabetismo: aproximadamente 50% da população em 1945. Nesse período a estagnação econômica foi relacionada à falta de educação escolar do seu povo.	Gadotti; Romão (2006)
Década de 40	Regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) - Anísio Teixeira se preocupava com a desigualdade econômica e cultural reinante entre os municípios, o que ocasionava a formação desigual dos alunos. Para que essa desigualdade fosse amenizada, propôs a criação de um “custo padrão”, com o objetivo de redistribuir entre municípios de um estado da Federação os recursos já existentes para a Educação Fundamental, a partir da prefixação de um custo médio anual, nacional, do aluno financiado pelos três poderes públicos: União, Estados e Municípios.	Amaral (2001)
Década de 40	A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	<a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/inep-completa-86-anos-de-fundacao#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%2C%2013%20de,orientar%20pol%C3%Adticas%20p%C3%Bablicas%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.">https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/inep-completa-86-anos-de-fundacao#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%2C%2013%20de,orientar%20pol%C3%Adticas%20p%C3%Bablicas%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.</a>
1947-1950	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)	Costa, Deane (2012)
1947	1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949. Realizou-se a primeira avaliação sobre o enorme índice de analfabetismo no País, passando-se a interpretar a EJA como algo bem maior do que a simples transmissão de técnicas elementares da leitura e da escrita, além de se discutir a necessidade de uma diferenciação metodológica para a EJA, levando se em consideração os meios rural e urbano.	Oliveira; Almeida (2005)
Era Vargas	No governo de Getúlio Vargas, a educação de adultos foi entendida como peça fundamental na elevação dos níveis de escolarização da população em seu conjunto, compreendendo esse processo como fundamental para a elevação do nível cultural dos cidadãos.	Beisiegel (1974)

Era Kubitscheck	Congresso de Educação de Adultos - Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco, liderado por Paulo Freire.	Gadotti (2000)
1959	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – Tinha objetivo de diminuir os índices do analfabetismo, mas que, por motivos financeiros, foi extinta em 1963.	Gadotti, Moacir. (Org.) MOVA-Brasil 10 anos: Movimento de alfabetização de jovens e adultos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.
1964	2º Congresso Nacional de Educação de Adultos	MEC, 2008 MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. 2008. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/GPGRFXPHQWVFRQ¿WHDBGRFEDVHSGI\$FHVVRHPGHIHYHUHLURGH">http://portal.mec.gov.br/GPGRFXPHQWVFRQ¿WHDBGRFEDVHSGI\$FHVVRHPGHIHYHUHLURGH</a>
1963	Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA) - O paradigma pedagógico que então se gestava preconizava com centralidade o diálogo como princípio educativo e a assunção, por parte dos educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo.	Di Pierro; Joia; Ribeiro, (2001, p. 60)
1965	Em oposição às ideias de Paulo Freire, surgiu em Recife a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC), de caráter conservador e semioficial	Haddad; Di Pierro (2007)
1967	O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada ABC constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos	Di Pierro; Joia; Ribeiro, (2001)
1971	O Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”. De acordo com Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular, por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas.	Haddad; Di Pierro (2007, p. 116)
1985	Extinção do MOBRAL Fundação EDUCAR	Paiva, Vanilda. MOBRAL: um desacerto autoritário. Síntese: Revista de Filosofia, v. 8, n. 23, 2013.

1990	Extinção da Fundação EDUCAR Representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta – da União para os municípios – quanto à responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos. Desde então, a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo [...].	Haddad; Di Pierro (2007, p. 121)
1990	Criação da Comissão do Programa Nacional da Alfabetização e Cidadania - aos poucos, foi-se desarticulando, tendo em vista a completa fragmentação e desvinculação do Programa e da Comissão na liberação de recursos.	Machado (1998)
1996	A institucionalização da modalidade EJA substituindo a denominação Ensino Supletivo por EJA - A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito, ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.	Soares (2002, p. 12)
1996	Lei nº. 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Brasil (1996)
1997	V Conferência Internacional para a Educação de Adultos (CONFITEA). A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI, sendo, pois, tanto consequência do exercício da cidadania quanto uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça	UNESCO (1997)
2000	Parecer CNE/CEB nº 11 das Diretrizes Curriculares para a EJA - Descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida.	Conselho Nacional de Educação (2000)
2000	Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério (FUNDEF) - exclusão dos alunos da EJA. O afastamento da União nas políticas públicas de	Haddad; Di Pierro (2007)

	EJA, transferindo a responsabilidade para Estados e Municípios, proporcionou iniciativas de cunho popular caracterizando uma pulverização de programas na tentativa de minimizar a problemática de EJA no Brasil.	
2003 a 2006	Criação do Programa Brasil Alfabetizado Projeto Escola de Fábrica/ PROJOVEM/Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA). Vê-se o caráter do capital humano assinalando a força do trabalho tomada como mercadoria na produção de capital econômico.	Gentili (1998)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024), com base nas fontes científicas referenciadas.

**Apêndice B:** Cronologia dos principais acontecimentos relacionados às políticas públicas para a EJA.

PERÍODO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	FONTE
1942	Fundo Nacional de Ensino Primário – FUNEP, criado a partir de estudos e pesquisas do INEP	Boaventura (1996)
1945	A Representação da UNESCO – defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano.	<b>Unesco (2007)</b>
1947	Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA.	Fávero (2010)
1952	Campanha de Educação Rural	Ferreira; Visquett; Pinheiro (2022)
1958	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo	Beisiegel (2008)
1960	Movimento de Cultura Popular (MCP)	Barreto (1996)
1961	Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base (MEB); Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”	Paiva (1973)
1962	Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)	Paiva (1973)
1963	Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização - programas de alfabetização interrompidos com o Golpe Militar e seus promotores duramente reprimidos.	Brasil (1996)
1967	Criação do MOBREAL, que pretendia erradicar o analfabetismo em 10 anos e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos.	Brasil (2003)
1970	Movimento, a criação do Programa de Educação Integrada - PEI	Brasil (1988)
1985	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Educar	Di Pierro (2000)
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) LDB nº 9.394/96, artigo 37	Brasil (2000)
1997	PAS (Programa de Alfabetização Solidária)	Brasil (2000)
1998	PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Brasil (2000)

2000	Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA	Brasil (2000)
2001	PNE- Plano Nacional de Educação	Brasil (2000)
2009	Artigo 208 Emenda Constitucional nº 59 de 2009	Brasil (1988)
2016	Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 Art. 1º: A presente Resolução define Diretrizes Operacionais Nacionais para regulamentar a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade de Educação a Distância (EaD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.	Brasil (2000)
2020	Criação e atualização do novo Fundeb. Lei nº 14.113, de 2020 Leis nºs 14.276, de 2021 e 14.325, de 2022.	Brasil (2022)
2021	Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.  Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021 - Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.	Brasil (2000)
2024	Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024 - Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.	Brasil (2024)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024), com base nas fontes científicas referenciadas.

## APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO COM COORDENADOR

### QUESTIONÁRIO COORDENAÇÃO

**TÍTULO:** Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia

**MESTRANDO:** ZALUAR JOSÉ SANTOS JUNIOR

**Contato (e-mail):** zallu\_vip@hotmail.com

**ORIENTADORA:** ProfªDrª Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva

#### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: "

**Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia** ", de responsabilidade do pesquisador Zaluar José Santos Júnior, docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem como objetivo: Analisar quais têm sido as ações gestoras adotadas e desenvolvidas em relação às dimensões peculiares ao acesso, permanência e êxito discente da EJA. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios ao sistema educacional, dirimindo os entraves que dificultam o acesso, permanência e êxito dos discentes da EJA. Caso aceite o Senhor (a) responderá um questionário pelo pesquisador principal Zaluar José Santos Júnior do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Devido à coleta de informações, o senhor poderá sentir constrangimento em alguma pergunta, mas seus dados serão armazenados sem seu nome ou qualquer identificação, impossibilitando assim sua identificação. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado(a). Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa.

Agradecemos a atenção e nos comprometemos a analisar as informações, resultantes apresentadas, de forma ética e responsável. Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado zallu\_vip@hotmail.com ou pelo telefone: (73) 9981223406.

Obrigado por dedicar parte do seu tempo para responder esta entrevista.

Mestrando Zaluar José Santos Junior

Link de acesso:

[file:///C:/Users/Reinaldo%20Miranda/Downloads/QUESTION%C3%81RIO%20COORDENA%C3%87%C3%83O%20-%20REVISADO%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Reinaldo%20Miranda/Downloads/QUESTION%C3%81RIO%20COORDENA%C3%87%C3%83O%20-%20REVISADO%20(2).pdf)

## APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO COM DOCENTE

### Questionário DOCENTE

**TÍTULO: Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia**

**MESTRANDO: ZALUAR JOSÉ SANTOS JUNIOR**

**Contato (e-mail): zallu\_vip@hotmail.com**

**ORIENTADORA: ProfªDrª Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS /DOCENTES**

Prezado (a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “

**Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia ”**, de responsabilidade do pesquisador Zaluar José Santos Júnior, discente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem como objetivo: Analisar quais têm sido as ações gestoras adotadas e desenvolvidas em relação às dimensões peculiares ao acesso, permanência e êxito discente da EJA. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios ao sistema educacional, dirimindo os entraves que dificultam o acesso, permanência e êxito dos discentes da EJA. Caso aceite o Senhor (a) responderá um questionário pelo pesquisador principal Zaluar José Santos Júnior do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Devido à coleta de informações, o senhor poderá sentir constrangimento em alguma pergunta, mas seus dados serão armazenados sem seu nome ou qualquer identificação, impossibilitando assim sua identificação. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o

Sr(a) não será identificado(a). Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa.

Agradecemos a atenção e nos comprometemos a analisar as informações, resultantes apresentadas, de forma ética e responsável. Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado zallu\_vip@hotmail.com ou pelo telefone: (73) 9981223406.

Obrigado por dedicar parte do seu tempo para responder esta entrevista.

Mestrando Zaluar José Santos Junior

Link de acesso:

[file:///C:/Users/Reinaldo%20Miranda/Downloads/Question%C3%A1rio%20DOCENTE%20-%20REVISADO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Reinaldo%20Miranda/Downloads/Question%C3%A1rio%20DOCENTE%20-%20REVISADO%20(1).pdf).

## APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO COM GESTORES

### QUESTIONÁRIO GESTÃO

**TÍTULO:** Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia

**MESTRANDO:** ZALUAR JOSÉ SANTOS JUNIOR

**Contato (e-mail):** zallu\_vip@hotmail.com

**ORIENTADORA:** Prof<sup>Dr</sup>ª Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva

#### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “

**Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia**”, de responsabilidade do pesquisador Zaluar José Santos Júnior, docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem como objetivo: Analisar quais têm sido as ações gestoras adotadas e desenvolvidas em relação às dimensões peculiares ao acesso, permanência e êxito discente da EJA. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios ao sistema educacional, dirimindo os entraves que dificultam o acesso, permanência e êxito dos discentes da EJA. Caso aceite o Senhor (a) responderá um questionário pelo pesquisador principal Zaluar José Santos Júnior do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Devido à coleta de informações, o senhor poderá sentir constrangimento em alguma pergunta, mas seus dados serão armazenados sem seu nome ou qualquer identificação, impossibilitando assim sua identificação. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado(a). Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa.

Agradecemos a atenção e nos comprometemos a analisar as informações, resultantes apresentadas, de forma ética e responsável. Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado zallu\_vip@hotmail.com ou pelo telefone: (73) 9981223406.

Obrigado por dedicar parte do seu tempo para responder esta entrevista.

Mestrando Zaluar José Santos Junior

Link de acesso:

<file:///C:/Users/Reinaldo%20Miranda/Downloads/QUESTION%C3%81RIO%20GEST%C3%83O%20-%20REVISADO.pdf>.

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES, COORDENADORES E GESTORES DO COLÉGIO ESTADUAL AMÉLIA AMADO**

TÍTULO DA PESQUISA:

**“ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS E AÇÕES GESTORAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARI-BAHIA”.**

MESTRANDO: Zaluar José Santos Junior

Contato (e-mail): zallu\_vip@hotmail.com

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado (a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “Acesso, permanência e êxito dos estudantes da educação de jovens e adultos: práticas e ações gestoras em uma escola estadual no município de Jussari”, de responsabilidade do pesquisador Zaluar José Santos Junior, discente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem como objetivo geral: O estudo consistiu em investigar como as ações adotadas e desenvolvidas pela gestão escolar contribuem para promover acesso, permanência e êxito dos educandos da Educação de Jovens e Adultos.

Caso aceite o Senhor (a) responderá um questionário/entrevista pelo pesquisador principal Zaluar José Santos Junior do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), Mestrado Profissional. Devido à coleta de informações, o senhor poderá sentir constrangimento em alguma pergunta, mais seus dados serão armazenados sem seu nome ou qualquer identificação, impossibilitando assim sua identificação. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado(a). Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr, caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Agradecemos a atenção e nos comprometemos a analisar as informações, resultantes apresentadas, de forma ética e responsável. Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado zallu\_vip@hotmail.com ou pelo telefone: (73) 981223406.

Obrigado por dedicar parte do seu tempo para responder esta entrevista.

Mestrando Zaluar José Santos Junior

Informações gerais aos participantes

- Sua participação é voluntária;
- Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome ou imagem não serão identificados em nenhuma fase/etapa desta pesquisa.
- Os dados serão registrados e guardados em local seguro e a divulgação e publicação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.
- Não há resposta certa ou errada. Apenas, responda as questões com sinceridade e espontaneidade.

Se possível, respondendo outros, complete a resposta, tente se lembrar de situações ou ocorrências que possam exemplificar a resposta dada.

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES, COORDENADORES E GESTORES DO COLÉGIO ESTADUAL AMÉLIA AMADO**

**CATEGORIAS CONCEITUAIS**

**1 Acesso**

**a) Quais estratégias e práticas têm sido utilizadas pelo Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari, para garantir o acesso dos sujeitos da EJA?**

- ( ) Disponibilizar os recursos humanos e financeiros para captação de alunos.
- ( ) Desenvolver projetos de acolhimento aos alunos.
- ( ) Divulgar a importância da EJA para o município.
- ( ) Realizar busca ativa dos alunos que evadiram da escola.
- ( ) Estabelecer parceria da rede municipal com a rede estadual.

**b) Quais os desafios da gestão escolar, quanto à garantia de acesso dos sujeitos da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari?**

- ( ) Investimento em políticas públicas que assegurem a qualidade e a oferta do ensino.
- ( ) Combate à vulnerabilidade social dos alunos dessa modalidade.
- ( ) Inclusão digital na modalidade EJA
- ( ) Elevação da autoestima dos alunos com relação ao seu potencial de aprendizagem.

**2 Permanência**

**a) O que pode ser feito para garantir a permanência dos sujeitos da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari?**

- ( ) Elaborar um cronograma de aulas ajustado à disponibilidade dos estudantes.
- ( ) Construir um currículo que dê mais significado à aprendizagem.
- ( ) Estabelecer parcerias entre escola e empresas locais, com estímulo aos estudos.
- ( ) Criar uma infraestrutura para receber os filhos dos alunos.
- ( ) Realizar o acolhimento, incluindo a oferta de refeição/merenda aos alunos.
- ( ) Oferecer suporte socioeconômico, a exemplo do transporte para a escola.
- ( ) Valorizar o professor e investir na formação docente para a EJA.
- ( ) Utilizar novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

**b) Quais os entraves para a permanência dos sujeitos da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari?**

- ( ) Preconceito, vergonha e críticas, tanto na família quanto na comunidade.
- ( ) Falta de material didático e de infraestrutura adequada comprometem o aprendizado.
- ( ) Ausência de metodologias específicas para a EJA desestimulam os estudantes.
- ( ) Cansaço físico e falta de interesse dos alunos.
- ( ) Dificuldades de conciliar o estudo com outras atividades.
- ( ) O aluno não reconhece a importância da escola em sua vida.

### **3 Êxito estudantil**

**a) Quais ações podem promover o êxito estudantil dos sujeitos da EJA no Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari?**

- ( ) Adaptar o currículo às necessidades dos alunos, valorizando suas experiências de vida.
- ( ) Usar linguagens alternativas, como música, teatro e cordel, para facilitar o aprendizado.
- ( ) Criar grupos interativos, agrupando os alunos de forma heterogênea.
- ( ) Personalizar o ensino, oferecendo um plano de estudos individualizado.
- ( ) Promover ações de estímulo com a participação das famílias.

**b) Quais as dificuldades encontradas para garantir o êxito estudantil na EJA do Colégio Estadual Amélia Amado, município de Jussari?**

- ( ) O alunos se sentem incapazes de aprender (baixa autoestima).
- ( ) Tempo longo de afastamento da escola/ Falta de hábito de estudo.
- ( ) Os conteúdos podem não estar adaptados à realidade dos alunos.
- ( ) Os profissionais nem sempre estão habilitados para atuar na modalidade EJA.

**ANEXOS**

## ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

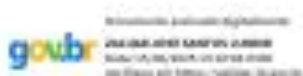


### TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente das normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto intitulado Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari–Bahia sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução CNS 466/12, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça e da equidade.

Assumo o compromisso de apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia; de tornar os resultados desta pesquisa públicos independente do desfecho (positivo ou negativo); de Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa, via Plataforma Brasil.

Salvador, 30 de outubro de 2023



Assinatura do responsável pelo projeto

## ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

Autorizo o (a) pesquisador (a) Zaluar José Santos Júnior a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **Acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: Práticas e ações Gestoras no Município de Jussari-Bahia** o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos.

Declaro estar ciente que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta e que será executada pelos seus pesquisadores/as, além de dispormos da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador, 30 de outubro de 2023

Alexandre Danilo M. Assis  
 BRASILEIRO  
 Prof. DR. APTORRADO  
 P.O.B. 7445014

Assinatura e carimbo do  
 responsável institucional

---

Avenida Engenheiro Oscar Pontes, s/n 3º andar, sala 1 - Antigo prédio da Petrobras  
 Água de Meninos | Salvador - BA CEP 40460-120  
 Telefone: +55 71 3206-1330  
 e-mail: cepuneb@uneb.br  
<http://portal.uneb.br/comitedeetica>